



CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGÁ - CESUMAR

(Mantenedora)

FACULDADE CESUMAR DE LONDRINA

(Mantida)

**PPC – PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
BACHARELADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

Processo nº 201701029

AUTORIZAÇÃO

LONDRINA-PR

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
DIMENSÃO 1: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	9
1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	9
1.1 DADOS DA MANTENEDORA	9
1.2 DADOS DA MANTIDA	9
1.3 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	10
1.4 MISSÃO.....	11
1.5 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA	11
1.6 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL COM AS INSTÂNCIAS DE DECISÃO.....	11
1.7 INSERÇÃO REGIONAL.....	12
1.8 PERFIL DO MUNICÍPIO EM NÚMEROS.....	15
2. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	19
2.1 POLÍTICA DE ENSINO: O ENSINO DE QUALIDADE	19
2.2 FLEXIBILIZAÇÃO E GESTÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO.....	22
2.3 FLEXIBILIZAÇÃO E OS PROCESSOS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	23
2.4 FLEXIBILIZAÇÃO E AVALIAÇÃO.....	23
2.5 POLÍTICA DE EXTENSÃO: ARTICULAÇÃO COM A SOCIEDADE	23
2.6 POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	24
2.7 POLÍTICAS AFIRMATIVAS DE INCLUSÃO SOCIAL	25
3. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	25
4. JUSTIFICATIVA DO CURSO.....	26
5. OBJETIVOS DO CURSO.....	27
6. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	28
6.1 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	28
7. FORMA DE INGRESSO NO CURSO E NA IES	29
8. ESTRUTURA CURRICULAR.....	30
8.1 MATRIZ CURRICULAR DO CURSO	32
9. CONTEÚDOS CURRICULARES - EMENTAS DAS DISCIPLINAS	33
1º ANO	33
2º ANO	42

3º ANO	49
4º ANO	56
10.	METODOLOGIA 62
11.	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO 64
12.	TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO 66
13.	ATIVIDADES COMPLEMENTARES 66
14.	APOIO AO DISCENTE 68
15.	OUVIDORIA 69
16.	APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO 70
	16.1NÚCLEO DE APOIO PEDAGÓGICO - NAP 70
	16.2ESTÍMULOS À PERMANÊNCIA, MONITORIA, NIVELAMENTO E ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICO 70
	16.3ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL (ESPAÇO PARA PARTICIPAÇÃO E CONVIVÊNCIA ESTUDANTIL) 70
	16.4ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS 71
	16.5APOIO FINANCEIRO 71
17.	AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO 72
18.	TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM 73
19.	PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM .. 74
20.	INTEGRAÇÃO DO CURSO COM O SISTEMA DE SAÚDE LOCAL E REGIONAL/SUS 75
	20.1INTEGRAÇÃO DO CURSO COM O SISTEMA DE SAÚDE LOCAL E REGIONAL/SUS – RELAÇÃO ALUNOS / DOCENTES / PERCEPTOR 77
	20.2ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA A ÁREA DA SAÚDE 78
	20.3EDUCAÇÃO EM SAÚDE 79
	20.4GESTÃO EM SAÚDE 80
	20.5RESPONSABILIDADE SOCIAL 81
	20.6INTEGRAÇÃO DO CURSO COM A COMUNIDADE LOCAL/REGIONAL 82
	20.7SEGURANÇA DO USUÁRIO DO SUS 82
	DIMENSÃO 2: CORPO DOCENTE E TUTORIAL 83
21.	NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE 83
	21.1ATUAÇÃO DO NDE 83
	21.2COMPOSIÇÃO DO NDE 84

22.	COORDENADOR DO CURSO	84
	22.1 FORMAÇÃO E TITULAÇÃO	84
	22.2 REGIME DE TRABALHO	84
	22.3 ATUAÇÃO DO COORDENADOR DO CURSO	84
23.	CORPO DOCENTE	85
	23.1 CONSTITUIÇÃO DO CORPO DOCENTE	85
	23.2 TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE	88
	23.3 TOTAL DE DOUTORES	88
	23.4 REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE	88
	22.5 COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO DE CURSO	88
24.	PESQUISA E PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOCENTE	91
III.	DIMENSÃO 3: INFRAESTRUTURA	92
25.	ESPAÇO FÍSICO GERAL	92
	25.1 PLANO DE EXPANSÃO FÍSICA	92
	25.2 CONDIÇÕES DE SALUBRIDADE DAS INSTALAÇÕES ACADÊMICAS - ESPAÇO, ILUMINAÇÃO, VENTILAÇÃO E ACÚSTICA	92
	25.3 INSTALAÇÕES PARA DIREÇÃO E COORDENAÇÕES DE CURSOS DE GRADUAÇÃO, NAP, NDE E PROFESSORES	93
	25.4 INSTALAÇÕES SANITÁRIAS (ADEQUAÇÃO E LIMPEZA)	93
	25.5 ACESSO A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PELOS DOCENTES E DISCENTES ..	93
	25.6 RECURSOS AUDIOVISUAIS E MULTIMÍDIA	93
	25.7 EXISTÊNCIA DA REDE DE COMUNICAÇÃO (INTERNET)	94
	25.8 PLANO DE EXPANSÃO E DE ATUALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	94
	25.9 ATENDIMENTO À ACESSIBILIDADE	95
26.	BIBLIOTECA	95
	26.1 POLÍTICA INSTITUCIONAL PARA A BIBLIOTECA NO QUE SE REFERE AO ACERVO, AO ESPAÇO FÍSICO E AOS MÉTODOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO	96
	26.2 POLÍTICA DE ATUALIZAÇÃO DO ACERVO	97
	26.3 PESSOAL ESPECIALIZADO	98
	26.4 POLÍTICA E FACILIDADE DE ACESSO AO MATERIAL BIBLIOGRÁFICO	98
	26.5 HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA BIBLIOTECA	98
	26.6 INFRAESTRUTURA FÍSICA E MATERIAL	98
	26.7 BIBLIOGRAFIA BÁSICA	98

26.8	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR.....	99
26.9	PERIÓDICOS ESPECIALIZADOS.....	99
27.	LABORATÓRIOS DIDÁTICOS ESPECIALIZADOS PARA OS DOIS PRIMEIROS ANOS DO CURSO	99
28.	REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS:.....	100
	REFERÊNCIAS	106
	ANEXO 01: REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	108
	ANEXO 02: REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO.....	110
	ANEXO 03: REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES	119
	ANEXO 04: COMPOSIÇÃO DO CORPO DOCENTE	124

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Processo nº 201701029

INTRODUÇÃO

A formação universitária se constitui em um desafio que, na sua abrangência, deve valorizar os seguintes elementos:

- I. O progresso científico e tecnológico;
- II. as tendências sociais e econômicas da atualidade;
- III. a ética e os valores humanos necessários para a construção e manutenção da liberdade, justiça e igualdade entre os seres humanos;
- IV. o aprofundamento no domínio das estratégias e procedimentos específicos da área de atuação;
- V. a capacidade crítica e reflexiva de todos os envolvidos nesse complexo processo de produção do conhecimento, cujo objetivo é a análise das diferentes facetas da realidade que envolve a atuação profissional.

A universidade é, portanto, o espaço para o desenvolvimento destas capacidades. Para isto, cabe às instituições educacionais propiciar ao discente as condições intelectuais e científicas para analisar criticamente sua posição como profissional, frente às questões da realidade brasileira, e considerar a relevância da sua prática.

Para tanto, o Projeto Pedagógico do Curso - PPC deve articular os valores culturais do contexto no qual está inserido, com o domínio do conhecimento técnico e científico específico da área em que pretende formar o profissional, objetivando o preparo de profissionais que saibam atuar ética e tecnicamente em sua carreira profissional e que estejam integrados ao seu contexto sociocultural.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº. 9.394/96 no art. 43, a educação superior tem por finalidade:

- I. Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

- II. formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV. promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V. suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI. estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII. promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Para operacionalizar as finalidades estabelecidas pelas leis de diretrizes e bases da educação superior, as instituições educacionais, particularmente aquelas que são comprometidas com o ensino superior de qualidade, empenham-se na elaboração de propostas articuladas em um PPC capaz de nortear as ações pedagógicas do curso, como um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar no enfrentamento dos desafios do cotidiano, de forma reflexiva, consciente, sistematizada e participativa.

O PPC possibilita e coordena a participação de todos os agentes envolvidos no processo, tais como: os educadores, a comunidade acadêmica, os agentes administrativos e os membros da sociedade. É por meio desse projeto que o curso poderá planejar suas atividades, aprimorar seus processos avaliativos, aperfeiçoar sua matriz curricular, decidir sobre suas necessidades e melhorar a qualidade de seu ensino.

O PPC é uma proposta de trabalho que descreve um conjunto de ações a serem desenvolvidas ao longo do processo de formação acadêmica, cujos referenciais devem estabelecer as

concepções adotadas na política institucional de oferta em educação, bem como sua forma de conduzir e avaliar o processo de ensino e aprendizagem.

Como um meio através do qual o processo de ensino e aprendizagem pode ser sistematizado e acompanhado, o PPC propõe formas de execução dos objetivos das políticas educacionais, das aspirações e necessidades do corpo docente e discente, no que envolve a formação acadêmica e profissional.

Assim, o PPC, cujos referenciais teóricos e metodológicos devem propor ações que abranjam o acadêmico nas suas diversas dimensões, tais como: cognitivas, afetivas, motoras, sociais, culturais e políticas, que atendam às suas necessidades de formação acadêmicas e profissionais, deve, também, desenvolver as habilidades e competências necessárias para a sua inserção e atuação na sociedade, capacitando-o para o bom desempenho das atividades profissionais e o exercício da cidadania.

O PPC voltado para a formação profissional e pessoal mobiliza o engajamento da comunidade escolar, onde cada um passa a ser autor e responsável pela boa operacionalização das ações do processo educativo.

Esta proposta de trabalho permite que o curso tenha objetivos claros, diretrizes pedagógicas e políticas educacionais bem definidas em sintonia com o presente, de forma a recriar cada momento em função de ser uma resposta adequada aos desafios da realidade escolar e organizar o trabalho pedagógico de maneira não fragmentada. Dessa forma, proporcionará uma formação capaz de permitir ao discente efetuar a integração dos elementos básicos estabelecidos através da interface da cultura, política, ética e formação profissional.

DIMENSÃO 1: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

1.1 DADOS DA MANTENEDORA

- Centro de Ensino Superior de Maringá – **CESUMAR**
- Código da Mantenedora: 0560
- CNPJ: 79.265.617/0001-99
- Endereço: Av. Guedner, 1.610 – Jardim Aclimação – CEP. 87050-390, Maringá, Paraná.
- Tel: (44) 3027-6360
- E-mail Institucional: normas@unicesumar.edu.br
- Presidente da Mantenedora: Cláudio Ferdinandi
- 4º Contrato Social registrado na Junta Comercial do Paraná – Ag. Regional de Maringá sob o nº 20151343438 – 15/134343-8 em 23/2/2015

1.2 DADOS DA MANTIDA

- Faculdade **CESUMAR** de Londrina
- Código da IES: 17632
- Endereço: Avenida Santa Mônica, n. 450, Franca - Londrina-PR
- E-mail Institucional: normas@unicesumar.edu.br
- Diretor Geral: Paulo César Gonçalves Valle

1.3 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A mantenedora, **Centro de Ensino Superior de Maringá Ltda. – CESUMAR** (Cód. 560), é Pessoa Jurídica de Direito Privado, Com Fins Lucrativos – Sociedade Civil, com CNPJ 79.265.617/0001-99. Seu 4º Contrato Social registrado na Junta Comercial do Paraná – Ag. Regional de Maringá sob o nº 20151343438 – 15/134343-8 em 23/2/2015. Tem foro e sede no Município de Maringá, Estado do Paraná, com endereço da sede na Av. Guedner, nº 1610, bairro Jardim Aclimação, CEP: 87050-390. O CESUMAR tem como presidente e responsável legal o Sr. Cláudio Ferdinandi e foi fundado em 7 de Junho de 1986.

A atuação comprovada da Mantenedora em educação superior teve início no ano de 1990 com o Credenciamento da primeira Faculdade e, em 2001 receberam parecer favorável do Ministério da Educação para transformação em Centro Universitário, localizado em Maringá, que nos indicadores de qualidade das instituições de educação superior divulgados em 2015 pelo MEC, obteve excelentes conceitos nos cursos que prestaram o ENADE em 2014, e pelo 6º ano consecutivo o conceito de **IGC 4** e **CI 5**, ficando entre as melhores instituições do país e mantendo-se ao lado das principais instituições públicas do Paraná, como UEM, UEL, UEPG, UNIOESTE e UFPR.

Com vistas a passar por um novo processo de expansão na oferta da educação superior, a mantenedora **CESUMAR** realizou um estudo de mercado no estado do Paraná e no ano de 2013, deu um passo importante na trajetória educacional dando o início ao plano de expansão abrindo 5 novas faculdades nas cidades de Arapongas, Londrina, Guarapuava, Ponta Grossa e Curitiba. Conhecendo a grandeza e a importância do processo e da necessidade de manutenção da qualidade de ensino alcançado no histórico da **UNICESUMAR**, a mantenedora **CESUMAR** optou por construir em todas as cidades unidades próprias, com o intuito de nos próximos anos todas essas IES, denominadas integrantes do grupo educacional **UNICESUMAR**, convergirem em uma mesma unidade educacional. Frente a todos esses desafios e realizações conquistadas a Mantenedora **CESUMAR** planejou atuar em outras regiões do Paraná credenciando as Faculdades CESUMAR.

A **Faculdade CESUMAR de Londrina** foi credenciada pela Portaria 655 de 18/07/2016, e suas atividades acadêmicas iniciaram-se com o vestibular no final do ano de 2016 e início das aulas em 2017, já na unidade própria. Embora a Faculdade se integre ao grupo educacional, a Mantenedora entende que cada Faculdade apresenta a regionalidade de sua inserção sendo as políticas institucionais desenvolvidas para atendimento das especificidades das demandas locais, regionais e do contexto nacional.

1.4 MISSÃO

A Missão da **Faculdade CESUMAR de Londrina** é “Promover a educação de qualidade nas diferentes áreas do conhecimento, formando profissionais cidadãos que contribuam para o desenvolvimento de uma sociedade justa e solidária”.

Pretende ainda como Visão ser reconhecida como uma Instituição de referência regional e nacional pela:

- I. Qualidade e compromisso do corpo docente;
- II. aquisição de competências institucionais para o desenvolvimento de linhas de pesquisa;
- III. consolidação da extensão universitária;
- IV. qualidade da oferta do ensino presencial;
- V. bem-estar e satisfação da comunidade interna;
- VI. qualidade da gestão acadêmica e administrativa;
- VII. compromisso social de inclusão;
- VIII. processos de cooperação e parceria com o mundo do trabalho;
- IX. compromisso e relacionamento permanente com os egressos, incentivando a educação continuada.

1.5 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

A **Faculdade CESUMAR de Londrina** se organizou em três centros de ensino:

- I. Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
- II. Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
- III. Centro de Ciências Exatas, Agrárias e Tecnológicas.

1.6 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL COM AS INSTÂNCIAS DE DECISÃO

Pelo Regimento Geral da **Faculdade CESUMAR de Londrina**, integram a estrutura organizacional:

TÍTULO II

DA ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

Art. 5º A **Faculdade CESUMAR de Londrina**, para os efeitos de sua administração, conta com órgãos colegiados deliberativos e normativos, órgãos executivos e órgãos de apoio técnico e administrativo.

§ 1º São órgãos colegiados deliberativos e normativos:

- I. Conselho Superior - CONSUP;
- II. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE;
- III. Colegiados de Curso.

§ 2º São órgãos executivos:

- I. Diretoria Geral;
- II. Vice-Diretoria;
- III. Diretorias Acadêmicas e Administrativas;
- IV. Coordenadorias de Curso;
- V. Instituto Superior de Educação – ISEN.

1.7 INSERÇÃO REGIONAL

A **Faculdade CESUMAR de Londrina** está localizada no Norte do Paraná, uma região de terra roxa, muito fértil, era, até poucas décadas, uma extensa floresta. A colonização espontânea foi marcada pelo arrojo de homens saídos de Minas Gerais ou de São Paulo, que foram chegando à área de Cambará, entre 1904 e 1908. Rapidamente, a faixa entre Cambará e o Rio Tibagi – uma linha que representaria o futuro percurso da ferrovia São Paulo-Paraná – foi tomada por grandes propriedades cujos donos, via de regra, as subdividiam em pequenas parcelas vendidas como lotes urbanos ou rurais.

Enquanto isso, vastas áreas de terra roxa de domínio estadual, localizadas a Oeste do Rio Tibagi, permaneciam praticamente inexploradas, sofrendo os efeitos de um lento e ineficaz plano de colonização do governo. Em 1920, percebia-se uma séria frustração nas expectativas de ocupação da área, em virtude da morosidade do Estado.

Havia falta de continuidade, recursos financeiros limitados e uma visível inépcia oficial. O quadro, além disso, já tinha sido agravado com a deflagração da Primeira Guerra Mundial, que não apenas interrompeu o fluxo de imigrantes como também provocou desconfiança naqueles que já se encontravam na região.

A partir de 1922, o governo estadual começa a conceder terras a empresas privadas de colonização, preferindo usar seus recursos na construção de escolas e estradas. Em 1924, inicia-se a história da Companhia de Terras Norte do Paraná, subsidiária da firma inglesa Paraná Plantations Ltda., que deu grande impulso ao processo desenvolvimentista na região norte.

Naquele ano, atendendo a um convite do governo brasileiro – que sabia do interesse dos ingleses em abrir áreas para o cultivo de algodão no exterior – chega a Missão Montagu, chefiada por Lord Lovat, técnico em agricultura e reflorestamento. Lord Lovat ficou impressionado com a exuberância do solo norte-paranaense e acabou adquirindo duas glebas para instalar fazendas e máquinas de beneficiamento de algodão, com o apoio da “Brazil Plantations Syndicate”, de Londres.

O empreendimento fracassou, devido aos preços baixos e à falta de sementes sadias no mercado, obrigando a uma mudança nos planos. Foi criada, assim, em Londres, a Paraná Plantations e sua subsidiária brasileira, a Companhia de Terras Norte do Paraná, que transformaria as propriedades do empreendimento frustrado em projetos imobiliários.

Já de início, a Companhia concedeu todos os títulos de propriedade da terra, medida inusitada para as condições da região e mesmo do Brasil. Por isso, os conflitos entre colonos antigos e os recém-chegados praticamente não existiram na zona colonizada pelos ingleses.

Porém, a grande novidade introduzida pela Companhia e que lhe valeria o “slogan” de “a mais notável obra da colonização que o Brasil já viu” foi a repartição dos terrenos em lotes relativamente pequenos. Os ingleses promoveram, desta forma, uma verdadeira reforma agrária, sem intervenção do Estado, no Norte do Paraná, oferecendo aos trabalhadores sem posses a oportunidade de adquirirem os pequenos lotes, já que as modalidades de pagamento eram adequadas às condições de cada comprador.

A Companhia explicitaria a sua política: “Favorecer e dar apoio aos pequenos fazendeiros, sem por isso deixar de levar em consideração aqueles que dispunham de maiores recursos”.

Este sistema estimulou muito a concentração da produção – principalmente cafeeira, a explosão demográfica, a expansão de núcleos urbanos e o aparecimento de classes médias rurais.

O projeto de colonização, além disto, trouxe outras inovações, como a propaganda em larga escala, transporte gratuito para os colonos, posse das terras em quatro anos, alguma assistência técnica e financeira, levantamento de toda a área e até o mapeamento do solo em algumas zonas.

Londrina surgiu em 1929, como primeiro posto avançado deste projeto inglês. Na tarde do dia 21 de agosto de 1929, chegou a primeira expedição da Companhia de Terras Norte do Paraná ao local denominado Patrimônio Três Bocas, no qual o engenheiro Dr. Alexandre Rasgulaeff fincou o primeiro marco nas terras onde surgiria Londrina. O nome da cidade foi uma homenagem prestada a

Londres – “pequena Londres”, pelo Dr. João Domingues Sampaio, um dos primeiros diretores da Companhia de Terras Norte do Paraná. A criação do Município ocorreu cinco anos mais tarde, através do Decreto Estadual n.º 2.519, assinado pelo interventor Manoel Ribas, em 3 de dezembro de 1934. Sua instalação foi em 10 de dezembro do mesmo ano, data em que se comemora o aniversário da cidade. O primeiro prefeito nomeado foi Joaquim Vicente de Castro.

A primeira década após a fundação foi uma fase de desenvolvimento comercial. Neste período aconteceu um fortalecimento da estrutura comercial de Londrina, quando muitas empresas paulistas se instalaram na região (alimentícia, armazéns, atacadistas). O setor industrial limitava-se a ordenar a matéria prima regional (máquinas de café e cereais), mantendo a dependência em relação a outros centros urbanos com maior grau de industrialização. As principais realizações no final dos anos 40 foram: a implantação de galerias pluviais, construção de escolas, elaboração do plano urbanístico – o que demonstrou uma preocupação com a ocupação do solo.

Londrina, já nos anos 50, emergiu no cenário nacional como importante cidade do interior do Brasil. Neste período, apresentou considerada expansão urbana em razão da produção cafeeira no norte do Paraná, em especial na cidade de Londrina, o que levou à intensificação do setor primário de toda região. Nesta década a população passou de 20.000 habitantes para 75.000, sendo que quase metade se encontrava na área rural.

No final desse decênio Londrina contava com um complexo urbano que consistia em faculdade, colégios, postos de saúde, hospitais, rádios e complexos destinados ao lazer.

Nos anos 60 surgiram os primeiros conjuntos habitacionais, que se localizavam à distância de 6 a 7 Km do centro da cidade. Esses centros habitacionais foram edificados pela COHAB e atendiam às populações mais necessitadas da sociedade londrinense. Outro fato importante neste período foi a criação do Serviço de Comunicação Telefônica de Londrina – SERCOMTEL.

Em franco desenvolvimento, na década de 70, Londrina já contava com 230.000 habitantes e uma produção agrícola voltada para o mercado externo. Nesta época criou-se os primeiros centros industriais que visavam o incentivo e a coordenação do desenvolvimento industrial da cidade. Houve uma ampliação na prestação de serviços como educação, sistema de água e esgoto, pavimentação, energia elétrica, comunicação, e a criação do Parque Arthur Thomas, a construção da nova Catedral, Ginásio de Esporte Moringão, entre outras obras.

A década de 80 foi marcada pela fase de ação administrativa, quando o poder público demonstrou uma preocupação com o capital comercial e desenvolveu ações que incentivaram o planejamento urbano, tais como a retirada da ferrovia do centro, a criação das vias Expressa Norte - Sul e da Avenida Leste - Oeste, bem como a instalação do Terminal Urbano de Transporte Coletivo.

Londrina se consolidou como Polo Regional de bens e serviços e se tornou, definitivamente, a terceira mais importante cidade do Sul do Brasil na década de 90, quando foi desenvolvido o primeiro Plano Diretor. Neste período a cidade apresentava uma estrutura voltada para áreas residenciais em praticamente todo seu território, destacando a região central em razão do desenvolvimento da construção civil, refletida em inúmeros edifícios de padrão médio e alto. A região Norte da cidade, que nas décadas anteriores se enquadrava como região rural, revelou-se como maior área residencial da cidade, apresentando uma concentração de conjuntos habitacionais financiados pelo BNH.

Década a década, verifica-se que Londrina teve um crescimento constante, consolidando-se como principal ponto de referência do Norte do Paraná, bem como exercendo grande influência e atração regional.

1.8 PERFIL DO MUNICÍPIO EM NÚMEROS

PERFIL AVANÇADO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

TERRITÓRIO E AUTORIDADE ELEITA					
Microrregião Geográfica	MRG de Londrina				
Desmembrado de	Jataizinho				
Data de Instalação	10/12/1934				
Data de Comemoração (Aniversário)	10 de dezembro				
Altitude da sede (IBGE) (m)	585				
Distância à Capital (SETR) (km)	377,77				
Autoridade Eleita (TRE-PR)	Marcelo Belinati Martins				
ELEITORES E ZONAS ELEITORAIS	FORNE	DATA	MUNICÍPIO	REGIÃO	ESTADO
Número de Eleitores	TSE	2016	353.314	513.423	7.869.450
Quantidade de Zonas Eleitorais	TRE-PR	2016	7	11	206
ÁREA TERRITORIAL E DEMOGRÁFICA	FORNE	DATA	MUNICÍPIO	REGIÃO	ESTADO
Área Territorial (ITCG) (km ²)	ITCG	2017	1.656,606	3.500,640	199.880,200
Densidade Demográfica (hab/km ²)	IPARDES	2016	334,05	226,22	56,25
Grau de Urbanização (%)	IBGE	2010	97,40	95,92	85,33



População - Estimada (habitantes)	IBGE	2016	553.393	791.907	11.242.720
População - Censitária (habitantes)	IBGE	2010	506.701	724.570	10.444.526
População - Censitária - Urbana (habitantes)	IBGE	2010	493.520	695.014	8.912.692
População - Censitária - Rural (habitantes)	IBGE	2010	13.181	29.556	1.531.834
População - Contagem (habitantes) ⁽¹⁾	IBGE	2007	497.833	702.867	10.284.503
Taxa de Crescimento Geométrico (%)	IBGE	2010	1,26	1,27	0,89
Índice de Idosos (%)	IBGE	2010	41,79	40,13	32,98
Razão de Dependência (%)	IBGE	2010	41,76	42,20	43,78
Razão de Sexo (%)	IBGE	2010	92,19	93,43	96,56
Taxa de Envelhecimento (%)	PNUD/IPEA/FJP	2010	8,68	8,50	7,55
DESENVOLVIMENTO HUMANO E RENDA	FONTES	DATA	MUNICÍPIO	REGIÃO	ESTADO
Índice de Desenvolvimento Humano - IDHM	PNUD/IPEA/FJP	2010	0,778	...	0,749
Índice de Gini da Renda Domiciliar <i>Per Capita</i>	IBGE	2010	0,5226	...	0,5416
EDUCAÇÃO	FONTES	DATA	MUNICÍPIO	REGIÃO	ESTADO
Matrículas na Creche (alunos)	MEC/INEP	2016	6.481	9.848	209.954
Matrículas na Pré-escola (alunos)	MEC/INEP	2016	14.783	21.029	231.155
Matrículas no Ensino Fundamental (alunos)	MEC/INEP	2016	61.815	89.249	1.430.589
Matrículas no Ensino Médio (alunos)	MEC/INEP	2016	22.533	32.175	457.554
Matrículas na Educação Profissional (alunos)	MEC/INEP	2016	4.242	4.865	82.447
Matrículas no Ensino Superior (alunos)	MEC/INEP	2015	43.603	45.310	389.966
Taxa de Analfabetismo de 15 anos ou mais (%)	IBGE	2010	4,51	...	6,28
SAÚDE	FONTES	DATA	MUNICÍPIO	REGIÃO	ESTADO
Estabelecimentos de Saúde (número)	MS-CNES	2016	1.349	1.661	22.852
Leitos Hospitalares Existentes (número)	MS-CNES	2016	1.865	2.316	27.017
Taxa de Fecundidade (filhos/mulher)	PNUD/IPEA/FJP	2010	1,65	...	1,86
Taxa Bruta de Natalidade (mil habitantes)	IBGE/SESA-PR	2016	12,67	12,76	13,78
Taxa de Mortalidade Geral (mil habitantes) (P)	Datasus/SESA-PR	2016	6,69	6,77	6,72
Taxa de Mortalidade Infantil (mil nascidos vivos) (P)	Datasus/SESA-PR	2016	8,70	9,90	10,44

Taxa de Mortalidade em Menores de 5 anos (mil nascidos vivos) (P)	Datasus/SESA-PR	2016	10,84	12,27	12,36
Taxa de Mortalidade Materna (100 mil nascidos vivos) (P)	Datasus/SESA-PR	2016	28,52	49,49	40,02
DOMICÍLIOS E SANEAMENTO	FONTE	DATA	MUNICÍPIO	REGIÃO	ESTADO
Número de Domicílios Recenseados	IBGE	2010	181.167	256.394	3.755.090
Número de Domicílios Particulares Permanentes	IBGE	2010	164.898	233.364	3.298.297
Domicílios Particulares Permanentes - Com Água Canalizada	IBGE	2010	164.685	232.778	3.273.822
Domicílios Particulares Permanentes - Com Banheiro ou Sanitário	IBGE	2010	164.732	233.084	3.286.052
Domicílios Particulares Permanentes - Destino do Lixo - Coletado	IBGE	2010	160.801	225.273	2.981.998
Domicílios Particulares Permanentes - Com Energia Elétrica	IBGE	2010	164.646	232.784	3.284.181
Abastecimento de Água (unidades atendidas ⁽²⁾)	Sanepar/Outras	2016	231.912	301.437	3.746.241
Consumo de Água - Volume Faturado (m ³)	Sanepar/Outras	2016	38.393.088	49.151.495	588.553.482
Consumo de Água - Volume Medido (m ³)	Sanepar/Outras	2016	34.031.425	42.897.688	484.967.327
Atendimento de Esgoto (unidades atendidas ⁽²⁾)	Sanepar/Outras	2016	211.051	262.101	2.625.737
ENERGIA ELÉTRICA	FONTE	DATA	MUNICÍPIO	REGIÃO	ESTADO
Consumo de Energia Elétrica (Mwh)	COPEL	2016	1.352.308	1.978.011	28.368.705
Consumidores de Energia Elétrica (número) ⁽³⁾	COPEL	2016	236.125	332.974	4.615.622
TRABALHO	FONTE	DATA	MUNICÍPIO	REGIÃO	ESTADO
Estabelecimentos (RAIS) (número)	MTE	2015	18.553	24.342	314.993
Comércio Varejista	MTE	2015	6.375	8.333	107.940
Administradoras de Imóveis, Valores Mobiliários	MTE	2015	3.019	3.431	33.816
Alojamento, Alimentação, Radiodifusão e Televisão	MTE	2015	2.114	2.627	33.205
Empregos (RAIS) (número)	MTE	2015	173.359	230.528	3.113.204
Estabelecimentos (RAIS) nas Atividades Características do Turismo (ACTs) (número)	MTE	2015	1.258	1.511	20.003
Estabelecimentos (RAIS) nas ACTs - Alojamento (número)	MTE	2015	64	84	1.823
Estabelecimentos (RAIS) nas ACTs - Alimentação (número)	MTE	2015	960	1.151	14.807
Estabelecimentos (RAIS) nas ACTs - Transporte Terrestre (número)	MTE	2015	43	62	1.256

Estabelecimentos (RAIS) nas ACTs - Transporte Aéreo (número)	MTE	2015	4	4	34
Estabelecimentos (RAIS) nas ACTs - Transporte Aquaviário (número)	MTE	2015	-	-	25
Estabelecimentos (RAIS) nas ACTs - Agências de Viagem (número)	MTE	2015	85	93	983
Estabelecimentos (RAIS) nas ACTs - Aluguel de Transportes (número)	MTE	2015	30	30	281
Estabelecimentos (RAIS) nas ACTs - Cultura e Lazer (número)	MTE	2015	72	87	794
População em Idade Ativa (PIA) (pessoas)	IBGE	2010	440.897	628.926	8.962.587
População Economicamente Ativa (PEA) (pessoas)	IBGE	2010	275.978	393.360	5.587.968
População Ocupada (PO) (pessoas)	IBGE	2010	261.930	373.220	5.307.831
Taxa de Atividade de 10 anos ou mais (%)	IBGE	2010	62,58	62,55	62,35
Taxa de Ocupação de 10 anos ou mais (%)	IBGE	2010	94,91	94,88	94,99
AGROPECUÁRIA	FONTE	DATA	MUNICÍPIO	REGIÃO	ESTADO
Valor Bruto Nominal da Produção Agropecuária (R\$ 1,00)	DERAL	2015	727.475.431,16	1.835.132.970,73	77.821.205.812,74
Pecuária - Bovinos (cabeças)	IBGE	2015	50.031	81.723	9.314.908
Pecuária - Equinos (cabeças)	IBGE	2015	2.869	5.424	300.781
Pecuária - Ovinos (cabeças)	IBGE	2015	6.200	11.004	614.749
Pecuária - Suínos (cabeças)	IBGE	2015	11.500	33.763	7.134.055
Aves - Galináceos (cabeças)	IBGE	2015	1.800.482	4.645.876	324.034.053
Produção Agrícola - Soja (em grão) (toneladas)	IBGE	2015	163.200	499.265	17.229.378
Produção Agrícola - Milho (em grão) (toneladas)	IBGE	2015	229.500	757.737	15.777.409
Produção Agrícola - Trigo (em grão) (toneladas)	IBGE	2015	61.270	127.696	3.330.589
FINANÇAS PÚBLICAS	FONTE	DATA	MUNICÍPIO	REGIÃO	ESTADO
Receitas Municipais (R\$ 1,00)	Prefeitura	2015	1.608.213.650,91	2.174.046.269,32	30.414.538.748,13
Despesas Municipais (R\$ 1,00)	Prefeitura	2015	1.589.469.015,10	2.110.643.118,82	29.468.793.608,04
ICMS (100%) por Município de Origem do Contribuinte (R\$ 1,00)	SEFA-PR	2016	1.019.377.063,11	1.376.581.942,45	25.907.692.833,12
ICMS Ecológico - Repasse (R\$ 1,00)	SEFA-PR	2015	2.470.889,38	14.058.353,05	251.375.123,07
Fundo de Participação dos Municípios (FPM) (R\$ 1,00)	MF/STN	2016	62.221.829,39	176.545.861,31	5.396.212.645,07
PRODUTO E RENDA	FONTE	DATA	MUNICÍPIO	REGIÃO	ESTADO

PIB Per Capita (R\$ 1,00) ⁽⁴⁾	IBGE/Ipardes	2014	29.136	30.887	31.411
Valor Adicionado Bruto (VAB) a Preços Básicos (R\$ 1.000,00) ⁽⁴⁾	IBGE/Ipardes	2014	14.042.228	21.150.977	301.106.711
VAB a Preços Básicos - Agropecuária (R\$ 1.000,00) ⁽⁴⁾	IBGE/Ipardes	2014	232.468	623.805	28.599.816
VAB a Preços Básicos - Indústria (R\$ 1.000,00) ⁽⁴⁾	IBGE/Ipardes	2014	2.957.540	4.787.170	75.758.464
VAB a Preços Básicos - Serviços (R\$ 1.000,00) ⁽⁴⁾	IBGE/Ipardes	2014	8.866.185	12.937.571	156.145.617
VAB a Preços Básicos - Administração Pública (R\$ 1.000,00) ⁽⁴⁾	IBGE/Ipardes	2014	1.986.035	2.802.428	40.602.794
Valor Adicionado Fiscal (VAF) (R\$ 1,00) (P)	SEFA-PR	2015	8.419.813.875	14.946.517.867	254.029.322.845
VAF - Produção Primária (R\$ 1,00) (P)	SEFA-PR	2015	521.565.483	1.407.422.861	52.644.331.165
VAF - Indústria (R\$ 1,00) (P)	SEFA-PR	2015	2.565.725.735	5.295.880.969	111.082.022.362
VAF - Comércio/Serviços (R\$ 1,00) (P)	SEFA-PR	2015	5.321.078.098	8.229.614.850	89.603.805.782
VAF - Recursos/Autos (R\$ 1,00) (P)	SEFA-PR	2015	11.444.559	13.599.187	699.163.536

(1) Resultados da população residente em 1º de abril de 2007, encaminhados ao Tribunal de Contas da União em 14 de novembro de 2007. Para os municípios com mais de 170.000 habitantes (Cascavel, Colombo, Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e São José dos Pinhais) não houve contagem da população e nesses casos foi considerada a estimativa na mesma data.

(2) Unidades (economias) atendidas é todo imóvel (casa, apartamento, loja, prédio, etc.) ou subdivisão independente do imóvel para efeito de cadastramento e cobrança de tarifa (Adaptado do IBGE, CIDE, SANEPAR).

(3) Refere-se às unidades consumidoras de energia elétrica (relógio).

(4) Nova metodologia. Referência 2010

Fonte: IPARDES, 2017

2. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

2.1 POLÍTICA DE ENSINO: O ENSINO DE QUALIDADE

Com base nos esclarecimentos que orientam a organização didático-pedagógica, a **Faculdade CESUMAR de Londrina** estabelece as políticas de ensino, a saber:

- I. Atender as diretrizes curriculares dos cursos e respeitar as cargas horárias exigidas, deixando eventuais especializações para programas a serem desenvolvidos em cursos de pós-graduação lato sensu;
- II. garantir que, nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, haja lugar para a iniciação científica, a prática da monitoria, as atividades científico-culturais e artísticas, os estágios curriculares e extracurriculares e a participação em projetos de extensão junto à comunidade acadêmica e à comunidade externa;

- III. flexibilizar os currículos dos cursos de graduação de modo a conter pluralidade de linhas de pensamento, definir conteúdos teóricos básicos e práticas profissionalizantes essenciais para a constituição de competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos alunos, na perspectiva do “aprender a aprender”;
- IV. estabelecer procedimentos para o bom andamento de estágios, tccs, monografias, exercício da monitoria, iniciação científica e demais atividades práticas que integram o currículo dos cursos;
- V. aprimorar ações de nivelamento de conteúdos que deveriam ter sido adquiridos pelos alunos no ensino médio, principalmente no que tange às competências necessárias para a expressão escrita em língua portuguesa e fundamentos de matemática, cálculo, física, Direito e biologia;
- VI. aprimorar, na organização curricular de cada curso de graduação, a disciplina de formação sociocultural e ética de forma a despertar a consciência sobre os acontecimentos do seu entorno social;
- VII. adotar estratégias didático-pedagógicas adequadas ao fomento da capacidade empreendedora do aluno;
- VIII. organizar um sistema de acompanhamento do aluno egresso, dos cursos de graduação, vistos não só como instrumentos de avaliação dos resultados finais do processo ensino-aprendizagem, como também de apoio para o prosseguimento dos estudos, na perspectiva da educação continuada;
- IX. manter políticas para a renovação dos recursos materiais, equipamentos, laboratórios e biblioteca de acordo com as necessidades demonstradas nos projetos pedagógicos dos cursos;
- X. atualizar sistematicamente os projetos pedagógicos dos cursos de graduação, a partir de suas avaliações internas e externas;
- XI. analisar a evolução dos cursos existentes para a redefinição do pdi, respeitando seu período de vigência;
- XII. dar continuidade aos cursos de capacitação específicos para as áreas de didática e metodologia do ensino aos docentes;
- XIII. acompanhar a adequação dos currículos às novas exigências sociais, observadas as diretrizes curriculares para os cursos de graduação;
- XIV. estimular a prática de elaboração e recursos didáticos por meio do uso de novas tecnologias de comunicação e informação;

- XV. aprimorar os instrumentos de avaliação do desempenho escolar do corpo discente e da avaliação dos docentes pelos discentes, com o propósito de aperfeiçoar o programa de avaliação institucional;
- XVI. aprimorar as ações integradoras das teorias e das práticas profissionais;
- XVII. acompanhar o tempo efetivo de dedicação dos alunos às atividades acadêmicas e de produção científica realizada;
- XVIII. aprimorar e incentivar o uso adequado da biblioteca e dos laboratórios como meio de aprendizagem;
- XIX. aprimorar os programas de incentivo à leitura para o corpo docente e discente.

Neste contexto, o projeto, o plano e o currículo, muito mais que documentos técnico-burocráticos, constituem em instrumentos de ação política e pedagógica que garantem aos discentes uma formação global e crítica de modo a capacitá-los profissionalmente, e a proporcionar o desenvolvimento pessoal/profissional para o pleno exercício da cidadania.

Além disto, considera que, apesar da diversidade de caminhos, não há distinção hierárquica entre PPI e PPC, devendo ambos constituir um processo dinâmico, intencional, legítimo, transparente, em constante interconexão com o contexto da **Faculdade CESUMAR de Londrina**. Como política institucional, busca-se continuamente a articulação entre a gestão institucional e a gestão do curso, bem como a adequação e implantação das políticas institucionais constantes no PDI.

No âmbito do Curso, as políticas institucionais permeiam a sua concepção com vinculações claras. Durante a formação os discentes serão instados a admitirem as diversidades e trabalharem em equipes. Assim ocorre na realização de atividades em sala de aula ou de aulas práticas em campo, onde os discentes têm que exercitar a discussão científica e técnica com colegas acadêmicos. Ocorre também em estágios supervisionados em que o discente é posto frente a situações do mundo real sem o aparato do orientador imediato, ou seja, existe um tempo em que as respostas, análises e argumentações deverão ser pautadas exclusivamente nos conhecimentos do próprio discente, em sua capacidade de relacionamento com pessoas, em sua capacidade de conduzir soluções.

A missão institucional não deixa dúvidas sobre a intenção de praticar ensino de qualidade e formar profissionais cidadãos para desenvolverem uma sociedade justa e solidária. Essa articulação só pode ser alcançada se houver na academia uma articulação semelhante conhecida por integração entre ensino, pesquisa e extensão. Somente o trabalho sinérgico de gestores, docentes, discentes, e técnicos pode conduzir a instituição ao caminho dessa relevante articulação. Muitas são as maneiras de caminhar por ela. Varia de instituição para instituição, de curso para curso. A integração entre

ensino, pesquisa, e extensão tem a seguinte via: os docentes serão instados a pesquisarem e a discutirem suas pesquisas em sala de aula, em suas orientações de trabalho de conclusão de curso, em trabalhos de iniciação científica. Serão também instados a andarem na fronteira do conhecimento e da tecnologia a ser transmitida aos discentes, não com notícia e sim com responsabilidade consequente de aplicação, adaptação e dimensionamento. Paralelamente os discentes serão convocados e estimulados por meio de bolsas a participarem em programas de iniciação científica por meio de projetos desenvolvidos sob a orientação docente, nos laboratórios da instituição. A extensão é consequência natural na medida em que se cultiva o hábito de divulgar a ciência e seus resultados, e a tecnologia, bem como o hábito de compartilhar informações e conhecimentos.

2.2 FLEXIBILIZAÇÃO E GESTÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

- I. A composição do currículo será resultado da discussão coletiva do projeto político pedagógico e deverá contemplar um núcleo que caracterize a identidade do curso e em torno do qual se construa uma estrutura que viabilize uma formação mais generalista e que aproveite todas as possibilidades e todos os espaços de aprendizado possíveis;
- II. A especificidade de cada curso deve definir a flexibilização pretendida. Logo, o projeto político pedagógico é o orientador para a flexibilização do currículo de cada curso e não deve resumir a mera reorganização de um conjunto de disciplinas;
- III. As atividades complementares devem contribuir para a flexibilização curricular, mas não devem ser consideradas o único meio de realizá-la;
- IV. O conteúdo das disciplinas deve refletir a flexibilização, mas as disciplinas não devem ser, assim como as atividades complementares, o único caminho para realizá-la;
- V. O projeto pedagógico do curso deve contemplar os procedimentos necessários à mobilidade acadêmica visando proximidade dos sujeitos às experiências oriundas de diferentes trajetórias intra e interinstitucional;
- VI. Buscar condições para que as diferentes demandas diagnosticadas possam conduzir uma formação social e profissional diversificada, superando, inclusive, as limitações impostas aos acadêmicos que frequentam os cursos noturnos;
- VII. Desenvolver ao longo do curso ações pedagógicas que permitam interface real entre o ensino, a pesquisa e a extensão, com o propósito de produzir novos conhecimentos, a partir de processos investigativos demandados pelas necessidades sociais.

2.3 FLEXIBILIZAÇÃO E OS PROCESSOS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

O colegiado de Curso é o fórum privilegiado de discussão e implementação da flexibilização:

- I. A administração superior deve acompanhar os trabalhos realizados no âmbito das instâncias colegiadas responsáveis pelo curso, de forma que estas apresentem propostas que sejam exequíveis, pois as condições necessárias para a implementação da flexibilização compreendem desde a estrutura do sistema de controle acadêmico até a necessidade de investimentos em recursos humanos;
- II. É preciso manter revisão constante da legislação acadêmica, considerando-se que esta resulta das concepções que norteiam e definem o perfil da instituição.

2.4 FLEXIBILIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

- I. A avaliação institucional é imprescindível para o planejamento de ações concretas e consequentes no âmbito da flexibilização;
- II. A avaliação da aprendizagem deve contemplar mecanismos capazes de verificar a concretização do perfil acadêmico pretendido;
- III. A verificação da qualidade de ensino supõe uma avaliação de critérios e parâmetros previamente estabelecidos que façam referência às mudanças pretendidas com a flexibilização e que contribuam com a construção permanente do projeto pedagógico de cada curso;
- IV. É importante definir e regulamentar formas de avaliação de saberes prévios adquiridos em outros espaços de aprendizagem, além de espaço da academia, conforme os princípios da flexibilização”.

2.5 POLÍTICA DE EXTENSÃO: ARTICULAÇÃO COM A SOCIEDADE

A articulação e a integração da **Faculdade CESUMAR de Londrina** com a sociedade ocorrerá por meio da extensão universitária, a partir dos projetos, eventos e cursos de extensão, da cooperação interinstitucional e da prestação de serviços.

2.6 POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Do ponto de vista teórico, “a diversidade pode ser entendida como a construção histórica, cultural e social das diferenças” (GOMES, 2008, p. 17). Significa variedade e multiplicidade que se constroem no contexto social e assim pode ser entendida como uma questão que se torna cada vez mais complexa, quanto mais complexas vão se tornando as sociedades.

A discussão sobre a diversidade na política de uma instituição de ensino implica na compreensão de que os aspectos observáveis que se aprende a ver como diferentes (étnico-raciais, sociais, geracionais, de religiosidade, de gênero, de orientação sexual, de pessoas com deficiências, entre outros), só passaram a ser percebidos dessa forma, porque os sujeitos históricos, na totalidade das relações sociais, no contexto da cultura e do trabalho, assim os nomearam e identificaram. A importância desta compreensão está na relação estreita entre o olhar e o trato pedagógico da diversidade e a concepção de educação que informa as práticas educativas da instituição.

A concepção que identifica a diversidade como norma da espécie humana - os seres humanos são diversos em suas personalidades, em suas experiências culturais e em suas formas de perceber o mundo – orienta a abordagem da diversidade e também ressalta que a luta pelo direito à diversidade não se opõe à luta pela superação das desigualdades sociais.

Nesta linha de pensamento, o trato pedagógico da questão da diversidade indica que uma das dimensões do processo de inclusão social é a inclusão escolar, conjunto de políticas públicas e particulares com a finalidade de levar a escolarização a todos os segmentos humanos da sociedade, com ênfase na infância e juventude.

No Brasil, a Constituição de 1988, assim como a LDB nº. 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) destacam a importância e urgência de se promover a inclusão educacional como elemento formador da nacionalidade.

A legislação recente, e ainda pouco conhecida, coloca a questão da inclusão escolar para todos aqueles que se encontram à margem do sistema educacional: a população que não participa do consumo de bens materiais (produtos e mercadorias) e/ou serviços; que está fora do processo produtivo, seja pelo subdesenvolvimento, desemprego e subemprego e do acesso a bens culturais, saúde, educação, lazer e outros componentes da cidadania, e também os estudantes com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

A **Faculdade CESUMAR de Londrina**, assumindo essas colocações, tem a compreensão da diferença e o respeito à diversidade como um dos eixos orientadores da sua ação e das práticas pedagógicas, que se traduzem nas seguintes ações:

- Eliminação de barreiras arquitetônicas para os portadores de necessidades especiais e atendimento da questão nas novas edificações;
- desenvolvimento de programas e projetos de extensão voltados às populações de baixa renda;
- manutenção de Programa Especial de Inclusão Digital – Digitando o Futuro, para crianças, jovens e adultos;
- participação nos Programas e Projetos Nacionais de Inclusão Social, de acessibilidade plena com a eliminação do conjunto de barreiras, a saber: arquitetônicas, pedagógicas, atitudinais, nas comunicações e digitais;
- manutenção de intérprete na Linguagem Brasileira de Sinais Libras.

2.7 POLÍTICAS AFIRMATIVAS DE INCLUSÃO SOCIAL

A política de inclusão social estabelecida pela **Faculdade CESUMAR de Londrina** possui os seguintes objetivos:

- I. Promover a melhoria do desempenho dos alunos por meio de oficinas voltadas para a correção das dificuldades observadas na sua formação anterior ao ingresso na **Faculdade CESUMAR de Londrina**;
- II. propiciar as condições necessárias para a permanência nos cursos de graduação dos ingressantes;
- III. reforçar a política de assistência e acompanhamento estudantil;
- IV. ofertar aos discentes assistência pedagógica e tutorial;
- V. promover as ações necessárias para incentivar a redução das desigualdades sociais e regionais;
- VI. absorver parte do contingente de migrantes do município e da região mediante seus cursos superiores, qualificando e preparando os profissionais e trabalhadores para o desempenho eficiente de suas funções.

3. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

O presente projeto pedagógico foi concebido a partir de princípios de desenvolvimento que consideram as crescentes inovações científico-tecnológicas, o respeito às bases legais, às instituições e à ética, objetivando a valorização do homem, da sociedade e do meio ambiente.

CURSO DE BACHARELADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA	
Modalidade	Bacharelado
Ato de Autorização	Processo 201701029
Tempo de duração	4 anos
Integralização	Mínimo - 4 anos Máximo - 7 anos
Oferta de disciplinas	Regime Anual
Períodos:	Matutino e Noturno
Vagas Pretendidas	Matutino: 100 Noturno: 100
Coordenador do Curso	Nome: Humberto Garcia de Oliveira Titulação: Mestre Tempo de Dedicação: 40h semanais (T-40)

4. JUSTIFICATIVA DO CURSO

Desde o início de a presente década inúmeras discussões permeiam o âmbito da Educação Física e, principalmente após a criação do Conselho Federal de Educação Física (CONFEF), foi sugerida a divisão da Educação Física em duas áreas: Licenciatura e Graduação (Bacharelado), devido à necessidade de atender às diferentes possibilidades de atuação profissional, que vêm sofrendo modificações.

Atendendo às premissas sugeridas pelo CONFEF e às Resoluções 1 e 2/2002 e 7/2004 que passam a tratar a Educação Física em duas áreas de formação: Licenciatura e Graduação (Bacharelado) em Educação Física, em 2004, o Parecer 58/2004 manteve essa possibilidade e a resolução CNE 07/2004, fundamentada nesse parecer estabelece em seu artigo 3º, a abrangência da área da Educação Física. Em seu artigo 4º, parágrafo 1º definiu as orientações para o curso de Graduação em Educação Física (Bacharelado).

No Curso de Bacharelado em **Educação Física** serão contemplados os diferentes contextos que favoreçam a futura intervenção dos profissionais, formados pela **Faculdade CESUMAR de Londrina**, identificando e relacionando conhecimentos genéricos, mas considerados básicos para a área (ser humano, saúde, sociedade, natureza, pedagógicos e técnico funcionais aplicados, e ainda

outros mais voltados à ação e envolvimento dos profissionais com questões ligadas as diferentes práticas, para o que dependem da utilização de equipamentos e materiais diversos, contudo próprios e específicos.

Desta forma, visando atender à diversidade da região de abrangência da **Faculdade CESUMAR de Londrina**, bem como às necessidades e aos anseios da comunidade a que serve, o Curso de Bacharelado em **Educação Física** se propõe a formar profissionais com sólida construção epistemológica, capazes de articular a teoria e a prática, qualificados para atuar na sociedade com ética, competência profissional e responsabilidade social, desenvolvendo múltiplas competências e saberes referendados pela sociedade, necessários à sua atuação como profissional de Educação Física.

Neste sentido tem uma proposta diferenciada para o desenvolvimento de programas de atividades físicas orientados para diversas populações visando à manutenção da saúde e da qualidade de vida. Dentro desse enfoque ao aluno tornará possível mudar hábitos de vida no que se refere a praticas regulares de atividades físicas orientadas.

Outro aspecto importante é a nossa juventude que carece de programas de esportes através de escolas esportivas. Ainda, outro pilar importante para atender a comunidade local é o de preparar nossos acadêmicos para saber ensinar qualidades motrizes que possam atender às necessidades motoras das crianças. Aliar o conhecimento á projetos que possam justificar esta proposta será uma preocupação e uma prática constante do curso pela diversidade da região com programas municipais de atividades sistematizadas ao atendimento da população de todas as faixas etárias.

5. OBJETIVOS DO CURSO

A Educação Física é uma área de conhecimento e de intervenção acadêmico-profissional que tem como objeto de estudo e de aplicação o movimento humano, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, nas perspectivas da prevenção de problemas de agravo da saúde, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e da reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas.

6. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

Conforme o que determina a Diretriz Curricular do Curso de Bacharelado em Educação Física, em seu Art. 4º e § Único - O Curso de Bacharelado em Educação Física deverá assegurar uma formação generalista, humanista e crítica, qualificadora da intervenção acadêmico-profissional, fundamentada no rigor científico, na reflexão filosófica e na conduta ética. O graduado em Educação Física deverá estar qualificado para analisar criticamente a realidade social, para nela intervir acadêmica e profissionalmente por meio das diferentes manifestações e expressões do movimento humano, visando à formação, a ampliação e o enriquecimento cultural das pessoas, para aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável.

6.1 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

A formação do graduado em Educação Física deverá ser concebida, planejada, operacionalizada e avaliada visando a aquisição e desenvolvimento das seguintes competências e habilidades:

I. Dominar os conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudinais específicos da Educação Física e aqueles advindos das ciências afins, orientados por valores sociais, morais, éticos e estéticos próprios de uma sociedade plural e democrática.

II. Pesquisar, conhecer, compreender, analisar, avaliar a realidade social para nela intervir acadêmica e profissionalmente, por meio das manifestações e expressões do movimento humano, tematizadas, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, visando a formação, a ampliação e enriquecimento cultural da sociedade para aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável.

III. Intervir acadêmica e profissionalmente de forma deliberada, adequada e eticamente balizada nos campos da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas.

IV. Participar, assessorar, coordenar, liderar e gerenciar equipes multiprofissionais de discussão, de definição e de operacionalização de políticas públicas e institucionais nos campos da saúde, do lazer, do esporte, da educação, da segurança, do urbanismo, do ambiente, da cultura, do trabalho, dentre outros.

V. Diagnosticar os interesses, as expectativas e as necessidades das pessoas (crianças, jovens, adultos, idosos, pessoas portadoras de deficiência, de grupos e comunidades especiais) de modo a planejar, prescrever, ensinar, orientar, assessorar, supervisionar, controlar e avaliar projetos e programas de atividades físicas, recreativas e esportivas nas perspectivas da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer e de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas.

VI. Conhecer, dominar, produzir, selecionar, e avaliar os efeitos da aplicação de diferentes técnicas, instrumentos, equipamentos, procedimentos e metodologias para a produção e a intervenção acadêmico-profissional em Educação Física nos campos da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas.

VII. Acompanhar as transformações acadêmico-científicas da Educação Física e de áreas afins mediante a análise crítica da literatura especializada com o propósito de contínua atualização e produção acadêmico-profissional.

VIII. Utilizar recursos da tecnologia da informação e da comunicação de forma a ampliar e diversificar as formas de interagir com as fontes de produção e de difusão de conhecimentos específicos da Educação Física e de áreas afins, com o propósito de contínua atualização e produção acadêmica profissional.

7. FORMA DE INGRESSO NO CURSO E NA IES

O ingresso nos cursos de graduação se verifica por processo seletivo de acesso e deve abranger conhecimentos comuns a diversas formas de escolaridade do ensino médio, sem ultrapassar esse nível de complexidade, para avaliar a formação recebida pelos candidatos e sua aptidão intelectual para os estudos superiores.

A forma de realização do processo de ingresso é anunciada por meio de edital publicado em local próprio da **Faculdade CESUMAR de Londrina** observadas às normas e a legislação vigente, do qual deve constar, dentre outras informações, os cursos e o número de vagas, o prazo de inscrição,

a documentação necessária, os critérios de classificação e desempate e outros esclarecimentos de interesse dos candidatos.

Têm direito e preferência à matrícula dentro do limite de vagas ofertadas, os candidatos que atingirem o maior número de pontos. No caso de empate na classificação, o desempate é feito, segundo os critérios aprovados pelo Conselho Superior.

Quando o número de candidatos classificados não preencher as vagas fixadas pode ser aberto novo processo seletivo, para preenchimento das vagas existentes, observada a legislação vigente.

Após convocação dos candidatos aprovados no processo seletivo de ingresso, restando vagas, estas podem ser preenchidas por portadores de diploma de graduação ou para transferência de discentes de outras instituições de educação superior, mediante processo seletivo.

Dos instrumentos de avaliação para seleção não é concedido revisão e seus resultados, para efeito de matrícula, são válidos apenas para o período letivo a que se destinam.

Na ocasião da publicação do edital de abertura do processo seletivo para ingresso a **Faculdade CESUMAR de Londrina** deve informar aos interessados, através de catálogo, as condições de oferta dos cursos, incluindo os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos docentes, recursos disponíveis, critérios de avaliação, taxas e demais informações, conforme orientação do Ministério da Educação.

As normas complementares à execução do processo seletivo de ingresso aos cursos de graduação serão aprovadas pelo Conselho Superior.

8. ESTRUTURA CURRICULAR

A linha Didático-Pedagógica seguida pelo Curso de **Bacharelado em Educação Física** concentra-se numa prática interdisciplinar, na qual os conhecimentos estudados integram-se entre si, construindo assim uma base sólida acerca dos saberes necessários ao Bacharel em Educação Física, com formação Generalista, apto a trabalhar com os diferentes campos nos quais pode atuar, sem perder de vista a necessidade primeira de agir para promover o bem para uma dada comunidade, repassando seus conhecimentos para garantir preceitos mínimos de saúde e qualidade de vida a estas populações.

Os conteúdos curriculares são relevantes, atualizados e foram criados de forma a existir perfeita correlação com o objetivo do Curso de **Bacharelado em Educação Física** e o perfil esperado do egresso, de acordo com o que preconiza as DCNs e sua estrutura curricular.

A estrutura curricular é composta por seis áreas temáticas, desenvolvidas ao longo do curso, em cada série, as quais são:

a) **O Ser Humano e Sociedade** - desenvolvida pelas disciplinas de Fundamentos em Educação Física e Fundamentos da educação Física e ética profissional, Ciências Humanas e Sociais, Políticas Públicas aplicada à Ed. Física; Psicologia do Esporte e Gestão e Marketing em ED. Física e Formação Sócio Cultural e Ética I e II;

b) **Didático–Pedagógico** - desenvolvida nas disciplinas: Aprendizagem, Crescimento e Desenvolvimento Humano, Didática Geral aplicada à Educação Física, Metodologia do Ensino da Educação Física, Metodologia do Ensino da educação física - Esportes – estágio supervisionado I e II.

c) **Técnico-Instrumental** - desenvolvida nas disciplinas de Fundamentos de Esportes Individuais- Atletismo, Fundamentos de Esportes Coletivos: Futsal/Handebol, Fundamentos em Esportes coletivos: Basquetebol/ Voleibol-, Esportes individuais-Tênis - Fundamentos em esportes Individuais-natação, Medidas e Avaliação em educação Física, Atividade Física saúde e qualidade de vida, Aperfeiçoamento em esportes coletivos - futsal, treinamento desportivo, musculação e exercícios resistidos, , aperfeiçoamento em esportes radicais e de aventura, Expressões rítmicas corporais- dança de salão, Ginástica em Empresas e Academias; avaliação e prescrição de exercícios para grupos especiais e Técnicas e procedimentos de primeiros socorros e libras.

d) **Biologia do Corpo Humano** - contemplada nas disciplinas de Fundamentos da Biologia e da Bioquímica Humana, Ciências morfológicas, Bases Neurofuncionais do Movimento, Fisiologia Humana e atividade física, Nutrição Aplicada ao desempenho esportivo; cinesiologia e biomecânica.

e) **Produção do Conhecimento Científico-Técnico** - contemplada nas disciplinas, Fundamentos da Produção Científica, Projeto Integrador I, II, III e IV(TCC) e Bioestatística e Epidemiologia.

f) **Culturais do Movimento Humano** - contemplada nas disciplinas de Fundamentos da Ginástica Geral, Fundamentos da Dança, Fundamentos de Lutas, Fundamentos de recreação e Lazer.

8.1 MATRIZ CURRICULAR DO CURSO

1º ANO	
NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA DA DISCIPLINA
Aprendizagem Crescimento e Desenvolvimento Humano	80
Aspectos Históricos e Antropológicos da Educação Física	80
Biologia e Bioquímica Humana	80
Ciências Morfológicas	80
Ciências Sociais	80
Dança	80
Educação Física e Esportes para necessidades especiais	80
Esporte Individual: Atletismo	80
Esportes Coletivos: Futsal/Handebol	80
Formação Sociocultural e Ética	40
Metodologia da Pesquisa	40
TOTAL	800
2º ANO	
NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA DA DISCIPLINA
Bioestatística e Epidemiologia	80
Cinesiologia e Biomecânica	80
Didática aplicada à Educação Física	80
Educação Física e Ética Profissional	80
Esportes Coletivos: Basquetebol/Voleibol	80
Fisiologia Humana, do Exercício, Nutrição e Desempenho Humano	120
Ginástica Geral	80
Lutas	80
Medidas e Avaliação	80
Metodologia do Ensino da Educação Física nos Esportes Coletivos	40
TOTAL	800
3º ANO	
NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA DA DISCIPLINA
Empreendedorismo	80
Esportes Aquáticos: Natação, Polo aquático e Hidroginástica.	120
Gestão de Projeto de Vida	40
Lazer, Recreação e esportes de aventura.	120
Metodologia do ensino da Educação Física - Atendimento Personalizado e Esportes Individuais	80
Motricidade Humana	80
Políticas Públicas Aplicadas à Educação Física e esportes	80
Psicologia aplicada à educação física e nos Esportes	80
Técnicas e Procedimentos de Primeiros Socorros	80
TOTAL	760
Estágio Supervisionado I	200

4º ANO	
NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA DA DISCIPLINA
Atividade Física, Saúde e Qualidade de Vida.	80
Avaliação e Prescrição de Exercícios para Grupos Especiais	80
Esportes individuais: Tênis	80
Expressões Rítmicas Corporais: Dança de Salão	80
Gestão e Marketing em Educação Física	120
Ginástica em Empresas e Academias	80
Musculação e Exercícios Resistidos	80
Treinamento Desportivo	80
TOTAL	680
Estágio Supervisionado II	200
Trabalho de Conclusão de Curso	100

RESUMO – COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS/OPTATIVO

RESUMO	Carga Horária (h/a - 50min)	Equivalência em (hora - 60min)
Carga Horária de Disciplinas	3040	2533
Carga Horária de Estágio Supervisionado		400
Carga Horária de Trabalho de Conclusão de Curso		100
Carga Horária de Atividades Acadêmicas Complementares		200
Total de Horas Obrigatórias do Curso (h/a) – Integralização		3.233
Libras (opcional)		80

9. CONTEÚDOS CURRICULARES - EMENTAS DAS DISCIPLINAS

1º ANO

APRENDIZAGEM, CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO HUMANO
Ementa:
Estudo sobre a aprendizagem e sua relação com o crescimento, maturação e as diferentes etapas do desenvolvimento humano, bem como a caracterização biopsicossocial das crianças, adolescentes, adultos e idosos.
Bibliografia Básica:
RAPPAPORT, Clara Regina; FIORI, Wagner da Rocha; DAVIS, Cláudia. Psicologia do

desenvolvimento: a idade escolar e a adolescência. São Paulo: EPU, 1981

CAMPOS, Dinah Martins de Souza. **Psicologia de desenvolvimento humano**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

FARINATTI, Paulo de Tarso Veras. **Envelhecimento:** promoção da saúde e exercício: bases teóricas e metodológicas. São Paulo: Manole, 2008.

Bibliografia Complementar:

KAIL, Robert V. **A criança**. São Paulo: Prentice, 2004.

GUEDES, Dartagnan Pinto; GUEDES, Joana Elisabete Ribeiro Pinto. **Crescimento, composição corporal e desenvolvimento motor de crianças e adolescentes**. São Paulo: CLR Balieiro, 2002.

MANOEL, Edison de Jesus; TANI, G. **Educação Física escolar:** fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista. São Paulo: EPU, 1988.

SPRINGER, Sally P.; DEUTSCH, Georg. **Cérebro esquerdo, cérebro direito**. São Paulo: Summus, 1998.

PAPALÉO NETTO, Matheus. **Gerontologia:** a velhice e o envelhecimento em visao globalizada. São Paulo: Atheneu, 2005.

ASPECTOS HISTÓRICOS E ANTROPOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Ementa:

Estudo da construção da consciência sobre o corpo e da cultura do movimento humano. Matrizes constituintes, interações e significações sociais da educação e da educação do corpo nos diferentes períodos históricos. História geral da Educação Física e suas relações com o contexto social das diferentes épocas.

Bibliografia Básica:

BETTI, Mauro. **Educação física e sociedade**. São Paulo: Movimento, 1991.

GALLARDO, Jorge Sergio Pérez. **Educação física:** contribuições a formação profissional. Ijuí: Unijuí, 2000.

MEDINA, João Paulo Subira. **A educação física cuida do corpo... e mente**. Campinas: Papirus, 1995.

Bibliografia Complementar:

SILVA, Maurício Roberto da (Org). **Esporte, educação, estado e sociedade:** as políticas públicas em foco. Chapecó, SC: Argos, 2007.

MOREIRA, Wagner Wey; GUEDES, Claudia Maria. **Corpo presente**. Campinas: Papirus, 1995.

DE MARCO, Ademir, org. **Pensando a educação motora**. Campinas: Papyrus, 1995.

DAOLIO, Jocimar. **Da cultura do corpo**. Campinas: Papyrus, 2007.

BRUHNS, Heloisa Turini. **Conversando sobre o corpo**. Campinas: Papyrus, 1991.

BIOLOGIA E BIOQUÍMICA HUMANA

Ementa:

Organização estrutural e funcional das células eucarióticas e seu metabolismo. Bases estruturais e funcionais das biomoléculas e dos agregados supramoleculares, das vias metabólicas, dos processos moleculares de codificação e de sinalização intra e intercelulares.

Bibliografia Básica:

1. MURRAY, Robert K; FIGUEIREDO, José Eduardo Ferreira de; VOEUX, Patricia Lydie; DORVILLÉ, Luis Fernando Marques. **Bioquímica ilustrada de Harper**. Porto Alegre: AMGH, 2014.
2. DE ROBERTIS, Eduardo M. F.; HIB, José; DE ROBERTIS, E. M. F. **De Robertis: bases da biologia celular e molecular**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
3. JUNQUEIRA, Luis Carlos Uchoa; CARNEIRO, José. **Biologia celular e molecular**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

Bibliografia Complementar:

CHAMPE, Pamela C.; HARVEY, Richard A.; FERRIER, Denise R.; DALMAZ, Carla. trad. **Bioquímica Ilustrada**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

MURRAY, Robert K; HARPER, Harold Anthony. Harper: **Bioquímica**. São Paulo: Atheneu, 2006.

GUYTON, Arthur C. **Tratado de fisiologia médica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

MCARDLE, William D.; KATCH, Frank L.; KATCH, Victor L. **Fisiologia do exercício: energia, nutrição e desempenho humano**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

MONTGOMERY, Rex; CONWAY, Thomas W.; SPECTOR, Arthur A. **Bioquímica: uma abordagem dirigida por casos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

CIÊNCIAS MORFOLÓGICAS

Ementa:

Caracterização morfológica dos sistemas do corpo humano. Estudo das fases do desenvolvimento embrionário e dos tecidos que compõem o organismo humano.

Bibliografia Básica:

MOORE, Keith L.; DALLEY, Arthur F.; WERNECK, Alexandre Lins; WERNECK, Wilma Lins; WERNECK, Hécio. **Anatomia orientada para a clínica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

GUYTON, Arthur C.; HALL, John E.; ESBÉRARD, Charles Alfred. **Tratado de fisiologia médica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

SOBOTTA, Johannes; PABST, R.; PUTZ, R. **Atlas de anatomia humana**. Volume II. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

Bibliografia Complementar:

ABRAHAMS, Peter H.; HUTCHINGS, Ralph T.; MARKS JR., S. C. **Atlas colorido de anatomia humana de McMinn**. São Paulo: Manole, 1999.

SOBOTTA, Johannes; PABST, R.; PUTZ, R. **Atlas de anatomia humana**. Volume I. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1995.

DI DIO, Liberato J. A. **Tratado de anatomia sistêmica aplicada: princípios básicos e sistêmicos: esquelético, articular e muscular**. Volume I São Paulo: Atheneu, 2002.

BEHNKE, Robert; ALBERNAZ, Nilda Maria Farias de. **Anatomia do movimento**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ROHEN, Johannes W.; YOKOCHI, Chihiro; LÜTJEN-DRECOLL, Elke. **Anatomia humana: atlas fotográfico de anatomia sistêmica e regional**. São Paulo: Manole, 2002.

CIÊNCIAS SOCIAIS

Ementa:

Iniciação aos fundamentos históricos e políticos da ciência da sociedade, relacionado ao surgimento da sociedade capitalista, abrange o estudo do homem e de suas relações sociais, do processo saúde e doença nas suas múltiplas determinações, contemplando a integração dos aspectos psicossociais, culturais, filosóficos, antropológicos e epidemiológicos norteados pelos princípios éticos, bem como as políticas de saúde, educação, trabalho e administração.

Bibliografia Básica:

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CARVALHO, Yara Maria de; RUBIO, Katia. **Educação física e ciências humanas**. São Paulo: Hucitec, 2001.

RIVIÈRE, Claude; MARTINS, José Francisco Espadeiro. **Introdução à antropologia**. Lisboa: Edições 70, 2011.

Bibliografia Complementar:

ARANHA, Maria Lucia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Temas de filosofia**. São Paulo: Moderna, 2005.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2012.

DAOLIO, Jocimar. **Educação física e o conceito de cultura**. Campinas: Autores Associados, 2010.

BOSI, Ecléa. **Cultura de massa e cultura popular: leituras de operárias**. Petrópolis: Vozes, 2008.

MOREIRA, Wagner Wey, org. **Educação física & esportes: perspectivas para o século XXI**. Campinas: Papyrus, 1999.

DANÇA**Ementa:**

Estudo da dança em seus aspectos culturais, históricos, filosóficos e estéticos. Compreensão da dança em suas diferentes possibilidades de concretização (primitiva, clássica, moderna, contemporânea, religiosa, salão e outras), dando ênfase nas danças da contemporaneidade e da cultura popular brasileira entre outras. Definição de estratégias metodológicas de ensino, pesquisa e extensão em dança.

Bibliografia Básica:

CAMINADA, Eliana. **História da dança: evolução cultural**. Rio de Janeiro: Sprint, 1999.

MOMMENSOHN, Maria; PETRELLA, Paulo. **Reflexões sobre Laban, o mestre do movimento**. São Paulo: Summus, 2006.

MARQUES, Isabel A. **Dançando na escola**. São Paulo: Cortez, 2006.

Bibliografia Complementar:

ARTAXO, Inês; MONTEIRO, Gizele de Assis. **Ritmo e Movimento: teoria e prática**. São Paulo: Phorte, 2008.

MEDINA, João Paulo Subira. **A Educação Física cuida do corpo... E "mente"**. Campinas: Papyrus, 2004.

GARAUDY, Roger; MARIANI, Glória; GUIMARÃES FILHO, Antônio. **Dançar a vida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

PUJADE-RENAUD, Claude. **Linguagem do silêncio: expressão corporal**. São Paulo: Summus, 1990.

FRADE, Cascia. **Folclore**. São Paulo: Global, 2005.

EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTES PARA NECESSIDADES ESPECIAIS

Ementa:

Estudos das teorias e métodos da Educação Física adaptados a pessoas portadoras de necessidades especiais.

Bibliografia Básica:

PAPALIA, Diane E.; OLDS, Sally Wendkos; FELDMAN, Ruth Duskin; VERCESI, Carla Filomena Pinto. **Desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ASSOCIATION OF SWIMMING THERAPY. **Natação para deficientes**. São Paulo: Manole, 2000.

TELFORD, Charles W.; RIBEIRO, Vera. **O indivíduo excepcional**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1988.

Bibliografia Complementar:

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para educação especial**. Curitiba: Intersaberes, 2013.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Inclusão - O que é? Por quê? Como Fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

NIEMAN, David C.; IKEDA, Marcos. **Exercício e saúde**. São Paulo: Manole, 1999.

BOBATH, Karel. **Desenvolvimento motor nos diferentes tipos de paralisia cerebral**. São Paulo: Editora Manole, 1970.

BEE, Helen. **O ciclo vital**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

ESPORTES INDIVIDUAIS: ATLETISMO

Ementa:

Estudo do atletismo em seus aspectos histórico, evolutivo e de desenvolvimento técnico das corridas, saltos e lançamentos considerando os processos pedagógicos e as estratégias de ensino-aprendizagem. Aprendizado na prática dos modelos técnicos das provas, vivência e manuseio de materiais específicos, bem como na prática de professor na função de ensino através de aulas laboratórios e apresentação de seminários teóricos.

Bibliografia Básica:

WILMORE, Jack H.; COSTILL, David L. **Fisiologia do esporte e do exercício**. São Paulo: Manole, 2001.

Técnicas do atletismo progressão do ensino. S.I. **IAAF**: Sistema de formação e certificação de

treinadores, 1999.

PULEO, Joe. **Anatomia da Corrida**. Barueri: Manole, 2011.

Bibliografia Complementar:

ROJAS, Paola Neiza Camacho. **Aspectos pedagógicos do atletismo**. Curitiba: Intersaberes, 2017.

Fernandes, Jose Luis. **Atletismo**: arremessos. São Paulo: EPU, 1978.

Educação física e desporto: uma visão pedagógica e antropológica. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1990..

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ATLETISMO. **Regras oficiais de atletismo**: 1999-2000. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.

Romero Frómata, Edgardo. **Guia metodológico de exercícios em atletismo**: formação, técnica e treinamento. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ESPORTES COLETIVOS: FUTSAL / HANDEBOL

Ementa:

Estudo dos aspectos relacionados aos fundamentos pedagógicos, técnicos e táticos dos esportes coletivos; Futebol, Handebol e Futsal contextualizando-os em suas perspectivas históricas da cultura original e Brasileira. Análise dos esportes coletivos na formação educacional formal e não formal. Relacionar a disciplina com as principais manifestações esportivas: Lazer, Educação e Rendimento. Vivenciar o conteúdo teórico nas aulas práticas buscando relacioná-lo com a realidade nas diversas situações que ocorrem no dia a dia da Educação Física em geral. Ensino dos principais métodos aplicados aos esportes coletivos com propostas pedagógicas para o ensino dos conteúdos propostos.

Bibliografia Básica:

EHRET, Arno; SPATE, Dietrich; SCHUBERT, Renate; ROTH, Klaus. **Manual de handebol**: treinamento de base para crianças e adolescentes. São Paulo: Phorte, 2002.

SANTANA, Wilton Carlos de. **Futsal**: metodologia da participação. Londrina: Lido, 2001.

FONSECA, Gerard Maurício Martins. **Jogos futsal**: da aprendizagem ao treinamento. Caxias do sul,: Educs, 2011.

Bibliografia Complementar:

VOSER, Rogério da Cunha; GIUSTI, João Gilberto. **O futsal e a escola**: uma perspectiva pedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2002.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HANDEBOL. **Regras oficiais de handebol e beach handball**: 1999-2000. Rio de Janeiro: Sprint, 1999.

LIMA, Reginaldo Ferreira de. **Futebol**: treinos técnicos com bola. Maringá: Ideal, 2000.

LEAL, Julio Cesar. **Futebol**: arte e ofício: histórico, sistemas, táticas, técnicas, planejamento. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.

DUARTE, Orlando. **Futebol**: historias e regras. Sao Paulo: Makron Books, 1997

FORMAÇÃO SOCIOCULTURAL E ÉTICA

Ementa:

Estudo e interpretação sobre os acontecimentos sociais, políticos, econômicos, culturais e atualização permanente sobre a realidade brasileira, mundial e sobre outras áreas do conhecimento. Estudo dos valores éticos e culturais que permeiam as relações dos homens na sociedade contemporânea, focando as relações étnico-raciais, a história e a cultura afro-brasileira e indígena e reflexão crítica acerca das políticas de afirmação e resgate histórico da população brasileira. Políticas públicas de inclusão social; formação da identidade nacional brasileira e das políticas educacionais da valorização das diversidades e dos direitos humanos. Políticas de Educação Ambiental e Sustentabilidade.

Bibliografia Básica:

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ; CONSTANTINO, Cristina Herold; MALENTACHI, Débora Azevedo; CAETANO, Fabiana Sesmilo de Camargo; FERRARI, Aline; SIMÃO, Valdecir Antonio.

Formação sociocultural e ética. Maringá: s.n., 2014.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 2011.

ALIGLERI, Lilian; ALIGLERI, Luiz Antonio; KRUGLIANSKAS, Isak. **Gestão socioambiental**: responsabilidade e sustentabilidade do negócio. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar:

1GOMES, Mécio Pereira. **Os índios e o Brasil**: passado, presente e futuro. São Paulo: Contexto, 2012.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2017.

MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de filosofia**: dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

MATTOS, Regiane Augusto de. **História e cultura afro-brasileira**. São Paulo: Contexto, 2016

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando**: introdução à filosofia.

São Paulo: Moderna, 2009.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Ementa:

Estudo dos diferentes tipos de pesquisa de campo: pesquisa exploratória – pesquisa descritiva e pesquisa experimental – Pesquisa piloto – Artigos científicos – Apresentações de trabalhos monográficos e artigos científicos. Escolha do orientador.

Bibliografia Básica:

MARTINS JUNIOR, Joaquim. **Como escrever trabalhos de conclusão de cursos**. Petrópolis: Vozes, 2015.

THOMAS, Jerry R.; NELSON, Jack K. **Métodos de pesquisa em atividade física**. Porto Alegre: ARTMED, 2002.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

Bibliografia Complementar:

1. SANTOS, Izequias Estevan dos. **Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica**. Niterói: Impetus, 2005.

2. LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 2003.

3. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

4. POPE, Catherine; MAYS, Nicholas. **Pesquisa qualitativa na atenção à saúde**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

5. VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. **Metodologia do trabalho científico: um enfoque didático da produção científica**. São Paulo: E.P.U., 2001.

2º ANO

BIOESTATÍSTICA E EPIDEMIOLOGIA
Ementa:
Definições em bioestatística; amostras e populações; variáveis na bioestatística; distribuição de frequência; medidas de tendência central e dispersão; elementos de probabilidade; hipóteses estatísticas; análise de variância; regressão e correlação.
Bibliografia Básica:
MORETTIN, Pedro Alberto; BUSSAB, Wilton de Oliveira. Estatística básica . São Paulo: Saraiva, 2003 - 2006. BISQUERRA, Rafael; MURAD, Fátima. Introdução à estatística : enfoque informático com o pacote estatístico SPSS. Porto Alegre: Artmed, 2004 CRESPO, Antônio Amot. Estatística fácil . São Paulo: Saraiva, 2009.
Bibliografia Complementar:
SIEGEL, Sidney. Estatística não-paramétrica para as ciências do comportamento . São Paulo: Makron Books do Brasil, 1975. VIEIRA, Sonia. Análise de variância : (Anova). São Paulo: Atlas, 2006. RIBEIRO JUNIOR, José. Análises estatísticas no Excel : guia prático. Viçosa: UFV, 2004. MOTTA, Valter T. Bioestatística . Rio Grande do Sul: EDUCS, 2006. BERQUÓ, Elza Salvatori; SOUZA, Jose Maria Pacheco de; GOTLIEB, Sabina Lea Davidson. Bioestatística . São Paulo: EPU, 1981.

CINESIOLOGIA E BIOMECÂNICA
Ementa:
Introdução e fundamentos da Cinesiologia. Princípios físicos da biomecânica. Estática e cinemática. Modelos e estudo da biomecânica. Métodos de avaliação bidimensionais e tridimensionais do movimento. O movimento humano. Lubrificação articular. Alavancas de diferentes ordens. Força e torque. Centro de gravidade do corpo humano. Provas e Funções Musculares
Bibliografia Básica:
OATIS, Carol A. Cinesiologia : a mecânica a patomecânica do movimento humano. Barueri: Manole, 2014.

MCGINNIS, Peter M.; VISSOKY, Jacques. **Biomecânica do esporte e exercício**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

LIPPERT, Lynn S.; AZEVEDO, Maria de Fátima; ARAÚJO, Cláudia Lúcia Caetano de. **Cinesiologia clínica e anatomia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

Bibliografia Complementar:

SACCO, Isabel de Camargo Neves; TANAKA, Clarice; CARVALHO, Celso R. F. **Cinesiologia e biomecânica dos complexos articulares**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

HAMILL, Joseph; KNUTZEN, Kathleen M. **Bases biomecânicas do movimento humano**. São Paulo: Manole, 1999.

ENOKA, Roger M.; BANKOFF, Antonia Dalla Pria. **Bases neuromecânicas da cinesiologia**. São Paulo: Manole, 2002.

SMITH, Laura K., ed; LEHMKUHL, L. Don, ed; WEISS, Elizabeth Lawrence, ed; OLIVEIRA, Nelson Gomes de. **Cinesiologia clínica de Brunnstrom**. São Paulo: Manole, 2014.

NORKIN, Cynthia C. **Articulações: estrutura e função: uma abordagem prática e abrangente**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2001.

DIDÁTICA APLICADA A EDUCAÇÃO FÍSICA

Ementa:

Estudo de conhecimentos teóricos e práticos que favoreçam a compreensão reflexiva e crítica das situações didáticas de ensino para percepção do fenômeno educacional como instrumento de transformação sócio-político-cultural. Análise da trajetória histórica da didática e do pensamento pedagógico de autores clássicos e contemporâneos, possibilitando a reflexão sobre o ato de ensinar, problematizado pelas circunstâncias da sociedade atual. Para uma compreensão crítica do processo didático e sua redefinição na experiência concreta, a disciplina propõe o estudo dos níveis do processo de planejamento pedagógico como elemento balizador da ação docente, objetivos do ensino, formas de organização, técnicas, estratégias e recursos didáticos em aula e em outros espaços, bem como a avaliação da aprendizagem.

Bibliografia Básica:

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **Filosofia e história da educação brasileira**. Barueri: Manole, 2009.

SCARPATO, Marta. **Didática e desenvolvimento integral**. São Paulo: Avercamp, 2012.

OLIVEIRA, Gislene de Campos. **Psicomotricidade: educação e reeducação num enfoque psicopedagógico**. São Paulo: Vozes, 2015.

Bibliografia Complementar:

- SAVIANI, Dermeval. **Educação brasileira**: estrutura e sistema. Campinas: Autores Associados, 2008.
- GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 2005.
- MALHEIROS, Bruno Tatanto. **Didática geral**. Rio de Janeiro: LTC, 2012.
- LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2007.
5. KUNZ, Eleanor. **Didática da educação física 2**. Ijuí: Unijuí, 2014.

EDUCAÇÃO FÍSICA E ÉTICA PROFISSIONAL**Ementa:**

Estudo e análise dos determinantes filosóficos e das concepções teóricas que norteiam as tendências educacionais da atualidade e o trabalho em Educação Física. A ética, a educação no contexto das sociedades e de suas mudanças organizacionais, políticas e econômicas.

Bibliografia Básica:

- MATA Wilson Aparecido da. **Apostila de fundamentos da educação física**. Maringá: Cesumar - Centro Universitário de Maringá.
- HORA, Dinair Leal da. **Gestão democrática na escola**: arte e ofícios da participação coletiva. São Paulo: Papyrus, 2011.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando**: introdução à filosofia. São Paulo: Moderna, 2003.

Bibliografia Complementar:

- CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação física no Brasil**: a história que não se conta. Campinas: Papyrus, 1994.
- CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1999.
- MATTOS, Mauro Gomes de; NEIRA, Marcos Garcia. **Educação física na adolescência construindo o conhecimento na escola**. São Paulo: Phorte, 2004.
- CAPUCHO, Vera. **Educação de jovens e adultos**: prática pedagógica e fortalecimento da cidadania. São Paulo: Cortez, 2012.
- GONÇALVES, Maria Augusta Salin. **Sentir, pensar, agir**: corporeidade e educação. Campinas: Papyrus, 1997.

ESPORTES COLETIVOS: BASQUETE / VOLEIBOL
Ementa:
Estudo dos Esportes Coletivos de quadra Basquetebol e Voleibol, desde seu histórico, teoria e prática dos fundamentos, princípios pedagógicos e experiências de ensino para aplicação nos diversos setores do exercício profissional. Abordagem da importância cultural e social destas modalidades.
Bibliografia Básica:
SUVOROV, Y. P. Voleibol : iniciação. Rio de Janeiro: Sprint, 2002. COLE, Brian. Anatomia do basquete : guia ilustrado para otimizar o desempenho e prevenir lesões. Barueri: Manole, 2017. Carvalho, Oto Morvia de. Voleibol : 1000 exercícios. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.
Bibliografia Complementar:
CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASQUETEBOL. Regras oficiais de basquetebol : 2003-2004. Rio de Janeiro: Sprint, 2003. TRICOLLI, Valmor. Basquetebol : uma visão integrada entre ciência e prática. Barueri: Manole, 2005. Ferreira, Aluísio Elias Xavier. Basquetebol : técnicas e táticas: uma abordagem didático-pedagógica. São Paulo: EPU, 2003. OLIVEIRA, Vadomiro de; OLIVEIRA, Paulo Roberto de; PAES, Roberto Rodrigues. Preparação física no basquetebol : pedagogia e metodologia: da iniciação à especialização. Londrina: Midiograf, 2004. BIZZOCCHI, Carlos. O voleibol de alto nível : da iniciação a competição. Barueri: Manole, 2013.
FISIOLOGIA HUMANA, DO EXERCÍCIO, NUTRIÇÃO E DESEMPENHO HUMANO
Ementa:
Estudo dos princípios básicos da Fisiologia geral do exercício, nutrição e desempenho para melhor entendimento do conceito educacional da Educação Física. Determinantes fisiológicos e análise das concepções teóricas na atividade física.
Bibliografia Básica:
POWERS, Scott K.; HOWLEY, Edward T. Fisiologia do exercício : teoria e aplicação ao condicionamento e ao desempenho. São Paulo: Manole, 2000. SILVERTHORN, Dee Unglaub; OBER, William C.; GARRISON, Claire W.; SILVERTHORN, Andrew C. Fisiologia humana : uma abordagem integrada. Barueri: Manole, 2003.

GUYTON, Arthur C.; HALL, John E.; ESBÉRARD, Charles Alfred. **Tratado de fisiologia médica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

Bibliografia Complementar:

DOUGLAS, Carlos Roberto. **Tratado de fisiologia aplicada à nutrição**. São Paulo: Robe, 2002.

KENNEY, W. Larry. **Fisiologia do esporte e do exercício**. Barueri: Manole, 2013.

FOSS, Merle L.; KETEVIAN, Steven J.; TARANTO, Giuseppe. **Fox bases fisiológicas do exercício e do esporte**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

BOUCHARD, Claude. **Atividade física e obesidade**. Barueri: Manole, 2003.

SIMÃO, Roberto. **Fisiologia e prescrição de exercícios para grupos especiais**. São Paulo: Phorte, 2014.

GINÁSTICA GERAL

Ementa:

Estudo dos movimentos corporais e dos fundamentos histórico, culturais e pedagógicos da Ginástica Geral, com as demais manifestações ginásticas da atualidade. Construção e exploração de materiais tradicionais e não – tradicionais, utilizando os movimentos naturais e mecânicos relacionando – os com o universo formal (escolar) e o não formal (clubes, associações, acadêmicas, dentre outros).

Bibliografia Básica:

GALLARDO, Jorge Sergio Pérez; AZEVEDO, Lúcio Henrique Rezende. **Fundamentos básicos da ginástica acrobática competitiva**. Campinas: Autores Associados, 2007.

AYOUB, Eliana. **Ginástica geral e educação física escolar**. São Paulo: UNICAMP, 2013.

STAUGAARD-JONES, Jo Ann. **Exercício e movimento: abordagem anatômica: guia para o estudo da dança, pilates, esportes e yoga**. Barueri: Manole, 2015.

Bibliografia Complementar:

BATISTA, José Carlos de Freitas; GAIO, Roberta. **A ginástica em questão**. São Paulo: Tecmedd, 2006.

DAOLIO, Jocimar. **Da cultura do corpo**. Campinas: Papirus, 2000.

KISNER, Carolyn; GOBBY, Lynn Allen. **Exercícios terapêuticos: fundamentos e técnicas**. Barueri: Manole, 2016.

SILVA, N. Pithan e. **Ginástica feminina**. São Paulo: Brasipal, [199-].

VIEIRA, Ester de Azevedo. **Ginástica rítmica desportiva**. São Paulo: IBRASA, 1999.

LUTAS
Ementa:
Fundamentos de Lutas: Vivência orientada e estudo reflexivo das metodologias para a prática educativa do TAEKWONDO, BOXE e JUDÔ, pautando-se nos aspectos didático/pedagógicos, técnicos e táticos das referidas modalidades, bem como discussão sobre o histórico de cada uma delas e a inserção das mesmas nos conteúdos da Educação Física Escolar e no âmbito do ensino não convencional. De outra forma, buscar perceber o indivíduo dentro de uma perspectiva holística, onde corpo e mente seja o ponto de partida para o entendimento do homem.
Bibliografia Básica:
LOPES, R. J. Taekwondo : arte marcial, filosofia e esporte olímpico. Curitiba, 2000. UNANIAN, Ricardo Ubiratan Saeki; SILVA, Luiz Fernando Caetano. Aprendendo boxe : a nobre arte: equipamentos, técnicas, tipos de treinos. Campinas: Editora Lince, 2006. CRUZ, José Luiz Oliveira. Capoeira Angola : do iniciante ao mestre. Ed. PALLAS, 2004.
Bibliografia Complementar:
VÁRIOS AUTORES. Judô : desempenho competitivo. Barueri: Manole, 2010. COELHO, Cláudio. Boxe : método de aulas para o treinador iniciante. São Paulo: Prestígio, 2006. GRACIE, Helio; GRAFF-GRACIE, Silvia. Gracie jiu-jitsu . São Paulo: Saraiva, 2007. TOO, Henji Tsu. Judô : o caminho suave. São Paulo: Hemus, 2004. MEDEIROS, Leandro; DOIMO, Leonice Aparecida; CONTE, Marcelo. Jiu-Jitsu : em busca da excelência física. Editora CRV, 2011.

MEDIDAS E AVALIAÇÃO
Ementa:
Estudo da natureza, uso, seleção e desenvolvimento de técnicas de medidas e avaliação nas diferentes linhas pedagógicas da Educação Física. Construção/resolução de problemas, medidas e avaliação nos campos de atuação do profissional de Educação Física e em pesquisa.
Bibliografia Básica:
GUEDES, Dartagnan Pinto; GUEDES, Joana Elisabete Ribeiro Pinto. Manual prático para avaliação em educação física . Barueri: Manole, 2006. PETROSKI, Edio Luiz. Antropometria : técnicas e padronizações. Porto Alegre: Pallotti, 2003.

HEYWARD, Vivian H.; CARVALHO, Sérgio H. F., trad. **Avaliação da composição corporal aplicada**. São Paulo: Manole, 2000.

Bibliografia Complementar:

COSTA, Roberto Fernandes da. **Composição corporal: teoria e prática da avaliação**. Barueri; SP: Manole, 2001.

GUEDES, Dartagnan Pinto; GUEDES, Joana Elisabete Ribeiro Pinto. **Controle do peso corporal: composição corporal, atividade física e nutrição**. Rio de Janeiro: Shape, 2003.

HEYWARD, Vivian H.; DORNELLES, Márcia. **Avaliação física e prescrição de exercício: técnicas avançadas**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LEITE, Paulo Fernando. **Fisiologia do exercício: ergometria e condicionamento físico: cardiologia desportiva**. São Paulo: Robel, 2000.

MILLER, Tod. **Guia para avaliações de condicionamento físico**. Barueri: Manole, 2015.

METODOLOGIA DO ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NOS ESPORTES COLETIVOS

Ementa:

Estudo dos métodos para os processos de ensino aprendizagem dos esportes coletivos. Abordando seus principais aspectos, aplicação prática, desenvolver autonomia e apropriação do conhecimento. Buscando os seus principais elementos de aplicação da teorias a prática.

Bibliografia Básica:

Educação física e esportes: perspectivas para o século XXI. Campinas, 2014.

LÓPEZ DE LA NIETA, Manuel; FRIEDMANN, Adriana. **Educação física: metodologia global e participativa**. Petrópolis: Vozes, 2012.

COSTA, Luciane C. Arantes da; KRAVCHYCHYN, Cláudio; CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ Núcleo de Educação a Distância. **Esportes coletivos: Basquetebol e Handebol**. Maringá: UniCesumar, 2016.

Bibliografia complementar:

VIEIRA, José Luiz Lopes. **Educação física e esportes: estudos e proposições**. Maringá: Eduem, 2004.

KUNZ, Elenor; HILDEBRANDT-STRAMANN, Reiner. **Intercâmbio científicos internacionais em educação física e esportes**. Ijuí: Unijuí, 2004.

DARIDO, Suraya Cristina. **Para ensinar a educação física: possibilidades de intervenção na escola**.

Campinas: Papyrus, 2015.

LORENZETTO, Luiz Alberto; MATTHIESEN, Sara Quenzer. **Práticas corporais alternativas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

5. KUNZ, Elenor. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. Ijuí: UNIJUÍ, 2001.

3º ANO

EMPREENDEDORISMO

Ementa:

Negócio e suas modalidades, importância do empreendedor e do empreendedorismo na geração de novos negócios, com base na criatividade e inovação atendendo expectativas de mercados, identificando e aproveitando oportunidades, gerando riqueza e movimentando a economia. Histórico, conceitos e características do comportamento empreendedor, bem como as bases práticas e conceituais para a elaboração do plano de negócio.

Bibliografia Básica:

BESSANT, John; TIDD, Joe. **Inovação e empreendedorismo**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor: empreendedorismo e viabilização de novas empresas, um guia compreensivo para iniciar e tocar seu próprio negócio**. São Paulo: Saraiva, 2008.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. Rio de Janeiro: Campus, 2012.

Bibliografia Complementar:

ANDRADE, Rosamaria Cal de; ACÁCIO, Marina Rodrigues Borges. **O empreendedorismo na escola**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

BARON, Roberto A. **Empreendedorismo: uma visão do processo**. São Paulo: Thomson 2007.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**. São Paulo: Manole, 2012.

LOPES, Rose Mary A (Org). **Educação empreendedora: conceitos, modelos e provas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru; ORGANIZAÇÃO. **Introdução à administração**. São Paulo: Atlas, 2009.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ; MIYATAKE, Anderson Katsumi; PARDO, Paulo.
Administração empreendedora e qualidade. Maringá: s.d., 2014

ESPORTES AQUÁTICOS: NATAÇÃO, POLO AQUÁTICO E HIDROGINÁSTICA

Ementa:

Estudo dos fundamentos histórico-culturais, pedagógicos e técnicos da natação, com ênfase na vivência prática e aprendizagem dos movimentos básicos da aprendizagem dos nados e elementos aquáticos. Fundamentos do polo aquático a aplicabilidade prática. Desenvolvimento de técnicas e práticas em hidroginástica.

Bibliografia Básica:

CATTEAU, Raymond. **O ensino da natação.** São Paulo: Manole, 1990.

GOMES, Wagner Domingos Fernandes. **Regras oficiais de natação:** 2002. Rio de Janeiro: Sprint, 2002.

SANTOS, Lúcio Rogério Gomes dos. **Hidroginástica, 1000 exercícios.** Rio de Janeiro: Sprint, 2000.

Bibliografia Complementar:

DAMASCENO, Leonardo Graffius. **Natação para bebês:** dos conceitos fundamentais a prática sistematizada. Rio de Janeiro : Sprint, 1997.

OLIVEIRA, Paulo R. de. **Natação terapêutica e as doenças obstrutivas bronco pulmonares.** São Paulo: Robe Editorial, 1994.

ABOARRAGE Jr., Antonio Michel. **Hidroesporte:** treinamento complementar. Londrina: Midiograf, 1997.

ROCHA, Julio Cezar Chaves. **Hidroginástica:** teoria e prática. Rio de Janeiro : Sprint, 2001.

VELASCO, Cacilda Gonçalves. **Natação segundo a psicomotricidade.** Rio de Janeiro: Sprint, 1997.

GESTÃO DE PROJETO DE VIDA

Ementa:

Estabelecer uma trilha de aprendizagem que parte de reflexões mais teóricas nos campos da filosofia, da sociologia e das ciências da religião – discutindo temas como visão de mundo, mundo do trabalho e projeto de vida, passa por aspectos relacionados às competências pessoais, sociais e profissionais requeridas na atualidade e alcança discussões de ordem mais prática voltadas para identificar e conquistar oportunidades.

Bibliografia Básica

PRADO JÚNIOR, Caio. **O que é filosofia**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

NAHAS, Markus Vinicius. **Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo**. 2. ed. Londrina: Midiograf, 2001.

ZIMERMAN, Giute I. **Velhice: aspectos biopsicossociais**. Porto Alegre: Artmed, 2007

Bibliografia complementar

FILORAMO, Giovanni. **As ciências das religiões**. 3. ed. São Paulo: Paulus, 2003.

BERGER, Peter Ludwig; FERNANDES, Floriano de Souza; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

ESTEVE, José M.; CAMARGO, Ana Maria Faccioli de; ARAÚJO, Ulisses. **A terceira revolução educacional: a educação na sociedade do conhecimento**. São Paulo: Moderna, 2004.

COSTA, Cristina. **Sociologia: introdução a ciência da sociedade**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2005

BOM SUCESSO, Edina de Paula. **Relações interpessoais e qualidade de vida no trabalho**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.

LAZER, RECREAÇÃO E ESPORTES DE AVENTURA

Ementa:

Estudo da história e da estruturação dos chamados “esportes radicais”, “esportes de aventura” e “esportes da natureza”. As modalidades que compõe estes universos esportivos, suas principais regras, bem como, sua pratica competitiva ou enquanto forma de lazer, assim como, os cuidados e orientações na atuação profissional que devem ser tomados para segurança do praticante.

Bibliografia Básica:

UVINHA, Ricardo Ricci. **Juventude, lazer e esportes radicais**. São Paulo: Manole, 2001.

LISTELLO, Auguste. **Educação pelas atividades físicas, esportivas e de lazer: organização do ensino: do esporte para todos ao esporte de alto nível**. São Paulo: EPU, 1979.

Atlas do esporte no Brasil: atlas do esporte, educação física e atividades físicas de saúde e lazer no Brasil, 2005.

Bibliografia Complementar:

COSTA, Vera Lúcia de Menezes. **Esportes de aventura e risco na montanha**.

STIGLIANO, B. V. **Turismo de aventura: a busca de seu significado através da análise qualitativa de praticantes**.

COSTA, Vera Lucia de Menezes; TUBINO, Manoel Jose Gomes. **A aventura e o risco na prática de**

esportes vinculados à natureza. Motus Corporis, Rio de Janeiro. 1999

BERKENBROCK, Volney J. **Brincadeiras e dinâmicas para grupos:** diversões para dentro e fora de sala de aula, encontros de grupos, festas de família, reuniões de trabalho e muitas outras ocasiões.

Petrópolis: Vozes, 2003

GARCIA, Osório. **Brincar pra quê?:** importância do lazer. Belo Horizonte: Fapi, 2002

METODOLOGIA DO ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA-II ATENDIMENTO PERSONALIZADO E ESPORTES INDIVIDUAIS

Ementa:

Estudo dos métodos para os processos de ensino aprendizagem dos esportes individuais e o atendimento personalizado relacionado à saúde. Abordando seus principais aspectos, aplicação prática, desenvolver autonomia e apropriação do conhecimento. Buscando os seus principais elementos de aplicação da teorias a prática.

Bibliografia Básica:

TUBINO, Manoel Jose Gomes; MOREIRA, Sérgio Bastos. **Metodologia científica do treinamento desportivo.** Rio de Janeiro: Shape, 2003.

PLATONOV, Vladimir Nikolaievitch; SILVEIRA PINTO, Ronei. **Teoria geral do treinamento desportivo olímpico.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

DELIBERADOR, Angelo Peruca. **Metodologia do desenvolvimento personal training.** Londrina: Midiograf, 1998.

Bibliografia Complementar:

FILIN, Vladmir Pavlov; VOLKOV, Vladimir Mixail. **Seleção de talentos nos desportos.** Londrina: Midiograf, 1998.

PLATONOV, Vladimir Nikolaievitch. **Treinamento desportivo para nadadores de alto nível.** São Paulo: Phorte, 2005.

FERNÁNDEZ, M. Delgado; CASTILLO, Garzon, M. J.; GUTIÉRREZ SAINZ, A.; MURAD, Fátima. **Treinamento físico-desportivo e alimentação:** da infância à idade adulta. Porto Alegre: Artmed, 2002.

FERNANDES FILHO, José. **A Prática da avaliação física:** testes, medidas e avaliação física em escolares, atletas e academias de ginástica. Rio de Janeiro: Shape, 2003.

NOGUEIRA, Écio M. **Tudo o que você queria saber sobre qualidade total em academias.** Rio de

Janeiro: Sprint, 2002.

MOTRICIDADE HUMANA

Ementa:

A disciplina de Motricidade Humana do curso de Educação Física acolhe discussões envolvendo a educação física, a saúde e a qualidade de vida, a psicologia, a pedagogia e educação do corpo, a biologia, os cuidados com corpo, as vivências corporais na infância e na adolescência e até mesmo a arte, como a dança e o teatro. As aulas pretendem discutir conceitos e relações educativas, sociais e culturais sobre o corpo e o movimento humano,

Bibliografia Básica:

SÉRGIO, Manuel. **Motricidade humana**: contribuições para um paradigma emergente. Lisboa: Instituto Piaget, [19--].

TOJAL, João Batista; TOJAL, João Batista Andreotti Gomes. **Motricidade humana**: o paradigma emergente. Campinas: UNICAMP, 1994.

VIEIRA E CUNHA, Manuel Sergio. **Educação física ou ciência da motricidade humana?**. Campinas: Papyrus, 1989.

Bibliografia Complementar:

BORSARI, José Roberto. **Educação física da pré-escola a universidade**: planejamento, programas e conteúdos. São Paulo: EPU, 1987.

Congresso de Educação Física e Ciências do Desporto dos Países de Língua Portuguesa. **Desporto, educação & saúde**: livro de resumos. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa. Faculdade de Motricidade Humana, 2000.

FREIRE, Joao Batista. **Educação de corpo inteiro**: teoria e pratica da educação física. 4. ed. São Paulo: Scipione, 1997.

KUNZ, Elenor. **Educação física**: ensino e mudanças. Ujuí: Unijuí, 1991.

KUNZ, Elenor. **Didática da educação física 1**. Ijuí: Unijuí, 2003.

POLÍTICAS PÚBLICAS APLICADAS A EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTES
Ementa:
Políticas públicas relacionadas à Educação Física, especificamente nos diversos campos de atuação na sociedade como saúde, esporte e lazer. Ética e atuação profissional em Educação Física em diferentes campos de intervenção do graduado.
Bibliografia Básica:
LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2007. SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. Campinas: Autores Associados, 2003. MANHÃES, Eduardo Dias. Política de esportes no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 2002
Bibliografia Complementar:
PÉREZ GÓMEZ, A. I.; ROSA, Ernani; OLIVEIRA, Sílvia Maria. A cultura escolar na sociedade neoliberal. Porto Alegre: ARTMED, 2001. MOTTA, Fernando C. Prestes. Empresários e hegemonia política. São Paulo: Brasiliense, 1979. DUPAS, Gilberto. América Latina no início do século XXI: perspectivas econômicas sociais e políticas. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005. SPOSATI, Aldaiza de Oliveira. Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise. São Paulo: Cortez, 2003. RICO, Elizabeth Melo. Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 2001.

PSICOLOGIA APLICADA A EDUCAÇÃO FÍSICA E NOS ESPORTES
Ementa:
Estudo do processo de aprendizagem e desenvolvimento do homem, referente aos aspectos cognitivo, afetivo e social, relacionando ao universo da educação física e os esportes.
Bibliografia Básica:
WEINBERG, Robert S.; GOULD, Daniel; MONTEIRO, Maria Cristina. Fundamentos da psicologia do esporte e do exercício. Porto Alegre: Artmed, 2008. STRAUB, Richard O.; COSTA, Ronaldo Cataldo. Psicologia da saúde. Porto Alegre: Artmed, 2007. MUSSEN, Paul Henry; CONGER, John Janeway; HUSTON, Aletha Carol; KAGAN, Jerome. Desenvolvimento e personalidade da criança. São Paulo: Harbra, 1995.

Bibliografia Complementar:

TOJAL, João Batista; TOJAL, João Batista Andreotti Gomes. **Motricidade humana: o paradigma emergente.** Campinas: UNICAMP, 1994.

FERREIRA NETO, Carlos Alberto. **Motricidade e jogo na infância.** Rio de Janeiro: Sprint, 1995.

ROSAMILHA, Nelson. **Psicologia da ansiedade infantil: Contribuição para o estudo do problema e da medida da ansiedade em crianças.** São Paulo: Pioneira, 1971.

ROSA NETO, Francisco. **Manual de avaliação motora.** Porto Alegre: Artmed, 2002.

GORLA, José Irineu; ARAUJO, Paulo Ferreira de. **Avaliação motora em educação física adaptada: teste KTK para deficientes mentais.** São Paulo: Phorte, 2007.

TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS DE PRIMEIROS SOCORROS

Ementa:

Estudo dos processos que levam o homem a desenvolver e degenerar. Noções básicas de atendimento e emergência em educação física e esportes e prevenção em atividades físicas.

Bibliografia Básica:

HAFEN, Brent Q.; KARREN, Keith J.; FRANDSEN, Kathryn J. **Guia de primeiros socorros para estudantes.** Barueri: Manole, 2002.

FLEGEL, Melinda J. **Primeiros socorros no esporte.** Barueri: Manole, 2002.

COHEN, Moisés; ABDALLA, Rene Jorge. **Lesões nos esportes: diagnóstico, prevenção, tratamento.** Rio de Janeiro: Revinter, 2003.

Bibliografia Complementar:

HOLLMANN, Wildor; HETTINGER, Theodor; STRUDER, Heiko K. **Medicina do esporte.** São Paulo: Manole, 2005.

BOM SUCESSO, Edina de Paula. **Relações interpessoais e qualidade de vida no trabalho.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.

MEYER, Elaine Regina Curiacos. **Stress: tire proveito dele com a fisioterapia: exercícios para melhorar a qualidade de vida.** São Paulo: Robe, 2003.

LANE, John Cook; TULIO, Silas de. **Primeiros socorros: um manual prático.** São Paulo: Moderna, 2002.

PERRIN, David H.; SALES, Denise Regina de. **Bandagens funcionais e órteses esportivas.** Porto Alegre: Artmed, 2008.

4º ANO

ATIVIDADE FÍSICA, SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA
Ementa:
Definições e conceitos em atividade física, saúde e qualidade de vida; Saúde e qualidade de vida no mundo contemporâneo; Estilo de vida como determinante da saúde; Efeitos da atividade física na saúde e na doença; Atividade física em condições especiais. Indicações e contra indicações à prática de exercícios físicos; Programas de promoção da atividade física nas áreas de atuação do Profissional de Educação Física.
Bibliografia Básica:
<p>BARBANTI, Valdir José; BENTO, Jorge Olímpio; AMADIO, Alberto Carlos; MARQUES, Antonio Teixeira. Esporte e atividade física: interação entre rendimento e qualidade de vida. São Paulo: Manole, 2002.</p> <p>NAHAS, Markus Vinicius. Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativam. Londrina: Midiograf, 2001.</p> <p>POLLOCK, Michael; ROCHA, Maurício Leal; WILMORE, Jack H. Exercícios na saúde e na doença: avaliação e prescrição para prevenção e reabilitação. Rio de Janeiro: Medsi, c1993.</p>
Bibliografia Complementar:
<p>ALLSEN, Philip E. Exercício e qualidade de vida. Barueri: Manole, 2001.</p> <p>TARANTO, Giuseppe. Manual do ACSM para avaliação da aptidão física relacionada à saúde. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.</p> <p>FLECK, Marcelo Pio de Almeida. A avaliação de qualidade de vida: guia para profissionais da saúde. Porto Alegre: Artmed, 2008.</p> <p>NIEMAN, David C.; IKEDA, Marcos. Exercício e saúde. São Paulo: Manole, 1999.</p> <p>NEGRÃO, Carlos Eduardo; BARRETTO, Antonio Carlos Pereira. Cardiologia do exercício: do atleta ao cardiopata. São Paulo: Manole, 2006.</p>

AVALIAÇÃO E PRESCRIÇÃO DE EXERCÍCIOS PARA GRUPOS ESPECIAIS
Ementa:
Estudar o processo de aquisição de conhecimentos básicos e a compreensão dos valores associados à prática regular de atividades físicas e sua relação com a saúde.
Bibliografia Básica:

POLLOCK, Michael L.; WILMORE, Jack H. **Exercícios na saúde e na doença: avaliação e prescrição para prevenção e reabilitação.** Rio de Janeiro: MEDSI, 1993.

KATCH, Frank I. MCARDLE, William D. **Nutrição, exercício e saúde.** Rio de Janeiro: Medsi, 1996.

NAHAS, Markus Vinicius. **Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo.** Londrina: Midiograf, 2001.

Bibliografia Complementar:

RENNÓ, Ana Claudia M.; DRIUSSO, Patrícia; FERREIRA, V.; OISHI, Jorge. **Atividade física e osteoporose: uma revisão bibliográfica.**

COOPER, Kenneth. **Controlando a osteoporose: medicina preventiva.** Rio de Janeiro: Nordica, 1991.

Diretrizes do ACSM para os testes de esforço e sua prescrição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

COLBERG, Sheri; GIANNINI, Maria de Lourdes, trad. **Atividade física e diabetes.** Barueri: Manole, 2003.

GOMES, M. V. S. da S. **Intervenção da educação física nos indivíduos com doença de Alzheimer.**

ESPORTES INDIVIDUAIS: TÊNIS

Ementa:

Disciplina de caráter teórico-prático que visa instrumentalizar o aluno sobre a modalidade de tênis de campo, através de um enfoque pedagógico, buscando desenvolver uma metodologia que permita trabalhar este esporte, na iniciação através do pré - tênis, mini tênis e *play and stay*. Ensinar na teoria e na prática os fundamentos do tênis, bem como permitir o domínio prático do aluno de educação física, promovendo a vivência e os conhecimentos fundamentais à fim de possibilitar orientações iniciais a quem se interessar.

Bibliografia Básica:

SKORODUMOVA, Anna P.; MEDRADO, Patricia; GOMES, Antonio Carlos. **Tênis de campo: treinamento de alto nível.** Guarulhos: Phorte, 2004.

AMERICAN SPORT EDUCATION PROGRAM. **Ensinando tênis para jovens.** São Paulo: Manole, 1999.

BALBINOTTI, Carlos. **O ensino do tênis: novas perspectivas de aprendizagem.** Porto Alegre: Artmed,

2009.

Bibliografia Complementar:

BROWN, Jim; RACKET SPORTS, Wilson; MALVEZZI, Marcos, trad. **Tênis: etapas para o sucesso.** São Paulo: Manole, 2000.

Deutscher Tennis Bund. **Tenis: golpes básicos.** Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

APPLEWHAITE, Charles; MOSS, Bill. **Tenis completo: golpes, tecnica, taticas y preparacion para mejorar su juego.** Barcelona: Hispano Europea, 1992.

Deutscher Tennis Bund. **Tenis: golpes básicos.** Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

ISHIZAKI, Márcio Tadashi; CASTRO, Mara S. A. **Tênis: aprendizagem e treinamento.** São Paulo: Phorte, 2008.

EXPRESSÕES RÍTMICAS CORPORAIS: DANÇA DE SALÃO

Ementa:

Disciplina de caráter teórico-prático visa o tratamento da Dança de Salão enquanto atividade física que proporciona a manutenção das qualidades físicas no geral, e particularmente movimentos rítmicos coordenados. Além da socialização e desinibição, situações que favorecem a mudança no estilo de vida.

Bibliografia Básica:

CAMINADA, Eliana. **História da dança: evolução cultural.** Rio de Janeiro: Sprint, 1999.

MARQUES, Isabel A. **Ensino de dança hoje: textos e contextos.** São Paulo: Cortez, 1999.

RIED, B. **Fundamentos da dança de salão: programa internacional de dança de salão: programa básico.** Ed Phorte.

Bibliografia Complementar:

LARA, Larissa Michelle. **Danças da cultura popular brasileira: dimensões pedagógicas.** Maringá: Eduem, 2008.

CERRUTI, Dámaso. **Samba Bossa Nova: estudo do ritmo e suas variações.** Maringá: Eduem, 1996.

PIRES, Jose Cardoso. **De profundis, valsa lenta.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

TOLOCKA, Rute Estanislava; VERLENGIA, Rozangela. **Dança e diversidade humana.** São Paulo: Papyrus, 2006.

LABAN, Rudolf; ULLMANN, Lisa (Org.). **Domínio do movimento.** São Paulo: Summus, 1978.

GESTÃO E MARKETING EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Ementa:

Teoria e prática da administração e do marketing nas atividades físicas, desportivas e recreativas e organização de competição desportiva. Procura abranger o esporte e atividades físicas nas suas várias finalidades como: lazer, socialização, qualidade de vida, competição e educação.

Bibliografia Básica:

ZANELLA, Luiz Carlos. **Manual de organização de eventos: planejamento e operacionalização**. São Paulo : Atlas, 2003.

MULLIN, Bernard. **Marketing esportivo**. Porto Alegre : Artmed, 2004.

PARÍS, Fernando Roche. **Gestão desportiva: planejamento estratégico nas organizações desportivas**. Porto Alegre : Artmed, 2002.

Bibliografia Complementar:

CESCA, Cleuza Gertrude Gimenes. **Organização de eventos: manual para planejamento e execução**. São Paulo : Summus, 1997.

MELO Neto, Francisco Paulo de. **Criatividade em eventos**. São Paulo : Contexto, 2000.
Turismo e organização de eventos. Rio de Janeiro: Senac, 1991.

GIACAGLIA, Maria Cecília. **Organização de eventos: teoria e pratica**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

CARREIRO, Eduardo Augusto; RANGEL, Irene Conceição Andrade; DARIDO, Suraya Cristina. **Gestão da educação física e esporte**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

PITTS, Brenda G. **Fundamentos de marketing esportivo**. São Paulo : Phorte, 2002.

GINÁSTICA EM EMPRESAS E ACADEMIAS

Ementa:

Estudo das manifestações da ginástica e sua aplicação em ambientes de academia e empresas, com ênfase em seus atributos históricos, técnicos e coreográficos.

Bibliografia Básica:

COSTA, Marcelo Gomes da. **Ginástica Localizada**. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.

MALTA, Paulo. **Step aeróbico e localizado**. Rio de Janeiro: Sprint, 1994.

SHARKLEY, Brian J. **Condicionamento Físico e Saúde**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Bibliografia Complementar:

GUIMARÃES, João Claudio P. de A. **Ginástica para pernas e quadril**. Rio de Janeiro: Sprint.

BENNETT, Roy. **Elementos básicos da música**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

COSTA, Marcelo Gomes da. **Ginástica Localizada**. Rio de Janeiro: Sprint, 1996.

GERALDES, Armando A. R. **Ginástica Localizada**. Rio de Janeiro: Sprint, 1993.

NAHAS, Markus Vinícius. **Atividade Física, Saúde e Qualidade de Vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativa**. Londrina: Midiograf, 2003.

MUSCULAÇÃO E EXERCÍCIOS RESISTIDOS

Ementa:

Estudo da natureza, uso, seleção e desenvolvimento de técnicas de medidas e avaliação nas diferentes linhas pedagógicas da Educação Física. Construção/resolução de problemas, medidas e avaliação nos campos de atuação do profissional de Educação Física e em pesquisa.

Bibliografia Básica:

UCHIDA, Marco Carlos; MARCHETTI, Paulo Henrique; TEIXEIRA, Luis Felipe Milano. **Manual de musculação: uma abordagem teórico-prática do treinamento de força**. 7. ed. São Paulo: Phorte, 2013. 294 p.

DELAVIER, Frédéric. **Guia dos movimentos de musculação: abordagem anatômica**. 3. ed. Barueri: Manole, 2002. 124 p.

STOPPANI, Jim; BRENTANO, Michel Arias. **Enciclopédia de musculação e força**. Porto Alegre: Artmed, 2008

Bibliografia Complementar:

CAMPOS, Maurício de Arruda. **Biomecânica da musculação**. Rio de Janeiro: Sprint, 2002.

WILMORE, Jack H.; COSTILL, David L. **Fisiologia do esporte e do exercício**. São Paulo: Manole, 2001.

GROVES, Barney. **Powerlifting levantamento básicos: técnica e treinamento para o desenvolvimento muscular atlético**. 3. ed. São Paulo: Manole, 2002.

BLANCO NESPEREIRA, Alfonso; PINTO, Ronei Silveira; BOHN, Lucimere. **1.000 exercícios de musculação**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

LIMA, Cláudia Silveira; PINTO, Ronei Silveira. **Cinesiologia e musculação**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

CAMPOS, Maurício de Arruda. **Biomecânica da musculação**. Rio de Janeiro: Sprint, 2002.

TREINAMENTO DESPORTIVO

Ementa:

Trabalhar conhecimentos básicos dos fatores e dos mecanismos fundamentais envolvidos na condição física do ser humano, através dos estudos relacionados às ciências dos esportes, dos meios, métodos e planejamento do treinamento desportivo.

Bibliografia Básica:

GOMES, Antonio Carlos. **Treinamento desportivo: estruturação e periodização**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

WEINECK, Jürgen; CARVALHO, Beatriz Maria Romano. **Treinamento ideal**. Barueri: Manole, 2003.

BOMPA, Tudor O.; BATISTA, Sergio Roberto Ferreira. **Periodização: teoria e metodologia do treinamento**. São Paulo: Phorte Editora, 2002.

Bibliografia Complementar:

MATVEEV, L.P. **Treino Desportivo-Metodologia e Planejamento**. São Paulo: Phorte. 2001.

ZAKHAROV, Andrei. **Ciência do treinamento desportivo**. Rio de Janeiro: Grupo Palestra Sport, 1992.

VERKHOSHANSKI, Y.V. **Treinamento Desportivo, Teoria e Metodologia**. Porto Alegre, Artmed, 2001

PLATONOV, Vladimir Nikolaievitch; SILVEIRA PINTO, Ronei. **Teoria geral do treinamento desportivo olímpico**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

TUBINO, Manoel Jose Gomes; MOREIRA, Sérgio Bastos. **Metodologia científica do treinamento desportivo**. Rio de Janeiro: Shape, 2003.

LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (optativa)

Ementa:

Apresentar a história da surdez como um discurso produzido pelas representações culturais de sua época, entendendo a noção de historicidade, cultura e identidade como campo de lutas em torno da significação do social e inserção da pessoa com deficiência auditiva e/ou surdo na sociedade.

Bibliografia Básica:

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BRITO Lucinda Ferreira. **Por uma gramática de línguas de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

Bibliografia Complementar:

GESSER, Audrei. **Libras? Que língua é essa? crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola, 2009.

QUADROS, Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Brasília: MEC, 2011.

GUARINELLO, Ana Cristina. **O papel do outro na escrita de sujeitos surdos**. São Paulo: Plexus, 2007.

SKLIAR, Carlos. **A Surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2005.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ; NOGUEIRA, Clélia Maria Ignatius; NOGUEIRA, Beatriz Ignatius; CARNEIRO, Marília Ignatius Nogueira. **Língua brasileira de sinais**. Maringá: s.n., 2010.

10. METODOLOGIA

A proposta global da Instituição consiste em manter um “ambiente” onde se desenvolvam as atividades de ensino, pesquisa e extensão, voltados para uma abordagem interdisciplinar, complexa, crítica/reflexiva. Nesse sentido, é de suma importância a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão, como forma de entrelaçar o processo de construção do conhecimento com a realidade social e, conseqüentemente com o envolvimento institucional, tanto do corpo docente e discente, como da própria IES, com as questões sociais que afligem o país.

Para consecução desses objetivos alguns fatos são imprescindíveis, tais como: Currículo pleno dos cursos atendendo às exigências de formar profissionais efetivamente habilitados ao imediato exercício da profissão e ajustados às constantes e variadas necessidades do mercado de trabalho, mas, também, “aptos a estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo”, conforme dispõe o artigo 43 da Lei de Diretrizes e Bases (L.D.B). Isto se evidencia na inclusão e abordagem interdisciplinar de disciplinas formativas, técnicas e atividades práticas com programas integrados e metodologia dialogada de ensino, o que possibilita a formação de um ambiente acadêmico caracterizado pelo envolvimento e inter-relações da comunidade universitária

em atividades sociais; Corpo docente altamente qualificado, composto, preferencialmente, de docentes com titulação de mestre e doutor, com visão crítica e reflexiva, com projetos integrados de ensino, pesquisa e extensão; Direção, coordenação e coordenações auxiliares, órgãos colegiados e assessorias da IES compostas por nomes de reputação acadêmica, profissional e política, com titulação de mestre e doutor, bem como a participação docente, discente e administrativa nos órgãos deliberativos, no sentido de propiciar a construção de âmbitos democráticos e heterogêneos de tomadas de decisões; Administração acadêmico-administrativa formada por pessoal qualificado e experiente no sentido de aperfeiçoar a organização e os registros acadêmicos, mormente no que se refere ao fluxo escolar e acompanhamento curricular, com ênfase na ampla e necessária relação com o corpo docente.

As ações institucionais propostas para a Organização Didático-Pedagógica atendem aos seguintes pressupostos básicos: Oferta de carga horária total de seus cursos distribuídas em disciplinas, atividades orientadas, estágio supervisionado e atividades complementares; Oferta de disciplinas e atividades acadêmicas extracurriculares, em regime especial, durante o decorrer do calendário escolar, visando ao aperfeiçoamento, ao nivelamento e à integralização de horas de atividades complementares; Publicação de informativo de divulgação das atividades da IES, com espaço para docentes e discentes; Manutenção de sistema informatizado e página web para divulgação das atividades acadêmicas e administrativas; Incentivo e apoio à participação discente em atividades acadêmicas externas, realizadas por outras Instituições; Incentivo e apoio à capacitação e participação dos docentes em congressos, seminários, cursos, comissões de assessoramento; Programa de concessão de bolsas de estudo para discentes carentes, indicados por organizações da sociedade civil; Convênios com entidades e organizações da sociedade civil.

A atividade docente estimula os alunos por meio de atividades dinâmicas em sala de aula, sempre com o cuidado de relacioná-las ao cotidiano do fazer pedagógico, corroborando todas as habilidades, competências e capacidades pretendidas no perfil do egresso do Curso, com o objetivo de desenvolver o espírito científico e a formação de sujeitos autônomos. Partindo-se do princípio de que o aluno e o professor devem se constituir em elementos ativos no processo de ensino-aprendizagem, todo o corpo docente do curso é orientado a desenvolver a sua prática didática: Dando ênfase prioritária aos aspectos básicos de cada disciplina, devendo privilegiar as habilidades reflexivas bem como as práticas; Explicitando sistematicamente a inserção da disciplina no âmbito do curso; Incluindo exemplos e aplicações práticas voltados para o ensino em geral; Incentivando o desenvolvimento de posturas críticas e criativas, evitando métodos repetitivos e que induzam à simples memorização; Incentivando a leitura prévia do material didático a ser utilizado em cada aula; Incentivando a pesquisa

de outras fontes de consulta, além das indicadas pelo professor; Incentivo a interdisciplinaridade; Incluindo a avaliação da redação e da organização dos trabalhos, qualquer que seja a disciplina; Intensificando a prática de debates, seminários e trabalhos em grupo; Intensificando a proposição de desafios e o incentivo ao aprendizado baseado em casos; Incentivando visitas técnicas, projetos experimentais a campo e em laboratório, programas de extensão e estágios supervisionados; Destacando, no âmbito de todas as disciplinas, aspectos relacionados: à pesquisa científica, à extensão, ao meio ambiente, às questões sociais, aos valores humanos e éticos. Aliando o ensino teórico com atividades prática realizadas de forma contínua, obrigatória e orientada.

Estes procedimentos contribuem com a formação do profissional apto a trabalhar pelo desenvolvimento do setor, respeitando a comunidade e o ambiente natural, social, cultural e profissional de maneira sustentável e responsável. A metodologia de ensino está estruturada a partir de uma visão integrada que leva em consideração a interdisciplinaridade, a pesquisa e extensão. Com base numa visão ampla e integrada da região, o aprofundamento dos conhecimentos vem com o avanço e evolução do aluno dentro da matriz curricular quando se iniciam os conteúdos específicos, as práticas e estágio.

O compromisso construtivo está sempre presente em todas as atividades curriculares, devendo a pesquisa prática ser regular na estratégia de ensino das disciplinas, de modo a desenvolver no aluno a cultura investigativa que lhe permita avançar frente aos desafios e inovações exigidos pelo mercado de trabalho. Nesse contexto, várias ações são projetadas no sentido de superar as supostas fronteiras entre as diversas áreas do conhecimento ou mesmo dentro de uma mesma área, por meio da organização da estrutura curricular em disciplinas.

11. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O estágio é entendido como um componente curricular que integra um conjunto de atividades que o aluno desenvolve em situações reais de vida e de trabalho, sob a supervisão de um docente ou auxiliar de ensino. Propicia a aproximação do futuro profissional com a realidade em que irá atuar, permitindo-lhe aplicar, ampliar e fazer revisões nos conhecimentos teórico-práticos adquiridos durante sua vida acadêmica, contribuindo para sua aprendizagem profissional, social e cultural.

Neste sentido deve constituir-se num espaço privilegiado para a integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, as experiências vivenciadas pelo estagiário poderão se constituir em objeto de estudo, análise e reflexão, transformando-se em temas ou problemas a serem desenvolvidos nos Trabalhos de Conclusão do Curso.

As atividades permanentes de prática profissional, articuladas ao ensino, estão ligadas ao conceito de capacidade laborativa na medida em que as competências geradas irão contribuir para a formação específica do estudante no que se refere à sua formação profissional.

A **Faculdade CESUMAR de Londrina** oportuniza situações concretas vinculadas à prática profissional dos graduandos, visando ao desempenho técnico, humano e político.

As atividades permanentes de prática profissional articuladas com o ensino estão ligadas ao conceito de “laborabilidade” (em lugar de empregabilidade) na medida em que essas competências constituem na verdade um trabalhador polivalente, que pode, quando bem preparado, ser mais autônomo para decidir seu percurso no mundo do trabalho.

Em decorrência, o professor está hoje sendo levado a entender que não é mais a única fonte legítima de conhecimento para seu aluno. Mas, enquanto isso acontece, fortalece-se o papel que o professor sempre teve, ou seja, de ajudar o aluno a dar sentido às informações, avaliando, criticando, compreendendo, julgando a pertinência e aplicando-as na vida prática.

O Estágio Curricular Supervisionado é um componente curricular obrigatório, que, juntamente com as atividades complementares, faz parte da prática de formação profissional do Bacharel em **Educação Física** como eixo articulador entre teoria e prática. É a oportunidade em que o aluno entra em contato direto com a realidade profissional (problemas e desafios) em que irá atuar, para conhecê-la e também para desenvolver as competências e habilidades necessárias à aplicação dos conhecimentos teóricos e metodológicos trabalhados ao longo do Curso de Bacharelado em **Educação Física**.

É um importante instrumento para promover a interação entre a universidade e a comunidade, com resultados significativos para os segmentos envolvidos: estudantes, universidade e o próprio mercado. Para os estudantes, representa a oportunidade de aplicar na prática os conhecimentos adquiridos durante a vida acadêmica e de fazer contato com o mercado profissional que enfrentarão no futuro; para as universidades, o retorno das informações dos estudantes e professores orientadores envolvidos com o estágio permite atualizar os programas, currículos, métodos e técnicas, para adaptar o conhecimento às demandas do âmbito educacional. Para o mercado de trabalho, em geral, a utilização de recursos humanos do meio universitário ajuda na atualização de tecnologias e conhecimentos, com ganhos na aprendizagem de seus educandos e na realização dos seus projetos pedagógicos.

Obrigatório para vários cursos superiores, o estágio supervisionado vem sendo desenvolvido nas escolas públicas e privadas (em momento de aula não-formal para o bacharel em Educação Física), Ong’s, secretarias de esporte e saúde, além de outros locais em que é requerida e

permitida a atuação de um graduado (Bacharel) em Educação Física, como por exemplo, clubes esportivos e sociais, hotéis e academias.

Os programas de estágio são planejados e executados de acordo com os currículos, programas e calendário escolar e em consonância com a legislação específica, normas internas da Faculdade e autonomia das organizações envolvidas.

O estágio é um assunto atual, com impacto significativo nas relações do mercado de trabalho, na qualidade da formação dos futuros profissionais.

Regulamentação do Estágio Curricular Supervisionado no Anexo 01.

12. TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC do **Curso de Bacharelado em Educação Física** se destina a aprofundar os métodos e técnicas de investigação científica do aluno, bem como a desenvolver os conhecimentos teóricos e práticos relacionados com a problemática a estudar. Pretende-se que a elaboração, defesa e aprovação dos TCC do **Curso de Bacharelado em Educação Física**, seja o culminar do processo de formação do acadêmico.

No **Curso de Bacharelado em Educação Física** as atividades de conclusão do curso serão desenvolvidas no 4º ano do curso, com carga horária total de 100 horas.

Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso no Anexo 2.

13. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

São consideradas Atividades Acadêmicas Complementares todas e quaisquer atividades não previstas no rol das disciplinas obrigatórias e optativas dos currículos dos cursos de graduação consideradas necessárias à formação acadêmica e ao aprimoramento pessoal e profissional dos graduandos.

As Atividades Acadêmicas Complementares do Curso de Bacharelado em **Educação Física** têm por objetivo aprimorar a formação integral dos discentes. Temos nas Diretrizes Curriculares Nacionais: “Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do discente, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes,

transversais e opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade. As atividades complementares se constituem componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com o Estágio Curricular Supervisionado”.

As atividades Acadêmicas Complementares são definidas como componentes curriculares obrigatórios, cuja somatória compõe a carga horária total do currículo de um curso. Possibilitam o desenvolvimento de habilidades, conhecimentos, competências e saberes que fazem parte do processo de formação do acadêmico, devendo ser desenvolvidas por esse de forma autônoma.

A Lei nº 9.394/96 estabelece as Diretrizes da Educação Nacional e em seu artigo 3º ressalta a “valorização da experiência extraescolar”, como um dos princípios do ensino.

Segundo o Ministério da Educação: “as atividades complementares têm a finalidade de enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando a complementação da formação social e profissional que ocorrerá durante o semestre ou ano letivo”. São exemplos de atividades complementares: participação em eventos internos e externos à instituição de educação superior, tais como semanas acadêmicas, congressos, seminários, palestras, conferências, atividades culturais; integralização de cursos de extensão e/ou atualização acadêmica e profissional; atividades de iniciação científica, assim como de monitoria e outros.

A integralização das Atividades Complementares previstas no Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em **Educação Física** é condição obrigatória para a Formatura, Colação de Grau e expedição de Diploma. Cabe ao discente protocolizar a documentação comprobatória de suas Atividades Acadêmicas Complementares, mediante apresentação de vias originais e cópias para devida autenticação.

Assim, visando propiciar aos discentes matriculados nos cursos de graduação uma maior compreensão sobre a integração e a interdisciplinaridade dos conteúdos, a **Faculdade CESUMAR de Londrina** possibilitará por meio das atividades complementares a vivência de situações que permitirão ao acadêmico relacionar os conhecimentos teóricos com a sua futura prática profissional. Ou seja, por meio das atividades complementares possibilita-se a vivência de situações que permitirão ao acadêmico relacionar os conhecimentos teóricos com a sua futura prática profissional.

Regulamento das Atividades Acadêmicas Complementares no Anexo 3.

14. APOIO AO DISCENTE

A **Faculdade CESUMAR de Londrina** tem como uma de suas principais preocupações o seu discente. Permitir que o discente tenha acesso à formação superior e mantê-lo na faculdade não é somente a preocupação do discente e de sua família, mas também da IES em que está matriculado. Para tanto, a **Faculdade CESUMAR de Londrina** promove uma série de ações visando à possibilidade de o discente efetivar a matrícula e viabilizar sua permanência na Universidade. Para tanto, realiza adesão a todos os programas governamentais de inclusão e acesso ao ensino superior, por meio de concessão de bolsas de estudo para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil (Prouni e Fies).

A participação de entes públicos e empresas do setor privado, em parceria com a **Faculdade CESUMAR de Londrina**, permitem que os discentes tenham melhores condições de estudo e desta forma tenham como principal preocupação o desempenho escolar e o aproveitamento acadêmico.

Citam-se abaixo algumas das ações que se tornam metas a serem alcançadas:

- I. Participar de todos os projetos de bolsas públicas, em nível federal, estadual e municipal, tais como Prouni e Fies;
- II. incentivar e interceder junto a instituições públicas que destinem verbas em forma de bolsa para discentes mais carentes, quando não existir ou for incipiente este tipo de ação no nível analisado. Por exemplo, buscar parceria com prefeituras, governo de Estado, autarquias, órgãos de fomento educacional, entre outros.;
- III. formar parcerias com associações, cooperativas, grandes empresas, instituições religiosas, prefeituras municipais, em relação a bolsas parciais, com obrigatoriedade de o discente prestar serviços à comunidade, permitindo acesso a um maior número de discentes ao curso superior;
- IV. promover cursos de nivelamento para que se reduza o impacto causado ao discente egresso do ensino médio, tão diversificado que é hoje em nosso País;
- V. oferecer bolsas trabalho e bolsas monitoria dentro das necessidades da **Faculdade CESUMAR de Londrina** e nas condições orçamentárias da MANTENEDORA;
- VI. oferecer serviços de alimentação em cantinas a preços populares, e manter um controle de qualidade sobre estes produtos, mesmo em caso de terceirização deste serviço;

VII. procurar manter uma pequena livraria e papelaria para reduzir os custos do material para seus discentes, bem como serviço de reprografia com preços menores que o exercido no mercado local;

VIII. parceria com as escolas – publica e privadas de ensino médio, permitindo bolsas em processos seletivos mais baratos para os discentes oriundos destas instituições, bem como prestar serviços as escolas públicas no âmbito de prestação de serviços de qualificação de seus docentes e premiação em material escolar para as escolas com discentes que optaram pela **Faculdade CESUMAR de Londrina**;

IX. fazer convênios com grandes editoras que viabilize o acesso dos discentes a livros virtuais, bem mais baratos que livros reais;

X. incentivar a aquisição de livros por parte dos discentes através de programa de fidelidade e pontuação. Discentes mais frequentes, com boas notas, sem atrasos em seus compromissos com a **Faculdade CESUMAR de Londrina** (em relação a documentação, biblioteca, financeiro) podem trocar seus pontos por descontos, livros, vales transportes, ingresso para eventos acadêmicos, entre outros brindes úteis;

XI. estabelecer em acordo com a mantenedora programa de incentivo a pontualidade financeira, com descontos para os discentes.

15. OUVIDORIA

A Ouvidoria da **Faculdade CESUMAR de Londrina**, representada por um ouvidor, é o órgão de otimização da comunicação e aperfeiçoamento dos padrões e mecanismos de transparência, eficiência, segurança e controle dos serviços prestados no âmbito de suas unidades, e tem como objetivos:

I. Assessorar a Direção Geral da **Faculdade CESUMAR de Londrina** quanto aos itens de maior incidência ou de maior relevância, com o fim precípua de reestruturação de ações e procedimentos para toda a comunidade acadêmica;

II. orientar a comunidade acadêmica em relação à utilização da Ouvidoria;

III. identificar suas instâncias e forma de resolução e orientação das necessidades de docentes e discentes;

IV. permitir a participação efetiva da comunidade, tendo em vista a melhoria das condutas acadêmicas e administrativas.

16. APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO

16.1 NÚCLEO DE APOIO PEDAGÓGICO - NAP

No apoio pedagógico a **Faculdade CESUMAR de Londrina** constituiu em sua estrutura a implantação do NAP, que tem como objetivos:

- I. Assessorar a instituição educacional para que esta desenvolva a articulação dos processos de ensino e aprendizagem;
- II. oferecer ao corpo docente apoio didático pedagógico permanente e condições de formação continuada em serviço;
- III. viabilizar aos discentes mecanismos de melhoria do processo de aprendizagem.

16.2 ESTÍMULOS À PERMANÊNCIA, MONITORIA, NIVELAMENTO E ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICO

Um dos programas para inserção do estudante no mundo acadêmico é a monitoria.

Outra ação da **Faculdade CESUMAR de Londrina** é o Curso de Nivelamento, no início do ano letivo, para os discentes ingressantes, que tem o objetivo de corrigir as deficiências dos conteúdos recebidos no Ensino Médio. O Curso será ministrado nas instalações da **Faculdade CESUMAR de Londrina**.

Outra ação é o atendimento psicopedagógico da **Faculdade CESUMAR de Londrina** realizado por profissional qualificado que identifica através de testes e entrevistas os problemas apresentados. Quando o baixo rendimento acadêmico está associado a problemas de comportamento, há risco de desajustamento psicossocial. O objetivo da análise é de verificar os efeitos de uma intervenção baseada em princípios da aprendizagem mediada, sobre o desempenho acadêmico e problemas de comportamento, em acadêmicos que apresentam ambas as dificuldades.

16.3 ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL (ESPAÇO PARA PARTICIPAÇÃO E CONVIVÊNCIA ESTUDANTIL)

Os discentes dispõem de espaços internos de participação e convivência, os quais oferecem locais para lazer, alimentação e convivência. Uma das ações estratégicas foi a criação de um

Centro de Convivência no campus, oportunizando aos estudantes maior relacionamento e troca de experiências entre as diferentes áreas do conhecimento.

16.4 ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS

Uma série de medidas manterá nossos egressos em contato com a **Faculdade CESUMAR de Londrina**, permitindo que continuamente melhorem em suas habilidades e competências quanto à capacidade técnica, de conhecimento e de comportamento ético social. Para isto a **Faculdade CESUMAR de Londrina** implantará o Projeto Egresso que entre outras ações, visa a:

- I. Oferecer uma identificação, que permitirá ao egresso o uso de biblioteca e do webmail, assim como desconto em cursos de extensão e pós-graduação;
- II. manter um contato constante dentro do projeto de Avaliação Institucional, permitindo à **Faculdade CESUMAR de Londrina** ter um “feedback” de suas ações, avaliando seus projetos pedagógicos a partir de seu principal ator – o discente egresso;
- III. promover contato permanente com a intenção de criar um banco de empregos e oportunidade, bem como realizar eventos periodicamente reunindo as turmas formadas em eventos sociais esporádicos;
- IV. permitir que o egresso tenha participação nos conselhos da **Faculdade CESUMAR de Londrina**.

16.5 APOIO FINANCEIRO

No apoio financeiro a **Faculdade CESUMAR de Londrina** desenvolve um acompanhamento das atividades de orientação aos acadêmicos e na execução de programas de auxílio financeiro.

- **DESCONTO FAMILIAR**– desconto para os discentes que apresentarem a Certidão de Nascimento e comprovarem o vínculo sanguíneo. Também concedido para casais que comprovarem a relação estável;
- **PROUNI** - a **Faculdade CESUMAR de Londrina** fará adesão ao Programa Universidade Para Todos (Prouni), do Ministério da Educação (MEC);
- **FIES** – Financiamento estudantil disponibilizado aos discentes, seguindo as normas da Legislação específica e as diretrizes do Governo Federal;

- **BOLSAS INTEGRAIS / PARCIAIS (100%, 75%, 50%, 25%)** – concessão de bolsas a futuros discentes provenientes da rede pública de ensino médio, de acordo com a classificação no vestibular onde são ofertadas as vagas;
- **DESCONTOS PARA FUNCIONÁRIOS DE EMPRESAS CONVENIADAS** – concessão de desconto de valor correspondente a uma mensalidade, de acordo com o plano de pagamento optado pelo discente;
- **DESCONTO PONTUALIDADE** – concessão de desconto nas mensalidades para os discentes que efetuam os pagamentos da mensalidade até a data de vencimento.

17. AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO

A autoavaliação do curso será realizada pelo Núcleo Docente Estruturante e pelo Conselho do Curso, utilizando-se dos relatórios da CPA, dos resultados e relatórios do ENADE e da análise das notas alcançadas pelos discentes nas disciplinas do curso.

A primeira ação do Coordenador será a de analisar profundamente o relatório de avaliação que os discentes fazem da Coordenação e de cada um dos docentes que ministram disciplinas para o curso. Isto inclui analisar até as classificações individuais. Essa ação levará a uma reflexão a ser discutida pelo NDE numa fase preparatória de síntese de itens e fatores que melhoram e que pioram os desempenhos de cada docente. O exagero para mais ou para menos, na maioria das vezes, prevê uma tendência, e será relegado a outras etapas de avaliação, já que, em geral, não é construtivo.

A próxima etapa é levar as conclusões da Coordenação para análise do NDE, que tomará conhecimento dos desempenhos didático e pedagógico dos docentes do curso, com vistas centradas nos itens que influenciam a integração disciplinar, nos itens que influenciam na consolidação do perfil do egresso, nos itens de cumprimento dos planos de ensino, nos itens relacionados ao desenvolvimento de linhas de pesquisa, à iniciação científica e à extensão. Ou seja, nos itens que dizem respeito à relação do curso com as exigências do mercado de trabalho e que estejam consoantes às políticas públicas da área de formação.

Essas análises serão feitas em reuniões que acontecem no mínimo duas vezes por semestre, tanto dos NDE como do Conselho de Curso. Para isso são contadas horas de trabalho na carga docente remunerada. Feitas as análises, elencam-se as ações que serão levadas a efeito: Quem? Quando? Quanto? Estas indagações devem ser respondidas colegiadamente.

No decorrer do ano letivo o sistema acadêmico fornecerá relatórios do andamento

pedagógico de cada discente do curso: notas, faltas, atividades complementares. Estes relatórios serão emitidos pela Coordenação e de posse deles o Coordenador deverá entrar em contato individualmente com cada discente que demonstra enfrentar dificuldades, sem motivos aparentes ou conhecidos.

As reuniões do NDE, Conselho de Curso, e Turmas, serão realizadas independentemente da CPA.

18. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

É importante ressaltar que tanto no âmbito educativo como no organizacional as TIC estão assumindo um papel cada vez mais influente e imprescindível.

Pretende-se ainda promover a reflexão sobre metodologias de aplicação das TIC no processo de ensino e aprendizagem, incentivar a produção e o uso, pelos docentes, de materiais de apoio ao ensino e sua disponibilização *online*, prolongando os momentos de aprendizagem no tempo e no espaço.

As ferramentas de comunicação e interação não presenciais proporcionados pelas TIC podem ser potencializadas na promoção de boas práticas nos vários contextos e modelos de aprendizagem, de que são exemplo o trabalho colaborativo e as comunidades virtuais de aprendizagem.

Uma ação será desenvolvida com os docentes da **Faculdade CESUMAR de Londrina**, com a finalidade de dar resposta às necessidades de formação de habilidades e competências aos docentes quanto ao uso das TIC nas suas atividades de ensino e aprendizagem. O que se espera é: produzir mudanças de práticas, procedimentos pedagógicos, assim como o uso de objetos de aprendizagem já disponíveis na internet visando à:

- Utilização de metodologias ativas e participativas, com recurso às TIC, no processo de ensino e aprendizagem;
- utilização crítica das TIC como ferramentas transversais ao currículo;
- partilha de experiências/recursos/saberes no seio da comunidade educativa;
- estímulo a estratégias pedagógicas promotoras de metodologias inovadoras;
- adoção de práticas que levem ao envolvimento dos discentes em trabalhos acadêmicos com TIC;
- produção, utilização e avaliação de objetos de aprendizagem que possam potencializar a construção do conhecimento;

- a mudança de práticas, com a integração de ferramentas de comunicação e interação do *Moodle* e da Internet no processo de ensino e aprendizagem;
- prolongamento dos momentos de aprendizagem no tempo e no espaço, fomentando a disponibilização *online* pelo *Moodle* de recursos educativos;
- desenvolvimento de projetos/atividades que potencializem a utilização das TIC em contextos interdisciplinares e transdisciplinares;
- promoção de reflexão decorrente da prática letiva.

19. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A avaliação dos discentes está regulamentada no Regimento Geral da **Faculdade CESUMAR de Londrina** e tem por objetivo orientar alunos e professores na condução e no desenvolvimento da aprendizagem e o (re) pensar das atividades propostas em sala de aula ou fora dela, considerando os objetivos do curso e do perfil desejado do aluno. Ela objetiva a integração entre alunos e professores para o desenvolvimento de uma cultura de avaliação de ensino-aprendizagem do ponto de vista qualitativo e quantitativo dos conteúdos curriculares em paralelo às avaliações de habilidades de aprendizagens, interesses, atitudes, hábitos de estudos, bem como ajustamento pessoal e social.

A avaliação do aproveitamento escolar acontece periodicamente na forma dos dispositivos conhecidos:

- I. Provas Bimestrais.
- II. Avaliação de Trabalhos.
- III. Avaliação de Exercícios e Testes.
- IV. Avaliação de Projetos.
- V. Outras avaliações.

O aproveitamento acadêmico avalia-se em regime semestral ou anual, de acordo com o PPC de cada curso, mensurando-se em notas de zero a dez. Será considerado aprovado na unidade de estudo o aluno que obtiver índice de frequência de 75% (setenta e cinco por cento), no mínimo, das aulas dadas no período letivo e média final maior ou igual a 6,0 (seis).

O aluno que não obtiver a média final suficiente (maior ou igual a 6,0), ou ainda o aluno que tiver faltado à aplicação de qualquer uma das avaliações que compõe a média, pode solicitar a realização de uma prova substitutiva, que irá compor a média final do aluno. As provas substitutivas

são oferecidas semestralmente, e sempre irá substituir uma nota bimestral do bimestre em que é aplicada.

Serão considerados como instrumentos de avaliação para composição da média final trabalhos de pesquisa individuais ou em grupos, exercícios, arguições, trabalhos práticos, seminários, provas escritas e orais, auto avaliações, participação em atividades pedagógicas, portfólios ou quaisquer outros instrumentos previstos nos respectivos planos de ensino das unidades de estudo.

20. INTEGRAÇÃO DO CURSO COM O SISTEMA DE SAÚDE LOCAL E REGIONAL/SUS

Para dar consecução às ações de parceria entre os cursos de saúde propostos pela **Faculdade CESUMAR de Londrina** e a **Prefeitura Municipal de Saúde de Londrina** propõe-se o estabelecimento de um Sistema de Rede de Saúde - Escola estruturado cujos aspectos operacionais serão regidos pelo COAPES - Contrato Organizativo da Ação Pública Ensino - Saúde regulamentado e regido pelo Comitê Nacional e Comissão Executiva instituídos pelo Governo Federal (Portaria Interministerial No.10 de 20 de agosto de 2014).

Entende-se aqui por estruturação de uma Rede de Saúde - Escola o processo de transformação de todas as unidades de saúde de um município em espaços de ensino, pesquisa e assistência.

Para dar regência às ações decorrentes dessa diretriz se utilizará como instrumento legal o COAPES que deverá estabelecer a garantia de acesso, como cenário de prática, às unidades de saúde em todos os níveis de complexidade. Esse instrumento deverá contemplar igualmente a designação de preceptores da rede de saúde e regulamentar a sua relação com a **Faculdade CESUMAR de Londrina**, definir mecanismos de valorização desses profissionais de saúde, notadamente os da atenção básica em saúde, estabelecer as obrigações mútuas entre as partes e definir a dinâmica de funcionamento da rede de saúde escola afeita a cada Curso de graduação.

No âmbito local as ações decorrentes da parceria estabelecidas em contrato, deverão ser monitoradas e acompanhadas por um comitê local de integração ensino-serviços constituído em cogestão e participação de membros da faculdade, da Secretaria Municipal de Saúde e do Conselho Municipal de Saúde.

Em reuniões prévias de organização dessa articulação ensino-serviços, os representantes da **Faculdade CESUMAR de Londrina** no futuro comitê propõem a realização de uma série de oficinas de trabalho que visam o estabelecimento de um planejamento estratégico do comitê que

deverá ter em pauta temas de variada complexidade para implementação de seus objetivos. Para essas oficinas a faculdade propõe a participação ampliada envolvendo diversos atores sociais da comunidade local e regionais tais como: trabalhadores da saúde, Ministério Público, Conselho Regional de Medicina do Estado, Sindicatos do Setor Saúde, Departamento Regional de Saúde da Secretaria Estadual da Saúde, dirigentes, docentes e discentes das Instituições de Ensino Superior (IES) da área da saúde e membros do Conselho Municipal de Saúde. Dentre os principais temas a serem inicialmente tratados nas oficinas de planejamento participativo destacam-se:

- A relação entre Instituições de Ensino Superior sediadas no município de oferta dos cursos e a Secretaria Municipal da Saúde, gestora do SUS (como o município deve se organizar para contemplar as IES que utilizam seus equipamentos de saúde como cenários de prática, quais os aspectos éticos da parceria entre as IES e a Secretaria Municipal de Saúde, quais as formas de participação da comunidade nessas decisões, pertinência da delimitação geográfica da atuação das diversas IES em Distritos de Saúde-Escola, etc.).
- Necessidade de Investimentos para Adequação Tecnológica e Arquitetônica da Rede de Saúde - Escola; - Necessidade de Definição do Modelo de Inserção dos Alunos nos Cenários de Prática;
- Participação do usuário no envolvimento e na compreensão desse novo arranjo assistencial e de ensino, e de suas repercussões sobre a assistência à sua saúde;
- Remuneração dos trabalhadores de saúde nas atividades de ensino e orientação de estudantes;
- Participação ampliada de novos atores sociais na Gestão Colegiada em toda a Rede de Saúde sob Gestão Municipal e também no âmbito das IES na Gestão dos Cursos da área da saúde em seus colegiados.

Ao conjunto de temas aqui apontados como prioritários para uma abordagem inicial do comitê de acompanhamento local do COAPES agrega-se uma agenda onde se preveem temas de intenso debate e inevitável conflito de ideias e interesses diversos locais e regionais. Importante ressaltar que todo o processo deve ser cuidado para se pautar pela busca de maior interação ensino-serviço, visando à reorientação da formação profissional em saúde, por meio de uma abordagem integral do processo saúde-doença, com ênfase na Atenção Básica, a partir da promoção de atitudes transformadoras compromissadas com a geração de conhecimentos, o processo de ensino-aprendizagem e a prestação qualificada de serviços de saúde à população. Cabe aqui desde o início do processo, o reconhecimento por parte da **Faculdade CESUMAR de Londrina** da necessidade de

aproximação cada vez mais estreita com os gestores e equipes dos serviços de saúde e usuários, por acreditar ser fundamental a superação da visão simplesmente acadêmica dos campos de estágio para uma visão de responsabilidade compartilhada na formação de recursos humanos para o setor.

Da mesma forma é necessário que os idealizadores do COAPES, enquanto instrumento jurídico tenha a convicção de que este deve ir além de causas convenientes administrativas e deve englobar a cogestão e aspectos do ensino, da pesquisa e da assistência a serem compartilhados pelas instituições parceiras. A necessidade de construir parcerias sustentáveis encontra na gestão colegiada um grande canal para o seu fortalecimento.

A **Faculdade CESUMAR de Londrina** acredita ser fundamental o protagonismo do Conselho Municipal de Saúde como diferencial nesse futuro processo, na medida em que pode mobilizar vários atores sociais em um modo de interação institucional mais participativo e reflexivo, na perspectiva da formação profissional, da produção do cuidado, do conhecimento em saúde e da participação e controle social.

Nesse cenário, acredita-se que o controle social e a cogestão presentes se mostrarão potentes para consolidar instâncias democráticas de decisão no âmbito da academia e dos serviços de saúde e que esses pressupostos devem sinalizar para a necessidade de se criar mecanismos e instrumentos para regular e avaliar o impacto dessa parceria por meio de indicadores de saúde, de pesquisa e de índices de satisfação dos usuários.

20.1 INTEGRAÇÃO DO CURSO COM O SISTEMA DE SAÚDE LOCAL E REGIONAL/SUS – RELAÇÃO ALUNOS / DOCENTES / PERCEPTOR

O curso é concebido em consonância com as políticas públicas para a formação e desenvolvimento de recursos humanos para a Área de Saúde, promovendo a integração do ensino e serviço, assegurando, durante a formação profissional, uma abordagem integral do processo saúde/doença individual e coletivo, contemplando a Atenção Básica, com vistas à transformação na prestação de serviços à população. Para tanto, priorizará os determinantes de saúde; contemplará os diversos aspectos da doença: biológicos, psicológicos e sociais; utilizará processos de aprendizado ativo, nos moldes da educação de adultos, propiciando que o aluno aprenda fazendo e com sentido crítico na análise da prática clínica, além da avaliação formativa e somativa. Haverá a diversificação nos cenários de aprendizagem contemplando os vários níveis de atenção, com ênfase na atenção primária e interação dos alunos com a comunidade, onde os estudantes assumirão responsabilidade

crescente mediante a evolução do aprendizado, com o propósito de gerar o impacto de egressos comprometidos e aptos a atuar no SUS.

A articulação do Curso está prevista dentro da sua proposta pedagógica, estruturada na organização e matriz curricular, que reconhece o SUS como integrante da formação do profissional egresso, através do aprendizado em seus cenários de prática com a integração ensino-serviço-comunidade, centrados na necessidade de saúde da comunidade e relacionados com a complexidade do processo saúde-doença dos indivíduos, da família e da comunidade, integrando a realidade social, profissional, epidemiológica, com as técnicas efetivas de gerenciamento dos problemas de saúde da população, ações de cuidados, voltados para o Sistema Único de Saúde e trabalho em equipe multiprofissional. Para que se concretize será necessária a pactuação com os gestores loco-regionais dos SUS, validados pelos Contratos Organizativos da Ação Pública Ensino-Saúde com a Secretaria Municipal de Saúde, Regional de Saúde e Secretaria Estadual de Saúde, conforme previsto no art. 12 da Lei n.º 12.871, de 22 de outubro de 2013. Além disso, será fundamental o envolvimento de todos os atores no processo. Para isso, propomos o planejamento conjunto das atividades curriculares previstas na matriz e organização curricular entre os preceptores do serviço e docentes da academia, com vistas às necessidades de saúde da população. A preceptoria poderá ser executada por profissionais do serviço, com supervisão de docentes da IES ou diretamente por docentes da IES integrados ao serviço.

20.2 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA A ÁREA DA SAÚDE

Para a superação de modelos pedagógicos e curriculares tradicionais não basta que se proceda a uma diferenciação somente de conteúdo; é necessária uma série de inovações metodológicas que otimizem a realização de atividades por parte tanto de alunos quanto de professores e que possibilitem a efetiva interdisciplinaridade.

Com este objetivo, a **Faculdade CESUMAR de Londrina** desenvolve, no âmbito dos seus cursos, as seguintes alternativas didático-pedagógicas que caracterizam o modelo de ensino implantado, além das já tradicionalmente conhecidas e executadas secularmente:

- I. Desenvolvimento de Trabalhos em Parceria tanto com IES nacionais quanto com estrangeiras, além de outras instituições cuja atuação venha a complementar a formação do aluno;
- II. utilização de Simulações como recursos didáticos: são estratégias que procuram simular algum aspecto da realidade, colocando o aluno bem próximo às situações de vida, possibilitando um retorno imediato acerca das consequências, atitudes e decisões. No ensino superior

as simulações têm como objetivo principal o desenvolvimento de atitudes dos alunos e secundariamente os seguintes objetivos: estimular a reflexão acerca de determinado problema; promover um clima de descontração entre os alunos; favorecer o autoconhecimento; desenvolver empatia; analisar situações de conflito; desenvolver atitudes específicas; desenvolver habilidades específicas;

III. incentivo ao Estudo Independente, com uma metodologia centrada no estudante: este tipo de ensino apresenta as seguintes características: respeito ao ritmo de aprendizagem de cada aluno; individualização da avaliação; propiciamento de formas alternativas de instrução e conteúdo; delegação ao estudante de maior responsabilidade por sua aprendizagem; propiciamento maior de autonomia intelectual; facilitação da aquisição de maior confiança por parte do estudante em seus recursos e o alcance de certas metas, que não seriam atingidas em outras situações;

IV. estímulo ao uso de Metodologias de Ensino Baseadas na Interação: são muitos os métodos baseados na interação, entre eles: a discussão; o debate; a mesa redonda; o seminário; o simpósio; o painel; o diálogo, a entrevista; e o estudo de casos;

V. implementação em algumas áreas, da metodologia do Aprendizado Baseado em Problemas, com o estudo centrado em casos reais;

VI. estabelecimento de um Programa de Integração dos professores e alunos com a realidade da profissão e necessidades do mercado, bem como com os avanços tecnológico-científicos e as tendências futuras para a área.

20.3 EDUCAÇÃO EM SAÚDE

Nesta área de competência, o graduando deverá ser corresponsável com a própria formação inicial e continuada, para conquistar autonomia intelectual, responsabilidade social, bem como para compromisso com a formação das futuras gerações de profissionais de saúde, de modo a estimular a promoção da mobilidade acadêmica e profissional, objetivando:

a) Aprender a Aprender, como eixo estruturante do processo de ensino-aprendizagem, identificando conhecimentos prévios, desenvolvendo a curiosidade e formulando questões para a busca de respostas cientificamente consolidadas, construindo sentidos para a identidade profissional e avaliando, criticamente, as informações obtidas, preservando a privacidade das fontes;

b) Aprendizagem Inter profissional, com base na reflexão sobre a própria prática e pela troca de saberes com profissionais da área, para a orientação da identificação e discussão dos problemas, estimulando o aprimoramento da colaboração e da qualidade da atenção à saúde;

c) Aprender com o Erro, identificando-o e avaliando-o, em situações e ambientes protegidos, ou em simulações da realidade, de modo a aproveitá-lo como insumo da aprendizagem profissional e organizacional e como suporte para sua superação definitiva;

d) Envolvimento na Formação, conciliando ensino, pesquisa e extensão e observando o dinamismo das mudanças sociais e científicas que afetam o cuidado e a formação dos profissionais de saúde, a partir dos processos de auto avaliação e de avaliação externa dos agentes e da instituição, promovendo o conhecimento sobre as escolas médicas e sobre seus egressos;

e) Mobilidade e Formação de Redes, para propiciar a estudantes, professores, profissionais da saúde e pacientes a ampliação das oportunidades de aprendizagem, pesquisa e trabalho, buscando a identificação de novos desafios da área, estabelecendo compromissos de corresponsabilidade pela vida, especialmente nas situações de emergência em saúde pública, nos âmbitos nacional e internacional.

20.4 GESTÃO EM SAÚDE

Visa à formação do profissional de saúde capaz de empreender ações de gerenciamento e administração para promover bem estar da comunidade, por meio das seguintes dimensões:

a) Gestão do Cuidado, com o uso de novas tecnologias, de modo a promover a organização dos sistemas integrados de saúde para a formulação e desenvolvimento de Plano do Paciente;

b) Valorização da Vida, com a abordagem dos problemas de saúde recorrentes na atenção primária, na urgência e na emergência e na prevenção de riscos e danos, visando à melhoria dos indicadores de morbidade e de mortalidade, por um profissional médico generalista, propositivo e resolutivo;

c) Tomada de Decisões, com base em evidências científicas, de modo a racionalizar e aperfeiçoar a aplicação de conhecimentos, metodologias, procedimentos, instalações, equipamentos, insumos e medicamentos, de modo a produzir protocolos e diretrizes que retroalimentam as decisões;

d) Comunicação, incorporando, sempre que possível, as novas tecnologias da informação e comunicação (TICs), para interação à distância e acesso a bases remotas de dados, favorecendo a construção compartilhada do Plano Comum de Atenção à Saúde;

e) Domínio de Língua Estrangeira, de preferência de língua franca, para manter-se atualizado com os avanços da Medicina conquistados no país e fora dele, bem como para interagir com

outras equipes de profissionais da saúde em outras partes do mundo e divulgar as conquistas científicas alcançadas no Brasil;

f) Liderança, para que, nos procedimentos que exigem sua ação de vanguarda, ela seja exercida com democrática interação e, não, com hierarquização e hegemonia nas equipes multiprofissionais de saúde;

g) Trabalho em Equipe, de modo a desenvolver parcerias e constituição de redes, estimulando e ampliando a aproximação entre instituições, serviços e outros setores envolvidos na atenção integral e promoção da saúde.

20.5 RESPONSABILIDADE SOCIAL

A delimitação da política de responsabilidade social é exigência do Ministério da Educação. Para o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES, essa política está relacionada à contribuição com a inclusão social, defesa do meio ambiente, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural, completando o compromisso social da instituição na qualidade de portadora do bem público e dos princípios de cidadania, independentemente de sua natureza jurídica, o que não significa adotar políticas assistencialistas ou antigas ações de filantropia. Adotar políticas que atendam tais exigências ministeriais requer que todos os sujeitos integrantes da comunidade acadêmica percebam de forma direta e indireta as ações coletivas dessa natureza em todos os níveis, até mesmo a sociedade como um todo. Nesse sentido, a responsabilidade social está imbricada não só com os Projetos de Extensão desenvolvidos pela IES, como também com as ações que os envolvem e que estão voltadas para a melhoria de cada um deles. É um caminho vocacionado para uma contribuição que vai além do progresso científico-tecnológico-cultural, com o intuito de possibilitar melhoria concreta nas condições de vida da comunidade que interage com a IES.

Dessa forma, a **Faculdade CESUMAR de Londrina** desenvolve suas políticas de responsabilidade social em consonância com sua missão para o atendimento de seus funcionários, professores, gestores e membros da comunidade em geral, por meio de ações oriundas das diretrizes abaixo:

- I. Manter o Programa de Bolsa de Estudos e Bolsa Trabalho Institucionais e/ou parcerias com empresas da região e instituições públicas e privadas;
- II. Manter os Programas de Extensão;
- III. Manter o Programa de Cessão de Espaços e de Recursos Institucionais para a Sociedade Organizada;

- IV. Programas de Educação Continuada;
- V. Manter Projetos Especiais e Culturais;
- VI. Fortalecer o Programa de Incentivo à Preservação do Meio Ambiente.

20.6 INTEGRAÇÃO DO CURSO COM A COMUNIDADE LOCORREGIONAL

A inserção do curso na rede se dá de forma curricular, concretizada ao longo do curso. As práticas são integradas com os conteúdos teóricos discutidos através de situações problemas dos módulos temáticos, que reproduzem a organização do Sistema de Saúde Local e Regional nos seus diferentes níveis de atenção e complexidade, iniciada com o planejamento conjunto, onde todos os atores envolvidos no processo são convidados a participar do processo de formação do egresso.

20.7 SEGURANÇA DO USUÁRIO DO SUS

Baseada na Portaria nº 259 de 01/04/2013 – Programa Nacional de Segurança do Paciente que no artigo 3º item V - fomentar a inclusão do tema segurança do paciente no ensino técnico e de graduação e pós-graduação na área da saúde.

Os conceitos fundamentais em segurança do paciente, bem como o panorama de sua origem e seus rumos, serão inseridos nas diversas atividades das disciplinas por meio de vivências, discussões e proposições de qualificação das diversas ações e atividades desenvolvidas no SUS.

DIMENSÃO 2: CORPO DOCENTE E TUTORIAL

21. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

21.1 ATUAÇÃO DO NDE

Em conformidade com a Resolução nº 1 de 17/6/2010, a **Faculdade CESUMAR de Londrina** terá na estrutura de seus cursos o NDE – Núcleo Docente Estruturante, constituindo-se o segmento da estrutura de gestão acadêmica de cada Curso de Graduação, com atribuições consultivas, propositivas e avaliativas sobre matéria de natureza acadêmica.

A **Faculdade CESUMAR de Londrina**, em conformidade com o disposto nos documentos de orientação do Ministério da Educação e considerando a relevância da consolidação de um grupo de docentes, de elevada formação e titulação e com regime de tempo diferenciado, para responderem pela criação, implantação e consolidação do PPC, define regras para o Núcleo Docente Estruturante - NDE, ressaltando a responsabilidade atribuída aos docentes participantes, dentre outras funções, de:

- I. Elaborar o PPC definindo sua concepção e fundamentos.
- II. estabelecer o perfil profissional do egresso do curso em conformidade com as diretrizes curriculares aprovadas pelo Ministério da Educação.
- III. atualizar periodicamente o PPC.
- IV. conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado de Curso, sempre que necessário.
- V. supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso definidas pelo Colegiado.
- VI. analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;
- VII. promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo projeto pedagógico.
- VIII. acompanhar as atividades do corpo docente, recomendando ao Colegiado de Curso a instalação ou substituição de docentes, quando necessário.

Os docentes que comporão NDE devem possuir titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu e/ou lato sensu* e serão contratados em regime de tempo integral. O NDE reunir-se-á, ordinariamente, por convocação de iniciativa do seu Presidente, duas vezes por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado.

21.2 COMPOSIÇÃO DO NDE

DOCENTE	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Graziela Batista Silva	Mestre	Integral
Humberto Garcia de Oliveira	Mestre	Integral
Marcia Regina Benedeti	Mestre	Integral
Naline Cristina Favatto	Mestre	Integral
Terezinha Gomes de Faria	Mestre	Integral

22. COORDENADOR DO CURSO

22.1 FORMAÇÃO E TITULAÇÃO

O Coordenador do Curso de Bacharelado em **Educação Física** é o docente **Humberto Garcia de Oliveira**, que possui graduação em Educação Física - Faculdades Integradas de Guarulhos (1983), Especialização em Treinamento desportivo (1999) pela UEM e Mestrado em Ciências da Saúde pela Universidade Estadual de Maringá (2010). Tem experiência na área de Educação Física, com ênfase em Treinamento Desportivo, atuando principalmente nos seguintes temas: atletismo, treinamento, tenistas, preparação física e Gestão de curso.

22.2 REGIME DE TRABALHO

O Regime de Trabalho do Coordenador é o de Tempo Integral e caberá uma carga **horária semanal de trinta e seis horas** para as atividades da coordenação e atendimento a docentes e discentes. O Coordenador será membro efetivo, com direito a voz e voto, tanto do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, como do Conselho Superior – CONSUP. O Coordenador é presidente nato do Conselho de Curso e do Núcleo Docente Estruturante – NDE.

22.3 ATUAÇÃO DO COORDENADOR DO CURSO

O Coordenador participa efetivamente nos órgãos colegiados superiores CONSEPE e com representação no CONSUP.

É o presidente do CONSELHO DE CURSO e do NDE, cujas competências são descritas

no Regimento da **Faculdade CESUMAR de Londrina**.

A atuação do coordenador visará a cumprir as suas atribuições mediante a articulação permanente com os demais coordenadores, nas reuniões do CONSEPE no qual tem assento nato, e mediante reuniões individuais, em especial com os coordenadores de cursos que apresentam disciplinas comuns.

23. CORDO DOCENTE

23.1 CONSTITUIÇÃO DO CORPO DOCENTE

O Corpo Docente será constituído por professores que exercem atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas. Todo o corpo docente buscará a cada dia sua capacitação e atualização. O corpo docente integra a comunidade acadêmica como um todo, devendo, no desempenho de suas funções, levar em conta o processo global de educação segundo as políticas e os objetivos da **Faculdade CESUMAR de Londrina**.

Todos os docentes indicados para a **Faculdade CESUMAR de Londrina** possuem Pós-Graduação Lato Sensu e Stricto Sensu. A formação destes professores é adequada às necessidades propostas para o perfil do egresso de cada curso em andamento.

Com relação à formação e experiência pedagógica ressalta-se que a capacitação pedagógica do corpo docente, em sua maioria, acontecerá por meio dos programas de pós-graduação. Além disso, a instituição contará com o NAP - Núcleo de Apoio Pedagógico, que tem a função de estimular a totalidade da instituição na busca da qualidade do ensino. Suas ações se concentrarão no acompanhamento e na análise das condições pedagógicas, nos procedimentos acadêmicos de cada Curso, viabilizando estratégias direcionadas à superação de qualquer dificuldade detectada. O apoio a ser oferecido pelo NAP aos Coordenadores dos Cursos estará associado ao apoio aos docentes de cada Curso, não só através de encontros específicos, no tratamento de questões pontuais, bem como através de Seminários, Palestras, Debates, Fóruns, com temáticas definidas dentro da área de ensino-aprendizagem.

A **Faculdade CESUMAR de Londrina** buscará oferecer, aos seus professores, todas as condições técnicas para que se desenvolvam os procedimentos pedagógicos necessários para atingir os objetivos colimados pelos seus dirigentes. Assim, é condição imprescindível garantir, permanentemente, elevados níveis de motivação do pessoal docente pela valorização de seu potencial

humano, de modo que se vejam estimulados a desenvolver sua competência técnica e a atingir o grau de desempenho almejado.

Para tanto, há que se levar em conta:

- I. A compreensão da filosofia institucional, bem como o entendimento das políticas e estratégias, fortalecendo a imagem institucional e garantindo a adesão consciente do pessoal envolvido em todos os níveis hierárquicos;
- II. as qualidades intrínsecas dos dirigentes, como dinamizadores da prática de reconhecimento do desempenho dos seus funcionários;
- III. o desenvolvimento de atitudes e habilidades de cooperação mútua, a transparência organizacional e o fortalecimento do espírito de equipe;
- IV. a ampliação dos canais de comunicação;
- V. a flexibilização funcional.

Concebido para constituir-se em ação institucionalizada, o Plano de Carreira, de Remuneração e de Capacitação Docente será parte integrante da política de valorização dos recursos humanos da **Faculdade CESUMAR de Londrina** e mecanismo de incentivo à qualificação e ao constante aperfeiçoamento do professor.

No entanto, buscar-se-á, em toda ocasião, contar com parcerias externas e fontes de recursos alternativas para viabilizar os empreendimentos pretendidos, seja mediante convênios com outras Instituições de Ensino Superior, seja com empresas, especialmente com agências governamentais de fomento à pesquisa e à pós-graduação e de organismos não-governamentais, do terceiro setor, objetivando desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A política de recursos humanos da **Faculdade CESUMAR de Londrina**, como demonstrado a seguir, privilegia a titulação docente e o regime de trabalho.

A carreira docente da **Faculdade CESUMAR de Londrina** conta com três categorias de titulação, a saber:

1) **Título de Doutor** - Segundo nível da pós-graduação stricto sensu. Tem por fim proporcionar formação científica ou cultural ampla e aprofundada, desenvolvendo a capacidade de pesquisa e exigindo defesa de tese em determinada área de concentração que represente trabalho de pesquisa com real contribuição para o conhecimento do tema. Confere diploma de doutor. Serão considerados os títulos de doutorado, aqueles obtidos em Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu, avaliados e reconhecidos pelo MEC, ou os títulos obtidos no exterior e revalidados por universidades brasileiras.

2) **Título de Mestre** - Primeiro nível da pós-graduação stricto sensu. Tem por fim proporcionar formação científica ou cultural, desenvolvendo a capacidade de pesquisa e exigindo defesa de dissertação em determinada área de concentração que represente trabalho de pesquisa/produto com real contribuição para o conhecimento do tema. Confere diploma de mestre. Serão considerados os títulos de mestrado acadêmico e profissional obtidos em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, avaliados e reconhecidos pelo MEC, ou títulos obtidos no exterior e revalidados por universidades brasileiras.

3) **Título de Especialista** - Curso em área específica do conhecimento com duração mínima de 360 horas (não computando o tempo de estudo individual ou em grupo sem assistência docente, nem o destinado à elaboração do trabalho de conclusão de curso) e o prazo mínimo de seis meses. Pode incluir ou não o enfoque pedagógico. Confere certificado (Cf. Resolução CNE/CES nº 01/2007).

A carreira docente da **Faculdade CESUMAR de Londrina** conta com quatro categorias de regime de trabalho, a saber:

1) **Tempo Integral** - O regime de trabalho em tempo integral compreende a prestação de 40 horas semanais de trabalho, na mesma instituição, nele reservado o tempo de, pelo menos, 20 horas semanais para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação (Portaria Normativa N° 40).

Observação: nas IES, nas quais, por acordo coletivo de trabalho, o tempo integral tem um total de horas semanais diferente de 40, esse total deve ser considerado, desde que pelo menos 50% dessa carga horária seja para estudos, pesquisa, extensão, planejamento e avaliação. (Fonte: Formulário Eletrônico de Avaliação- MEC)

2) **Tempo Parcial** – docente contratado atuando com 12 ou mais horas semanais de trabalho na mesma instituição, reservado pelo menos 25% do tempo para estudos, planejamento, avaliação e orientação de estudantes. (Fonte: Portaria Normativa nº 40).

3) **Tempo Horista** – docente contratado pela instituição exclusivamente para ministrar aulas, independentemente da carga horária contratada, ou que não se enquadre em outros regimes de trabalho definidos. (Fonte: Portaria Normativa nº 40).

23.2 TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE

Categoria	Quantidade	Porcentagem
Doutor	9	38%
Mestre	15	63%
Especialistas	0	0
Total Geral	24	100%

23.3 TOTAL DE DOUTORES

Categoria	Quantidade	Porcentagem
Doutor	9	38%

23.4 REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE

Categoria	Quantidade	Porcentagem
Tempo Integral	8	33%
Tempo Parcial	16	67%
Horista	-	-
Total Geral	24	100%

O quadro detalhado da composição do Corpo Docente encontra-se Anexo 4.

22.5 COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO DE CURSO

O colegiado de Curso previsto no Regimento Geral da **Faculdade CESUMAR de Londrina** estará em funcionamento após a autorização do Curso.

Seção III

Do Colegiado de Curso

Art. 12. O Colegiado de Curso, órgão consultivo e de assessoramento do coordenador de curso, tem a seguinte composição:

- I. Coordenador do curso, seu presidente nato;*

- II. *quatro representantes docentes, indicados por seus pares que participam das atividades do curso;*
- III. *um representante discente, indicado pelos discentes matriculados no curso em eleição direta.*

§ 1º Os membros do Colegiado de Curso têm os seguintes mandatos: coincidente com o tempo de permanência no cargo consignado, no caso do Coordenador do Curso;

- I. *Dois anos para os representantes docentes, condicionado ao exercício da docência no curso devendo ser substituído no caso de inexistência de vínculo com o curso;*
- II. *um ano para o representante discente. O representante discente deverá ser substituído imediatamente caso o indicado venha a se desligar ou trancar o curso na **Faculdade CESUMAR de Londrina.***

Art. 13. Compete ao Colegiado de Curso:

- I. *Aprovar os planos de ensino das disciplinas do curso, observadas as diretrizes gerais para sua elaboração, aprovadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;*
- II. *coordenar e supervisionar os planos e atividades didático-pedagógica do curso;*
- III. *coordenar o planejamento, elaboração, execução e acompanhamento do projeto pedagógico do curso, propondo, se necessário, às devidas alterações;*
- IV. *emitir parecer em projetos de ensino, pesquisa e extensão vinculados à coordenação do curso;*
- V. *exercer as demais funções que lhe sejam previstas em lei, neste Regimento e nos regulamentos aprovados pelos conselhos superiores;*
- VI. *participar ativamente da administração acadêmica e administrativa do curso, assessorando o Diretor Geral, Vice-Diretor, Diretores Acadêmicos e Administrativos e demais dirigentes no desempenho de suas funções;*
- VII. *propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão normas de funcionamento e verificação do rendimento escolar para estágio, trabalho de conclusão e de disciplinas com características especiais do curso;*
- VIII. *propor aos conselhos superiores e órgãos da **Faculdade CESUMAR de Londrina** medidas e normas referentes às atividades acadêmicas, disciplinares, administrativas e didático-pedagógica necessárias ao bom desempenho e qualidade do curso;*
- IX. *sugerir medidas que visem ao aperfeiçoamento e desenvolvimento das atividades da Instituição, bem como opinar sobre assuntos pertinentes que lhe sejam submetidos pelo Diretor Geral;*

- X. *homologar o aproveitamento de estudos de discentes transferidos;*
- XI. *homologar o aproveitamento de estudos por competência, em acordo a regulamento próprio;*
- XII. *zelar pela fiel execução dos dispositivos, regimentais e demais regulamentos e normas das Faculdade CESUMAR de Londrina .*

Seção IV

Disposições Comuns ao Funcionamento dos Órgãos Colegiados

Art. 14. Às reuniões dos órgãos colegiados aplicam-se as seguintes normas:

- I. Os órgãos colegiados têm regulamentos internos próprios, respeitadas as disposições constantes deste Regimento;
- II. os órgãos colegiados funcionam com a presença da maioria absoluta de seus membros e decide por maioria dos presentes, salvo nos casos previstos neste Regimento em que se exija quórum especial;
- III. o Presidente do colegiado participa da votação e, no caso de empate, decide por meio do voto de qualidade;
- IV. nenhum membro dos órgãos colegiados pode participar de sessão em que aprecie matéria de seu particular interesse;
- V. ressalvados os impedimentos legais, nenhum membro dos órgãos colegiados pode recusar-se de votar;
- VI. as reuniões ordinárias e extraordinárias são convocadas pelo seu presidente com antecedência mínima de 48 horas, salvo em caso de urgência, constando da convocação a pauta dos assuntos;
- VII. das reuniões, são lavradas atas, lidas, aprovadas e assinadas por todos os presentes, na mesma sessão ou na seguinte;
- VIII. o comparecimento dos membros do colegiado às reuniões plenárias é de caráter obrigatório e tem preferência sobre qualquer outra atividade acadêmica, perdendo o mandato aquele que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a mais de três reuniões consecutivas ou cinco não consecutivas;
- IX. sempre que o assunto e interesse da matéria exigir, a critério do Diretor Geral, os colegiados podem se reunir e tomar decisões conjuntas, desde que convocados para esse fim, sendo lavrada ata de reunião conjunta e sancionados os atos decorrentes com as especificações necessárias.

24. PESQUISA E PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOCENTE

As políticas de pesquisa estabelecidas para a **Faculdade CESUMAR de Londrina** estão voltadas para a definição de áreas e linhas de pesquisa; criação, manutenção e dinamização de ações sistemáticas para o estímulo ao desenvolvimento da pesquisa por docentes e discentes, por meio de palestras, seminários, reuniões e outros eventos; realização de parcerias e convênios com outras instituições de ensino, institutos e centros de pesquisa, visando a ampliar os horizontes e enriquecer as trocas de experiências; concessão de auxílio financeiro para o desenvolvimento projetos institucionais; divulgação dos resultados das pesquisas em periódicos e/ou eventos científicos nacionais e/ou internacionais; concessão de bolsas de iniciação científica; realização de simpósios, encontros e demais eventos destinados ao debate de temas científicos; criação de um espaço próprio para os pesquisadores, equipados com terminais de computador com acesso às redes de informação; articulação das linhas de pesquisa mestra da Instituição e incentivo à formação de grupos de pesquisas; captação de recursos para o desenvolvimento de atividades de pesquisa e propor e manter condições de trabalho favoráveis para pesquisadores.

III. DIMENSÃO 3: INFRAESTRUTURA

25. ESPAÇO FÍSICO GERAL

As salas de aula, laboratórios, biblioteca, cantina e outras dependências são de uso privativo dos corpos docente, discente e técnico-administrativo, permitido o acesso de pessoas estranhas quando da realização de eventos, encontros culturais, seminários ou em casos de expressa autorização da Direção Geral.

A infraestrutura física está à disposição dos alunos para atividades extraclasses, desde que pertinentes aos cursos ofertados e dentro dos horários devidamente reservados.

25.1 PLANO DE EXPANSÃO FÍSICA

A Faculdade CESUMAR de Londrina planeja durante o período de vigência do PDI, a expansão da infraestrutura física das suas unidades, de forma a adequá-las às necessidades dos cursos em implantação de acordo com sua política de crescimento, suas metas e objetivos expostos no PDI.

25.2 CONDIÇÕES DE SALUBRIDADE DAS INSTALAÇÕES ACADÊMICAS - ESPAÇO, ILUMINAÇÃO, VENTILAÇÃO E ACÚSTICA

As salas de aula foram projetadas segundo as exigências específicas do ensino superior, particularmente para as aulas noturnas. São amplas e com iluminação natural e artificial adequadas, atendendo às necessidades de todos os cursos oferecidos pela instituição. No que diz respeito à dimensão o espaço físico é adequado para o número de usuários e para todos os tipos de atividade desenvolvidos na Instituição.

O sistema de ventilação é adequado às necessidades climáticas locais, utilizando-se de ventiladores, sempre que necessário. A Instituição prima pelo asseio e limpeza mantendo as áreas livres varridas e sem lixo, pisos lavados, sem sujeira, poeira e lixo, móveis sem poeira. Os depósitos de lixo são colocados em lugares estratégicos, como próximos às salas de aula, na cantina, na biblioteca, nas salas de estudo etc. As instalações sanitárias gozam de perfeitas condições de limpeza com pisos, paredes e aparelhos lavados e desinfetados. Para isso a instituição manterá pessoal adequado e material de limpeza disponível. Dispõe ainda de instalações apropriadas para o processo de ensino-aprendizagem disponibilizando recursos audiovisuais e multimídias, retirada de pincéis e apagadores, entrega e retirada de provas para reprodução e outros serviços.

25.3 INSTALAÇÕES PARA DIREÇÃO E COORDENAÇÕES DE CURSOS DE GRADUAÇÃO, NAP, NDE E PROFESSORES

Os gabinetes para direção e coordenações de cursos de graduação, NAP, NDE e professores possuem a infraestrutura necessária no que tange a equipamentos e pessoal.

25.4 INSTALAÇÕES SANITÁRIAS (ADEQUAÇÃO E LIMPEZA)

As instalações sanitárias atendem confortavelmente a demanda. Estão adaptadas para atender os portadores de necessidades especiais.

25.5 ACESSO A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PELOS DOCENTES E DISCENTES

Os Professores e alunos utilizarão os laboratórios da **Faculdade CESUMAR de Londrina**, com agendamento para as aulas e em horários livres para consecução de seus trabalhos. Os professores terão ainda computadores disponíveis nas salas dos professores e na sala da coordenação.

A **Faculdade CESUMAR de Londrina** terá um conjunto de normas de acesso, afeiçoando-as ao perfil profissional previsto para os cursos implantados e em implantação que serão utilizadas. Quanto à aquisição de computadores, periféricos e instrumentos multimeios, a preocupação é com a satisfação dos seguintes itens:

- ✓ Máquinas e equipamentos suficientes para uso do corpo docente, dos alunos e dos funcionários técnicos e administrativos;
- ✓ boa relação entre número de usuários e número de máquinas;
- ✓ contratação de pessoal qualificado, sempre disponível em cada laboratório ou oficina de trabalho;
- ✓ operadores qualificados a serviço dos usuários.

25.6 RECURSOS AUDIOVISUAIS E MULTIMÍDIA

A **Faculdade CESUMAR de Londrina** tem, em sua infraestrutura de apoio pedagógico, a grande alavanca para a realização de aulas, reuniões e eventos na Instituição.

A aquisição de aparelhos audiovisuais, principalmente os mais usados em sala de aula, como TV, vídeo e retroprojeto, facilitam o fazer pedagógico.

A implantação de um programa de manutenção preventiva, bem como os investimentos na preparação de recursos humanos, para um rápido atendimento aos professores em sala de aula, além de propiciar o oferecimento de orientações sobre o correto uso dos aparelhos eletrônicos, contribuirá para a maximização dos recursos disponíveis.

25.7 EXISTÊNCIA DA REDE DE COMUNICAÇÃO (INTERNET)

Os equipamentos disponibilizados para os professores e alunos, nos diversos espaços existentes na **Faculdade CESUMAR de Londrina** estarão conectados às redes de comunicação científica, permitindo aos seus usuários a comunicação via internet.

25.8 PLANO DE EXPANSÃO E DE ATUALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Os equipamentos existentes na **Faculdade CESUMAR de Londrina** farão parte de um plano de expansão e atualização sempre que houver necessidade, evitando assim que os laboratórios se tornem obsoletos.

Faz parte do plano de expansão e atualização:

- ✓ Administrar a utilização dos equipamentos de uso comunitário e reorganizar os itens de consumo e produtos periodicamente;
- ✓ analisar mudanças e melhorias realizadas nos softwares adquiridos e efetuar divulgação através de documentos, palestras e cursos;
- ✓ apoiar os usuários na utilização dos equipamentos e das ferramentas existentes na **Faculdade CESUMAR de Londrina**;
- ✓ elaborar projeto de instalação de máquinas e equipamentos de processamento de dados e das redes de comunicação de dados;
- ✓ especificar e acompanhar o processo de compra de equipamentos de informática, de softwares e demais equipamentos necessários aos laboratórios específicos;
- ✓ instalar, acompanhar e controlar a performance dos equipamentos e das redes de comunicação de dados;
- ✓ planejar e implantar rotinas que melhorem a operação e segurança no uso dos equipamentos;
- ✓ planejar e ministrar cursos internos sobre utilização de recursos computacionais e dos demais equipamentos.

25.9 ATENDIMENTO À ACESSIBILIDADE

Atenta ao disposto na Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, “sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências físicas”, a **Faculdade CESUMAR de Londrina** mantém as dependências físicas adequadas com eliminação de barreiras arquitetônicas que possam inibir a circulação de pessoas portadoras de deficiências físicas e foram observados os seguintes itens:

- I. Assegurado o acesso aos espaços de uso coletivo, para que o deficiente possa interagir com a comunidade acadêmica;
- II. instalado lavabos, bebedouros e banheiros adaptados ao uso de portadores de deficiência física;
- III. colocação de corrimãos e rampas que facilitam a circulação de cadeiras de rodas;
- IV. instalação de telefones públicos para uso de deficientes;
- V. adaptado portas e banheiros para permitir o acesso de cadeiras de rodas;
- VI. Vagas para estacionamento.

Além da infraestrutura necessária, a **Faculdade CESUMAR de Londrina**, proporciona relacionamento saudável, do portador de necessidade especial com toda a comunidade acadêmica visando a sua adaptação.

Com o avanço das tecnologias, hoje há disponível para acesso livre vários softwares desenvolvidos para que pessoas com deficiência visual possam utilizar com autonomia o computador através de ampliação de tela e da leitura dos menus e telas por um sintetizador de voz. Dentre os softwares/equipamentos disponíveis para uso, a **Faculdade CESUMAR de Londrina** utiliza-se de Teclado Adaptado para pessoas com baixa-visão, além do “DOSVOX”, software gratuito, desenvolvido pelo Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que permite que pessoas cegas utilizem o computador para desempenhar uma série de tarefas, adquirindo assim um nível alto de independência no estudo e no trabalho.

26. BIBLIOTECA

A Biblioteca da **Faculdade CESUMAR de Londrina**, órgão da Administração Geral, é a responsável por todo o acervo, e tem como objetivo prover de informações o ensino, a pesquisa e a extensão, pautando sua atuação nos seguintes princípios:

- ✓ Democratização do acesso à informação e ao acervo sob sua responsabilidade;

- ✓ respeito ao princípio do controle bibliográfico universal;
- ✓ atendimento à comunidade da **Faculdade CESUMAR de Londrina** e à comunidade em geral;

A Biblioteca tem como atribuições:

- ✓ adquirir, receber, organizar, guardar e promover a utilização do acervo para o ensino, a pesquisa, a extensão, a administração e a cultura;
- ✓ promover a difusão do acervo, visando otimizar o seu uso;
- ✓ oferecer serviços bibliográficos e de informação que contribuam para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da extensão e das atividades científicas e culturais;
- ✓ manter intercâmbio com bibliotecas, centros de documentação e outros órgãos similares;
- ✓ guardar, preservar e divulgar a produção técnica, científica e cultural da **Faculdade CESUMAR de Londrina**;
- ✓ executar outras atividades pertinentes ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

Atuando como centro de documentação e informação da **Faculdade CESUMAR de Londrina**, a Biblioteca estará a serviço do corpo docente, discente, do pessoal técnico-administrativo e da comunidade local. Para a comunidade interna o acesso será livre, mediante a comprovação da vinculação a **Faculdade CESUMAR de Londrina**.

26.1 POLÍTICA INSTITUCIONAL PARA A BIBLIOTECA NO QUE SE REFERE AO ACERVO, AO ESPAÇO FÍSICO E AOS MÉTODOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO

É desnecessário dizer que qualquer instituição universitária só pode existir apoiada por uma infraestrutura que lhe dê suporte. Além dos mecanismos administrativos, alguns recursos acadêmicos se impõem. O primeiro deles é a existência de biblioteca bem munida, atualizada, informatizada e ágil.

A **Faculdade CESUMAR de Londrina** estabelecerá sua política para a atualização e expansão do acervo. Considera fundamental que as solicitações de livros, periódicos, etc, sejam atendidas de forma a permitir que o alunado possa utilizar-se do material bibliográfico necessário tanto

para o ensino, quanto para a pesquisa e a extensão. A existência de salas de consulta, com um ambiente tranquilo e adequado ao estudo é também essencial.

26.2 POLÍTICA DE ATUALIZAÇÃO DO ACERVO

O acervo da Biblioteca da **Faculdade CESUMAR de Londrina** compreende a bibliografia básica e de referência dos cursos aprovados, periódicos, obras de referência como dicionários, manuais e enciclopédias, além de CD-ROM, jornais e revistas, filmes, vídeos, softwares aplicativos na área educacional, científica e tecnológica, diapositivos, transparências, mapas e demais recursos da tecnologia educacional.

Semestralmente, será elaborada uma programação de aquisições prevendo-se a ampliação para os cursos existente e para os futuros a serem implantados.

Na escolha das obras a adquirir, considerar-se-á a atualidade dos temas, sua importância para o acervo e a idoneidade intelectual do autor, bem como as recomendações e sugestões dos professores e alunos.

Para que se consiga consistência, atualidade, uniformidade, equilíbrio e otimização dos recursos disponíveis, faz-se necessário à adoção de uma política de desenvolvimento de coleções, contendo:

- ✓ Critérios para seleção;
- ✓ níveis de abrangência;
- ✓ tipos de materiais (CDs, fitas de vídeos etc.);
- ✓ normas para duplicação, reposição, substituição, descarte;
- ✓ fontes para seleção;
- ✓ normas para intercâmbio e aceitação de doações;
- ✓ prioridades para aquisição;
- ✓ planejamento para aplicação de recursos.

A política de atualização do acervo da Biblioteca, da **Faculdade CESUMAR de Londrina** está prevista na demanda da comunidade acadêmica e na disponibilidade financeira da Mantenedora. Deverá acompanhar a sequência da implantação dos cursos e compreenderá a implementação das decisões tomadas na seleção, podendo ser realizada através de compra e doação.

26.3 PESSOAL ESPECIALIZADO

A Biblioteca, da **Faculdade CESUMAR de Londrina** tem em seu quadro profissional legalmente habilitado (bibliotecário), que responde pela sua administração e pessoal de apoio técnico em número suficiente para prestar atendimento à comunidade acadêmica e comunidade externa.

26.4 POLÍTICA E FACILIDADE DE ACESSO AO MATERIAL BIBLIOGRÁFICO

- ✓ Horários de acesso;
- ✓ Forma de acesso e empréstimo;
- ✓ Facilidades de reservas;
- ✓ Qualidade da catalogação e disposição do acervo.
- ✓ Reprografia e infraestrutura para recuperação de informações;
- ✓ Formas de acesso a base de dados: internet e outras;
- ✓ Espaço físico para leitura e trabalho em grupo;
- ✓ Área física disponível;
- ✓ Planos de expansão.

26.5 HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA BIBLIOTECA

A Biblioteca da **Faculdade CESUMAR de Londrina** funciona de segunda a sexta-feira, das 8:00 às 22:00 horas e aos sábados, das 8:00 às 16:00 horas, de maneira a permitir melhor aproveitamento e disponibilidade dos alunos.

26.6 INFRAESTRUTURA FÍSICA E MATERIAL

Como órgão suplementar, a Biblioteca está vinculada à Diretoria Geral da **Faculdade CESUMAR de Londrina**, mantendo relacionamento sistêmico com os demais setores e constituindo-se em ferramental de apoio às atividades fins de ensino, pesquisa e extensão da Instituição.

Assim, oferece à comunidade acadêmica, o suporte informacional necessário ao desenvolvimento dos cursos.

26.7 BIBLIOGRAFIA BÁSICA

A bibliografia básica do curso está composta por no mínimo três títulos por unidade curricular e está disponível na proporção de um exemplar para menos de 5 vagas.

26.8 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

A bibliografia complementar do curso está composta por no mínimo cinco títulos por unidade curricular e disponível forma virtual e impressa.

26.9 PERIÓDICOS ESPECIALIZADOS

Os periódicos especializados indexados e correntes, sob a forma virtual e impressa, estarão à disposição do curso.

27. LABORATÓRIOS DIDÁTICOS ESPECIALIZADOS PARA OS DOIS PRIMEIROS ANOS DO CURSO

Os Laboratórios encontram-se implantado com normas de funcionamento, utilização e segurança; manual de biossegurança, equipamentos adequados ao espaço físico e vagas solicitadas e com apoio técnico com a presença de um técnico de laboratório, manutenção dos equipamentos e atendimento à comunidade, quando se aplicar.

Sendo eles:

- Laboratórios de Informática
- Laboratório de Anatomia Humana
- Laboratório de Microscopia
- Laboratório de Fisiologia do Exercício, Medidas e Avaliação
- Laboratório de Expressão Corporal

28. REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS:

REF.	DISPOSITIVO LEGAL	DESCRIÇÃO / JUSTIFICATIVA
1	Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso	<p>O Projeto Pedagógico do Curso de Direito da Faculdade CESUMAR de Londrina está fundamentado nas seguintes normativas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. ✓ Resolução CNE/CES nº 7, de 31 de março de 2004 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena. ✓ Parecer CNE/CES nº 142/2007, aprovado em 14 de junho de 2007 - Alteração do § 3º do art. 10 da Resolução CNE/CES nº 7/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena. ✓ Resolução CNE/CES nº 7, de 4 de outubro de 2007 - Altera o § 3º do art. 10 da Resolução CNE/CES nº 7/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena. ✓ Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).
2	Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica , conforme disposto na Resolução CNE/CEB 4/2010.	Não se aplica ao curso, por tratar-se do bacharelado.
3	Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena , nos termos da Lei Nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004.	O requisito legal acerca das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena faz parte do Projeto da Faculdade, estando contemplado de modo transversal e interdisciplinar nas disciplinas e especificamente na disciplina institucional de Formação Sociocultural e Ética .
4	Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos , conforme disposto no Parecer CNE/CP Nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP Nº 1, de 30/5/2012.	O requisito legal acerca das diretrizes curriculares nacionais para a Educação em Direitos Humanos faz parte do Projeto da Faculdade, estando contemplado de modo transversal e interdisciplinar nas disciplinas e especificamente na disciplina institucional de Formação Sociocultural e Ética .

REF.	DISPOSITIVO LEGAL	DESCRIÇÃO / JUSTIFICATIVA
5	Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista , conforme disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012.	<p>A instituição garante atendimento aos direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista responsabilizando-se pela realização permanente e prévia de diagnóstico preliminar dos eventuais acadêmicos que apresentem sinais do Transtorno do Espectro Autista e seu nível de comprometimento, por meio de laudo profissional que sinalize a melhor forma de atendimento pedagógico do mesmo. Estarão envolvidos nesse processo profissionais atuantes no Núcleo de Apoio Pedagógico e de atendimento psicológico.</p> <p>Vale destacar que em pesquisas realizadas e considerando a experiência em outros sistemas de ensino é possível observar êxito nos casos de inclusão do autista em que a instituição disponibiliza um tutor para acompanhar o aluno e assim intermediar o processo de ensino e aprendizagem (professor/aluno/tutor). O mesmo poderá ser disponibilizado para a síndrome do X frágil que requer acompanhamento durante as atividades e vida acadêmica.</p>
6	Titulação do corpo docente (art. 66 da Lei N°9.394, de 20 de dezembro de 1996).	<p>A Faculdade atende ao requisito legal acerca do art. 66 da Lei 9394/96 quanto à titulação do corpo docente em possuir formação em pós-graduação “lato ou stricto-sensu”. Todos os docentes da instituição estão enquadrados dentro dessa normativa.</p>
7	Núcleo Docente Estruturante (NDE) (Resolução CONAES N° 1, de 17/06/2010)	<p>A Faculdade atende ao requisito legal acerca da Resolução CONAES n° 1, de 17/6/2010 que regulamenta o NDE. Todos os cursos terão em sua estrutura um NDE instalado, regulamentado e atuante.</p>
8	Denominação dos Cursos Superiores de Tecnologia (Portaria Normativa N° 12/2006)	<p>A Faculdade atende ao requisito legal acerca da Portaria Normativa n° 12/2006 que regulamenta a denominação dos Cursos Superiores de Tecnologia. No caso específico não se aplica por se tratar de um Curso de Bacharelado.</p>
9	Carga horária mínima, em horas – para Cursos Superiores de Tecnologia (Portaria N°10, 28/07/2006; Portaria N° 1024, 11/05/2006; Resolução CNE/CP N° 3, 18/12/2002)	<p>A Faculdade atende ao requisito legal acerca da Portaria Normativa n° 10/2006; Portaria n° 1024/2006 e, Resolução CNE/CP 3/2002, que trata da carga horária mínima em horas – para os cursos superiores de tecnologia. No caso específico não se aplica por se tratar de um Curso de Bacharelado.</p>
10	Carga horária mínima, em horas – para Bacharelados e Licenciaturas Resolução CNE/CES N° 02/2007 (Graduação, Bacharelado, Presencial). Resolução CNE/CES N° 04/2009 (Área de Saúde, Bacharelado, Presencial). Resolução CNE/CP N° 1 /2006	<p>Na tabela do resumo dos componentes curriculares do Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Educação Física da Faculdade CESUMAR de Londrina a carga horária está computada em 60 minutos, atingindo um total de horas superior ao mínimo exigido nas Diretrizes Curriculares. Os discentes cursam a disciplina teórica em sala de aula com carga horária de 50 minutos. O Estágio Supervisionado, Trabalho de Conclusão de Curso e Atividades Complementares estão computadas com carga horária de 60 minutos. A carga horária final atende ao disposto na legislação vigente.</p>

REF.	DISPOSITIVO LEGAL	DESCRIÇÃO / JUSTIFICATIVA
	(Pedagogia). Resolução CNE/CP N° 1 /2011 (Letras). Resolução CNE N° 2, de 1° de julho de 2015(Formação inicial em nível superior -cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura -e formação continuada).	
11	Tempo de integralização Resolução CNE/CES N° 02/2007 (Graduação, Bacharelado, Presencial). Resolução CNE/CES N° 04/2009 (Área de Saúde, Bacharelado, Presencial). Resolução CNE N° 2, de 1° de julho de 2015 (Formação inicial em nível superior-cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura-e formação continuada).	O tempo de Integralização do Curso de Bacharelado em Educação Física da Faculdade CESUMAR de Londrina é de 4 anos no mínimo e de no máximo 7 anos.
12	Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto na CF/88, art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei N° 10.098/2000, nos Decretos N° 5.296/2004, N° 6.949/2009, N° 7.611/2011 e na Portaria N° 3.284/2003.	<p>A Faculdade, quando credenciada, estará implantado o Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais que mede o relacionamento entre docentes, técnico-administrativos e discentes, orientando e apoiando o Colegiado do Curso e NDE na adequação curricular para atender às especificações dos portadores de necessidades especiais, por meio do Programa de Monitoria Especial, adaptada aos recursos físicos da IES, apoiando os estudantes com deficiência, disponibilizando pessoal especializado como intérpretes de língua de sinais. A estrutura física da IES está concebida para facilitar a circulação e o uso de todos os ambientes institucionais, com placas em braile, piso tátil, carrinho escalador. Propõem-se ações que podem ser desenvolvidas de forma geral e específica para atender de maneira individualizada cada uma das deficiências.</p> <p>AÇÕES GERAIS</p> <p>Designar um profissional habilitado na área psicopedagogia e com experiência no processo de inclusão para atuar de forma multidisciplinar nas diversas ações que envolvem o processo inclusivo, tais como: acompanhar, integrar, promover formação, orientar na acessibilidade de materiais, acompanhar o rendimento escolar destes acadêmicos, capacitar os envolvidos para atuarem no processo de inclusão entre outros.</p> <p>Adaptar o sistema para que no momento de matrícula já seja</p>

REF.	DISPOSITIVO LEGAL	DESCRIÇÃO / JUSTIFICATIVA
		<p>identificado o acadêmico com necessidades especiais, mediante a apresentação de laudo médico e assim alimentar o Censo da Instituição. Hoje acontece uma identificação simples no momento da inscrição do processo seletivo, mas que não se migra para o <i>Lyceum</i>.</p>
		<p>Utilizar os equipamentos de acessibilidade como, por exemplo: cadeiras de rodas, apoio, rampas, elevadores e suportes disponíveis para locomoção no campus da Faculdade.</p>
		<p>Elaborar projeto interdisciplinar com base no PCN (Parâmetro Curricular Nacional) com os demais setores da instituição envolvendo as clínicas e profissionais da saúde promovendo a inclusão de forma mais ampla e global, possibilitando o melhor atendimento aos portadores de deficiência.</p>
		<p>AÇÕES ESPECÍFICAS POR DEFICIÊNCIA</p>
		<p>DEFICIÊNCIA VISUAL</p>
		<p>1. Disponibilizar letores e copistas para os dias de avaliação e Atividade Presencial Obrigatória Interdisciplinar.</p>
		<p>2. Possibilitar a entrega da prova digitadas nos casos em que os acadêmicos tenham condições.</p>
		<p>3. Ampliação do tamanho da letra da prova.</p>
		<p>4. Liberação de materiais em TXT para conversão em programas de leitura em voz.</p>
		<p>5. Enviar lupas para a leitura.</p>
		<p>6. Disponibilizar software (DOSVOX) ou similar aos alunos</p>
		<p>7. Editar o material em Braile</p>
		<p>DEFICIENCIA AUDITIVA</p>
		<p>1. Contratar e gerenciar os intérpretes de Libras que atendem os alunos surdos.</p>
		<p>2. Disponibilizar o material impresso ou utilizados em sala de aula na forma virtual</p>
		<p>DEFICIENCIA MOTORA/ FISICA</p>
		<p>1. Adaptar a estrutura física da IES.</p>
		<p>2. Utilizar os equipamentos de acessibilidade como, por exemplo: cadeiras de rodas, apoio e suportes disponíveis para locomoção.</p>
		<p>3. Possibilitar a entrega da prova digitadas nos casos em que os acadêmicos tenham condições.</p>
		<p>4. Reservar vagas de estacionamentos próximas as entradas da IES.</p>
		<p>DEFICIENCIA INTELECTUAL</p>
		<p>1. Possibilitar maior tempo para a realização de provas</p>

REF.	DISPOSITIVO LEGAL	DESCRIÇÃO / JUSTIFICATIVA
		<p>presenciais.</p> <p>2. Possibilidade de realização das atividades presenciais em duas etapas.</p> <p>3. Encaminhar ledores e copistas para os dias de avaliação e Atividade Presencial Obrigatória Interdisciplinar e atividades externas.</p> <p>4. Incentivar a utilização de monitores (alunos da sala) para apoiar e acompanhar as atividades acadêmicas, em especial as práticas.</p> <p>Todo recurso oferecido pela instituição não exige o tratamento de cada síndrome e o acompanhamento da família para com esses acadêmicos. Em toda pesquisa realizada é destacada a importância do acompanhamento médico e familiar e que a instituição de ensino deve ser informada de todo o tratamento inclusive da medicação utilizada e seus efeitos.</p>
13	Disciplina de Libras (Dec. Nº 5.626/2005)	<p>A Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 reconhece a Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio legal de comunicação e expressão de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, de uso das comunidades de pessoas surdas; e reza que os sistemas educacionais federal, estadual e municipal e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino de Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, conforme legislação vigente. Por sua vez, o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, trata do papel do poder público e das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos, no apoio ao uso e difusão de Libras; na formação, capacitação e qualificação de docentes, servidores e empregados para o uso e difusão de Libras e à realização da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, e, conseqüentemente, da formação em nível superior do docente de Libras, da formação em nível médio do instrutor de Libras, e da formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa. O referido Decreto, no seu §2º do art. 7º, reza ainda que “A partir de um ano da publicação deste Decreto [2006], os sistemas e as instituições de ensino da educação básica e as de educação superior devem incluir o docente de Libras em seu quadro de magistério”.</p> <p>O processo de inclusão de Libras como disciplina curricular deve iniciar-se nos cursos de Educação Especial, Fonoaudiologia, Pedagogia e Letras, ampliando-se progressivamente para as demais licenciaturas, de modo que a partir de um ano da publicação do Decreto Nº 5.626, ou seja, a partir de 2006, os sistemas e as instituições de ensino da educação básica e as de educação superior devem incluir o docente de Libras em seu</p>

REF.	DISPOSITIVO LEGAL	DESCRIÇÃO / JUSTIFICATIVA
		<p>quadro do magistério. Em conformidade com a Lei nº 10.436, de 14 de abril de 2002, e o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, a disciplina de LIBRAS será ofertada obrigatoriamente nos cursos previstos na legislação e de forma optativa nos demais cursos.</p> <p>No caso específico será ofertada de forma optativa, podendo ser cursada pelo acadêmico a qualquer tempo que desejar. Ainda, será implantado na Faculdade o PROJETO INTÉRPRETE DE LIBRAS que objetivará a contratação e coordenação de intérpretes para atendimento aos acadêmicos portadores de deficiência auditiva com o intuito de proporcionar-lhes uma aprendizagem significativa e conseqüentemente uma atuação competente e cidadã na sociedade. No caso específico a Libras é obrigatória.</p>
14	Prevalência de avaliação presencial para EAD (Dec. Nº 5.622/2005, art. 42º)	Não se aplica ao Curso.
15	Informações acadêmicas (Portaria Normativa Nº 40 de 12/12/2007, alterada pela Portaria Normativa MEC Nº 23 de 01/12/2010, publicada em 29/12/2010)	As informações acadêmicas da Faculdade estarão disponibilizadas de forma impressa, no PPC, nas normas emanadas dos Conselhos Superiores, Regimento, PDI-PPI, Guia Acadêmico, disponíveis para acesso em área própria da Biblioteca e de forma virtual na página da internet da Faculdade.
16	Políticas de educação ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002)	O requisito legal acerca das Políticas de Educação Ambiental faz parte do Projeto da Faculdade, estando contemplado de modo transversal e interdisciplinar nas disciplinas e especificamente na disciplina institucional de Formação Sociocultural e Ética .
17	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica , em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, Resolução CNE Nº 2, de 1º de julho de 2015 (Formação inicial em nível superior - cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura -e formação continuada).	Não se aplica por tratar-se do Bacharelado.

REFERÊNCIAS

- DEMO, P. **A Nova LDB - Ranços e avanços**. 6 ed. Campinas: Papyrus, 1998.
- _____. **O Desafio da Aprendizagem dos Discentes no Brasil**: uma análise preliminar dos resultados do SAEB/95. In: **Educação em Revista, Faculdade de Educação da UFMG**, No. 27, p. 57-72, jul. 1998.
- _____. **Questões para a Teleducação**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 12 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- HOFFMANN, J.M.L. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. 20.ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 1996.
- _____. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. Porto Alegre: Liberdade & Realidade, 1996.
- LEAL, Regina Barros. A importância do tutor no processo de aprendizagem a distância. **Revista Ibero Americana de Educación** (ISSN 1681-5653). Disponível em : <http://www.rioei.org/deloslectores/947barros.PDF> . Acesso em: 21 mai. 2010.
- LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo, Ed. 34, 1999.
- LEI de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9394/1996)
- LIBANEO, Jose Carlos. **Democratização da Escola Pública: a pedagogia critico- social dos conteúdos**, Ed. Loyola, 1992.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- MARTINS, Josenei; BIANCHETTI, Lucídio. A educação como atividade comunicacional: interdisciplinaridade, interatividade e currículo. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**: Florianópolis, v. 11, n. 02, p. 85 – 103, jul. / dez. 2010.
- MORAN, José Manuel. Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias. **Revista Informática na Educação: Teoria & Prática**. Porto Alegre, vol. 3, n.1 (set. 2000) UFRGS. Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação, p. 137-144.
- PERRENOUD, Philippe; RAMOS, Patricia Chittoni. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- RESOLUÇÃO CNE/CP No 01 de 17/06/2004**, assim como do Parecer CNE/CP 3/2004, de 10 de março de 2004,
- SANTOS, Renata Maria dos; SILVA, Priscila. A Didática da EAD Virtual. Universidade Federal de Sergipe - UFS Grupo de Pesquisa Educação a Distância e Práticas Educativas Comunicacionais e

Interculturais – EDaPECI. **Anais do II Seminário Educação, Comunicação, Inclusão e Interculturalidade** de 12 a 14 de agosto de 2009, pp.229 a 241.

SILVA, Janssen Felipe da. **Introdução**: avaliação do ensino e da aprendizagem numa perspectiva formativa reguladora. In: SILVA, Janssen Felipe da; HOFFMANN, Jussara; ESTEBAN, Maria Teresa (org.). **Práticas Avaliativas e aprendizagem significativas**: em diferentes áreas do currículo. Porto Alegre: Mediação, 2003.

SOUZA, Marcia M. P. **Metodologia da alfabetização**. Maringá: CESUMAR, 2011.

ANEXO 01: REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Entende-se por Estágio Supervisionado = Estágio Obrigatório.

O que é Estágio Supervisionado (Obrigatório)?

São horas práticas, as quais os alunos deverão cumprir dentro de uma organização, desenvolvendo atividades correlacionadas ao curso, acordadas e consolidadas em um contrato de estágio realizado entre a empresa concedente, a instituição de ensino e o aluno, para posterior aprovação da coordenação do curso.

O curso em questão solicita um número específico de horas (400 horas) a serem cumpridas e estas podem ser realizadas nos dois últimos anos do curso, dentro de uma mesma instituição ou com a somatória de horas trabalhadas em diversas instituições. Vale reforçar que todas as atividades somadas devem estar dentro do campo de atuação que o curso capacita.

É de responsabilidade do aluno a obtenção do estágio e este só será válido a partir da comprovação sob forma de contrato de estágio, regulamentado dentro dos padrões da legislação - Lei Federal n.º 11.788 de 25 de setembro de 2008.

Caso o aluno não tenha realizado o estágio dentro do prazo estipulado ou mesmo dentro do campo de atuação permitido, o aluno ficará impossibilitado de concluir o curso e receber o diploma por enquadrar-se como dependente das disciplinas de Estágio Supervisionado.

OFICIALIZANDO O ESTÁGIO - EMPRESA/INSTITUIÇÃO/ALUNO

Estágio é a aplicação dos conhecimentos obtidos em sala de aula na vida prática, dentro de uma organização. Deve proporcionar aprendizado, visão ampliada do mercado e bagagem profissional.

A partir da obtenção de estágio, o aluno deve se ater à confecção dos seguintes documentos:

- I. **TERMO DE CONVÊNIO AMPLO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA** - é o contrato que oficializa a realização de Estágio entre a Instituição de Ensino e a Empresa. Deve ser elaborado em duas (3) vias, impresso em papel no formato A4, assinado e carimbado antes do início do estágio.
- II. **TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO** - é o contrato que oficializa a realização de Estágio entre a Empresa e o Aluno. Deve ser elaborado em três (3) vias, impresso em papel no formato

A4, assinado e carimbado antes do início do estágio.

Campos de Atuação

Serão considerados pelos alunos-estagiários em todas as atividades que caracterizam o plano de exercício da **Educação Física**, descritas no Programa Individual de Estágio sempre a critério do professor supervisor. Os estudantes de **Educação Física - bacharelado** deverão estagiar em nas escolas públicas e privadas (em momento de aula não-formal para o bacharel em Educação Física), Ong's, secretarias de esporte e saúde, além de outros locais em que é requerida e permitida a atuação de um graduado (Bacharel) em Educação Física, como por exemplo, clubes esportivos e sociais, hotéis e academias.

Avaliação

- a) **Planejamento:** o estágio deverá ser planejado com conhecimento do Professor Supervisor. O Estágio Supervisionado faz parte da grade curricular do 5º ano letivo e deve totalizar 200 horas de atividades práticas.
- b) **Acompanhamento:** realizado em sala de aula conforme programação, onde será apresentado o trabalho (relatório) para correção do planejamento pelo Professor Supervisor.
- c) **Declaração de Término:** apresentada ao Professor Supervisor e a Coordenação do Curso ao final do estágio, junto ao relatório. Neste deverá constar o período efetivo de estágio, carga horária totalizada, função exercida/área e as atividades previstas x atividades realizadas.
- d) **Relatório Final e Metodologia:** o aluno apresentará o relatório individual de estágio, elaborado conforme o planejamento durante os acompanhamentos. Este será entregue ao professor supervisor para ser conferido quanto à documentação de suporte legal, que será carimbado e devolvido para que seja entregue posteriormente ao professor que atribuíra nota de avaliação.
- e) **Prazo de Entrega dos Relatórios:** a ser definido pelo professor supervisor e a coordenação do curso.

DISPOSIÇÃO GERAL

Os casos não previstos neste manual serão analisados e resolvidos pela Coordenação do Curso.

ANEXO 02: REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º. O presente regulamento tem por finalidade normatizar as atividades relacionadas com o Trabalho de Conclusão do **Curso de Bacharelado em Educação Física**, indispensável para colação de grau.

Art.2º. O Trabalho de Conclusão de Curso consiste em pesquisa individual orientada, relatada sob a forma de artigo de pesquisa para publicação em periódicos da área de Saúde.

Art.3º. Os objetivos gerais do Trabalho de Conclusão de Curso são os de propiciar aos acadêmicos do **Curso de Bacharelado em Educação Física** a ocasião para demonstrar grau de conhecimento adquirido, capacidade de aprofundamento temático, estímulo à produção científica e à consulta de bibliografia especializada.

DO COORDENADOR DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art.4º. O Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso é indicado pelo Coordenador do Curso entre os professores portadores de título mínimo de Especialista em Educação Física.

§ 1º. - A indicação é válida para o período de 1 (um) ano, podendo haver recondução.

Art.5º. Ao Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso compete:

- I. elaborar calendário de todas as atividades relativas ao Trabalho de Conclusão do Curso, em especial o cronograma das defesas;
- II. atender os orientadores que estiverem em atividade relacionada ao Trabalho de Conclusão do Curso;
- III. proporcionar, juntamente com os professores de Metodologia do Trabalho Científico e professores orientadores do Curso de **Educação Física**, orientação aos acadêmicos durante o projeto do Trabalho de Conclusão do Curso;
- IV. elaborar e encaminhar aos professores orientadores as fichas de presença e acompanhamento que deverão ser utilizadas nas atividades do Trabalho de Conclusão do Curso;
- V. convocar, sempre que necessárias reuniões com os professores orientadores e/ou com os acadêmicos;
- VI. indicar professores orientadores para os acadêmicos;
- VII. manter na Coordenação do Trabalho de Conclusão de Curso, arquivo atualizado com os projetos do Trabalho de Conclusão de Curso em andamento;

- VIII. manter atualizado o livro de atas das reuniões das bancas examinadoras;
- IX. providenciar o encaminhamento das cópias dos Trabalhos de Conclusão de Curso aprovadas;
- X. designar as bancas examinadoras dos Trabalhos de Conclusão do Curso;
- XI. tomar todas as medidas necessárias ao perfeito cumprimento deste regulamento.

DOS PROFESSORES ORIENTADORES

Art.6º. O Trabalho de Conclusão do Curso é desenvolvido sob orientação de um professor do **Curso de Bacharelado em Educação Física**, com titularidade mínima de especialista.

Parágrafo único. O Trabalho de Conclusão do Curso é atividade acadêmica e implica na alocação de parte do tempo de ensino dos professores à atividade de orientação.

Art.7º. Apresentar à Coordenação de TCC a relação de seus orientados com os respectivos temas de pesquisa, bem como assinar o “Termo de Compromisso de Orientação”.

§ 1º. - Ao assinar o projeto do Trabalho de Conclusão de Curso o professor estará aceitando a orientação.

§ 2º. - Cada orientando terá atendimento com o orientador pelo menos 01 (uma) vez ao mês, em horário previamente estabelecido, sem prejuízo das aulas normais do curso.

Art. 8º. A substituição do orientador só é permitida quando outro docente assumir o cargo, mediante aquiescência expressa do professor substituído.

Art. 9º. Em casos em que houver atrito ou problema de qualquer espécie entre acadêmico e orientador, ou entre professores orientadores, caberá ao Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso a solução, em decisão fundamental, podendo, se entender necessário, submeter o caso ao Colegiado do Curso.

Art. 10. O professor orientador tem sem exclusão de outros inerentes à sua atividade, os seguintes deveres específicos:

- I. Frequentar as reuniões convocadas pelo Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso;
- II. atender periodicamente os acadêmicos sem comprometimento do horário normal de aula do curso, nos horários e locais que previamente fixar;
- III. entregar, sempre que solicitado, à Coordenação do Trabalho de Conclusão de Curso, os relatórios parciais do atendimento aos acadêmicos;
- IV. participar das defesas dos Trabalhos de Conclusão de Curso, para os quais foi designado pelo coordenador;
- V. assinar, juntamente com os demais membros das bancas examinadoras, as fichas de avaliação dos Trabalhos de Conclusão de Curso e as atas finais das sessões de defesa;

- VI. cumprir e fazer cumprir este Regulamento;
- VII. entregar por escrito ao Coordenador do trabalho de Conclusão do Curso, quando solicitado, o horário de atendimento;
- VIII. avaliar o aluno, durante a elaboração e desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso, através de ficha própria;

Art. 11. A responsabilidade pela elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso é integralmente do acadêmico, o que não exime o professor orientador de desempenhar adequadamente, dentro das normas deste regulamento, as atribuições decorrentes de sua atividade de orientador.

DOS ACADÊMICOS EM FASE DE REALIZAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Art. 12. Considera - se acadêmico em fase de realização do trabalho de Conclusão do Curso aquele que estiver regularmente matriculado na 4ª série do **Curso de Bacharelado em Educação Física**.

Art. 13. Cabe ao aluno procurar um professor orientador cuja área de pesquisa esteja relacionada com o trabalho que pretende desenvolver, bem como entregar, devidamente assinado pelo professor orientador, ao Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso o “Termo de Compromisso de Orientação” dentro do prazo estipulado no calendário divulgado pela Coordenação do Trabalho de Conclusão de Curso

§ 1º. Acadêmicos que não encontrarem nenhum professor que se disponha a assumir a sua orientação deverão procurar o Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso para que o mesmo lhe indique um orientador. Em tais casos, a indicação representa ao professor indicado a alternativa de assumir ou não a orientação.

Art.14. O acadêmico tem, entre outros, os seguintes deveres específicos:

- I. assinar e entregar ao Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso o termo de conhecimento e aceite das normas presentes no “Manual para Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso TCC .
- II. frequentar as aulas da disciplina de trabalho de Conclusão de curso e reuniões solicitadas pelo professor orientador do trabalho de conclusão;
- III. reunir-se no mínimo 01 (uma) vez por mês com seu professor orientador para discussão e aprimoramento de seu Trabalho de Conclusão de Curso. Devendo justificar, perante o orientador, suas eventuais faltas;

- IV. cumprir o calendário divulgado pela Coordenação do Trabalho de Conclusão de Curso para entrega do projeto e versão final do Trabalho de Conclusão de Curso. O não cumprimento de cada data estipulada acarretará em redução de 0,2 (dois décimos) para cada dia de atraso em cada uma das etapas a serem cumpridas, o que refletirá diretamente na nota final;
- V. elaborar o projeto e a versão final de seu Trabalho de Conclusão do Curso, de acordo com este Regulamento, bem como segundo as instruções de seu orientador e do Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso;
- VI. entregar ao Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso 01 (uma) cópia de seu projeto, no período estipulado no cronograma de atividades para a avaliação pelo professor examinador em papel A4, impresso apenas no anverso e encadernada em espiral (observar inciso V);
- VII. VI- entregar ao Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso 03 (três) cópias de seu Trabalho de Conclusão do Curso, quando finalizado, para a defesa, devidamente corrigidas, em papel A4, impressas apenas no anverso e encadernadas em espiral (observar inciso VI);
- VIII. após a defesa e a correção do Trabalho de Conclusão do Curso, o orientando deverá entregar ao Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso a cópia definitiva, em CD, em arquivo único, e uma cópia impressa (observar inciso VI), com encadernação em capa dura, no prazo de 15 dias a contar da correção final. A divulgação da nota referente ao Trabalho de Conclusão de Curso está inteiramente ligada à correção e entrega deste no prazo indicado acima;
- IX. comparecer no dia e hora, determinados pelo Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso, para apresentar e defesa o seu Trabalho de Conclusão do Curso;
- X. cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

Parágrafo Único: A entrega do CD a que se refere o inciso VII deste artigo, no prazo determinado é atividade obrigatória para o lançamento da nota final de aprovação no Lyceum.

DO PROJETO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Art. 15. Antes de iniciar o Trabalho de Conclusão de Curso o acadêmico deverá eleger a área sobre a qual versará o trabalho (ver anexo 4) que pretende desenvolver dentro dos termos sugeridos pelos orientadores. Os trabalhos executados deverão ser preferencialmente, de pesquisa de campo, não sendo, no entanto vedada a elaboração de revisões bibliográficas.

§ 1º. - A partir da eleição do tema o acadêmico deverá elaborar o projeto conforme art.16. O prazo para elaboração seguirá cronograma a ser entregue anualmente pelo Coordenador de TCC (anexo 3).

§ 2º. - Cabe ao professor orientador aprovar, rejeitar ou determinar alterações no projeto do Trabalho de Conclusão de Curso, para adequá-lo ao requisito do art. 16 deste regulamento.

Art. 16. A estrutura do projeto de Trabalho de Conclusão de Curso deverá seguir as normas de elaboração de projetos científicos do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). O modelo pode ser visualizado na página principal da Faculdade na internet, clicando inicialmente em Pesquisa, depois em CEP (lado esquerdo da tela), em seguida em área de download, e por ultimo em Formulários para a elaboração do protocolo de pesquisa e documentos anexos.

§ 1º. Todos os projetos, independente de serem realizados com seres humanos ou animais ou de ser de revisão bibliográfica, deverão seguir as normas de elaboração de projetos do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

Art. 17. O projeto deverá ser submetido dentro do prazo estipulado no cronograma de atividade ao professor examinador antes de ser encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa da IES.

§ 1º. - Aprovado o projeto do Trabalho de Conclusão de Curso pelo professor examinador o aluno deverá fazer as correções sugeridas junto com o orientador

§ 2º. – o encaminhamento do projeto para o comitê de ética em pesquisa bem como o acompanhamento do processo de aprovação pelo comitê é de inteira responsabilidade do aluno

§ 3º. - após recebimento de certificado emitido pelo Comitê de Ética (humana ou animal) , quando de trabalhos realizados com seres humanos ou animais, o aluno deverá executá-lo até a versão final para defesa e preparar-se para apresentá-lo perante a banca examinadora, em data a ser fixada pelo Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso.

Art. 18. Aprovado o projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, a mudança do tema só é permitida com a elaboração de um novo projeto, e mediante o preenchimento dos seguintes requisitos:

- I. aprovação expressa do professor orientador;
- II. concordância expressa de outro professor em realizar a orientação, caso a mudança não seja aceita pelo orientador do primeiro tema, sendo obrigatória, contudo, a aquiescência expressa deste;
- III. aprovação expressa do Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso.

Parágrafo Único: Mudanças pequenas, que não comprometem as linhas básicas do projeto, são permitidas a qualquer tempo, sob a responsabilidade do professor orientador e anuência do Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso.

DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Art. 19. O Trabalho de Conclusão do Curso deve ser elaborado considerando-se:

- I. na sua estrutura formal, o modelo disponível no aluno on-line na disciplina de TCC.
- II. no seu conteúdo, as finalidades estabelecidas no art. 3º deste Regulamento e a vinculação direta do tema com um dos ramos do conhecimento em Saúde, preferencialmente aqueles identificados pelas disciplinas do currículo da Faculdade.

Art. 20. As cópias do Trabalho de Conclusão de Curso apresentadas à banca examinadora devem seguir o modelo institucional.

Art. 21. O acadêmico deve encaminhar 01 (uma) cópia em papel e o artigo gravado em CD (observar Art. 14, VII)

Parágrafo Único: A responsabilidade pelos resultados apresentados no trabalho bem como os dados e quaisquer outras informações nele contidos são de inteira responsabilidade do aluno e de seu orientador.

BANCA EXAMINADORA

Art. 22. O Trabalho de Conclusão de Curso é defendido pelo acadêmico perante a banca examinadora composta pelo professor orientador, que a preside, e por outro membro, designado pelo Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso, mediante sugestão do professor orientador.

§ 1º. - Quando da designação da banca examinadora, deverá, também, ser indicado um membro suplente, encarregado de substituir qualquer dos titulares em caso de impedimento ou qualquer motivo de força maior.

Art. 23. A banca examinadora somente poderá iniciar os trabalhos com os 02 (dois) membros presentes.

§ 1º. - Não comparecendo algum dos professores indicados para a banca examinadora, será designada nova data para defesa, devendo o professor orientador oficiar ao Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso o ocorrido, para se instaure, se for caso competente inquérito disciplinar.

§ 2º. - Sempre que possível, deve ser mantida a equidade no número de indicações de cada professor para compor a bancas examinadoras.

DA DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Art. 24 As sessões de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso poderão ser públicas, respeitada a capacidade do recinto e eventuais restrições no interesse da boa ordem dos trabalhos, a juízo e sob responsabilidade do Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso.

Parágrafo Único: Cabe ao professor, na ausência do Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso, a tarefa de coordenar na sessão de defesa, devendo tomar todas as medidas necessárias à ordem dos trabalhos, incluindo a suspensão da sessão, do que se dará imediatamente notícia à Coordenação do Trabalho de Conclusão de Curso.

Art.25. É expressamente proibido aos integrantes da banca examinadora tornar público o conteúdo dos Trabalhos de Conclusão de Curso antes das defesas.

Art.26. A partir da data de designação, os membros das bancas examinadoras têm o prazo de 15 (quinze) dias para leitura dos trabalhos.

Art.27. Na defesa, o acadêmico tem de 15 a 20 minutos para fazer sua exposição, enquanto cada componente da banca examinadora terá até 10 minutos para fazer sua arguição, dispondo o acadêmico de outros 10 minutos para responder a cada um dos examinadores.

Parágrafo Único: O orientador, se assim entender, pode abster-se de proceder à arguição ao seu orientando, atribuindo a respectiva nota pelas respostas do acadêmico às arguições do outro professor.

Art. 28. - A atribuição das notas pela banca examinadora será realizada após o encerramento da etapa de arguição, em sessão secreta.

§ 1º. - As notas dos membros das bancas serão atribuídas individualmente, nos quesitos de avaliação escrita, exposição oral e defesa na arguição da banca examinadora.

§ 2º. - A atribuição das notas será anotada em ficha própria, onde cada professor registrará sua nota para cada item mencionado no parágrafo anterior.

Art. 29. - A nota final do acadêmico será o resultado da média aritmética das notas atribuídas

- I. Ao projeto do TCC (0-2 pontos);
- II. Avaliação do orientador (0-1 ponto);
- III. Avaliação escrita (0 – 6,0 pontos)
- IV. Exposição oral e defesa pública (1,0 ponto)

§ 4º. - Será considerado aprovado o acadêmico que obtiver nota igual ou superior a 7,0 (sete) e que tiver cumprido os requisitos de frequência mínima exigida pelo Centro Universitário de Maringá.

§ 5º. - A banca examinadora poderá aprovar o Trabalho de Conclusão de Curso mediante observações quanto ao seu conteúdo e forma, que serão obrigatoriamente acatadas pelo acadêmico quando da entrega da versão final, sob pena de ser considerado reprovado.

Art. 30. O acadêmico que não entregar o Trabalho de Conclusão de Curso, ou que não se apresentar para a sua defesa oral, sem motivo com justificativa na forma da legislação vigente, será considerado reprovado.

Art. 31. A avaliação final, assinada pelos membros da banca examinadora, deve ser registrada em ata, ao final da defesa e, em caso de aprovação, nas cópias do Trabalho de Conclusão de Curso destinadas a local determinado pela coordenação de TCC.

Parágrafo Único: Compete ao Colegiado do Curso de Educação Física a análise e julgamento dos recursos contra a avaliação final, sendo incabível qualquer recurso de sua decisão.

Art. 32. Não há recuperação ou substituição para a nota final atribuída ao trabalho reprovado em decisão definitiva, salvo sucesso no recurso a que se refere o parágrafo único do artigo anterior.

§ 1º. - Se reprovado, fica a critério do acadêmico continuar ou não com o mesmo tema da pesquisa e com o mesmo orientador.

Art. 33. A defesa do próximo Trabalho de Conclusão de Curso, do aluno reprovado somente se dará no ano letivo seguinte àquele em que houver a reprova, em data a ser definida pelo coordenador de TCC.

DA VERSÃO DEFINITIVA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Art. 34. A versão definitiva do Trabalho de Conclusão de Curso deve ser encaminhada à respectiva Coordenação em 02 (dois) exemplares sendo 1(um) em capa dura na cor Verde com o nome do autor, orientador, título, local e ano gravado em dourado e a outra em CD.

Art. 35. A entrega da versão definitiva do Trabalho de Conclusão de Curso é requisito para a colação de grau (§5º do art. 27), e deve ser efetuada após 15 dias, a contar da data da defesa oral, para realizar as possíveis correções sugeridas pela banca examinadora;.

DISPOSIÇÃO FINAL

Art. 36. Plágio é considerado falta grave, estando seu praticamente sujeito à abertura de inquérito para as devidas providencias legais, bem como sua reprovação;

§ 1º. - A compra de trabalhos é considerada plágio, estando, assim sujeitas às penalidades legais;

§ 2º. - O aluno reprovado por plágio deverá refazer o trabalho e apresentá-lo no próximo ano;

Art. 37. Este regulamento será revisado e será publicado anualmente, sendo revogadas todas as demais disposições existentes sobre a matéria no âmbito do **Curso de Bacharelado em Educação Física**, que com ele colidam.

Art. 38. Os casos omissos serão decididos pelo Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso com a anuência do Colegiado de Curso.

ANEXO 03: REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Este regulamento disciplina as atividades complementares no âmbito do **Curso de Bacharelado em Educação Física da Faculdade CESUMAR de Londrina**.

O regulamento das atividades complementares define os procedimentos que devem ser seguidos pelos acadêmicos, servindo como orientação e definindo os direitos e as obrigações dos envolvidos.

CAPÍTULO I

Caracterização das atividades Complementares

Art. 1º As atividades complementares que integram obrigatoriamente o, estão divididas em 03 categorias:

- I – atividades de ensino;
- II – atividades de pesquisa; e
- III – atividades de extensão.

Art. 2º As atividades de ensino, compreendem:

- I – disciplinas complementares, não previstas no currículo e cursadas em outras IES;
- II – atividades de monitoria;
- III – participação em minicursos que versem sobre a matéria de interesse na formação do graduando;
- IV – cursos nas áreas de informática ou língua estrangeira; e
- V – aprendizagem à distância com afinidade e aderência aos cursos.

Art. 3º As atividades de pesquisa, compreendem:

- I – livro publicado;
- II – capítulo de livro;
- III – projetos de iniciação científica;
- IV – projetos de pesquisas institucionais;
- V – artigo publicado como autor ou coautor (periódico com conselho editorial relacionado à área do curso);

VI – resumo em anais;

VII – participação em grupos institucionais de trabalhos e estudos realizados na IES;

VIII - artigo publicado como autor ou coautor, na revista científica da instituição;

IX – relatórios de pesquisa; e

X – apresentação de trabalhos científicos.

Art. 4º As atividades de extensão, compreendem:

I – seminários, oficinas, congressos, simpósios, conferências, encontros, ações comunitárias institucionais e similares;

II – estágio extracurriculares;

III – gestão de órgão de representação estudantil (UNE, UEE, DCE e CA) e/ou representação discente junto a órgãos colegiados da IES (colegiados de cursos);

IV – autoria e execução de projetos relacionados ao curso;

V – visitas técnicas;

VI – organização de eventos minicursos, oficinas

VII – atuação social beneficente (doação de sangue, assistencialismo)

VIII – atividades no âmbito cultural;

IX – atividades no âmbito esportivo (atletas representando a instituição em JUB, e/ou Jogos Abertos devidamente registrados nas federações competentes);

X – participação em sessões de defesa de trabalho de conclusão de curso (TCC).

CAPÍTULO II

Da Validação das Atividades Complementares.

Art. 5º Os documentos comprobatórios das atividades complementares deverão ser encaminhados à Secretaria Acadêmica.

Art 6º O pedido de registro das Atividades Complementares será feito pelo interessado, perante o Protocolo Geral e encaminhado para parecer da coordenação dos cursos.

Art 7° - O aluno que discordar da quantificação atribuída à Atividade Complementar poderá, no prazo de 03 (dias) após a publicação, apresentar pedido de revisão do mesmo ao coordenador de curso, protocolando o pedido.

Art 8° - Somente terão validade para fins de deferimento, as atividades complementares realizadas pelo acadêmico durante o período de graduação nos cursos.

Art 9° - Todas as atividades Complementares executadas devem ser comprovadas através de documento oficial, fornecido pelo organizador do evento ou atividade, devidamente assinados com a identificação do responsável que o assinou, informação da carga horária, especificando o período do evento e datados.

Art. 10° - O aluno não poderá cumprir a carga horária estipulada por cada curso com uma única atividade de graduação.

Art. 11° – Os limites de carga horária estão previstos no anexo único deste regulamento.

TABELA DE VALIDAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Categorias	Atividades	Máximo de carga horária atribuíveis	Procedimentos para validação
Ensino	Disciplinas complementares, não previstas no currículo e cursadas em outras IES	60	Histórico escolar
	Atividades de monitoria	35	Relatório final de monitoria, encaminhado pelo departamento responsável
	Participação em minicursos que versem sobre a matéria de interesse na formação do graduando	30	Certificados emitidos pelos organizadores do evento
	Cursos nas áreas de informática ou língua estrangeira	40	Certificados emitidos pelas unidades de ensino
	Aprendizagem à distância com afinidade e aderência aos cursos	45	Certificados / histórico emitidos pelos organizadores.
Pesquisa	Livro publicado	40	Cópia da capa e ficha catalográfica
	Capítulo de livro	35	Cópia da capa e ficha catalográfica e cópia do capítulo
	Projetos de iniciação científica	45	Relatórios, termo de outorga ou certificados emitidos pela diretoria responsável
	Projetos de pesquisas institucionais;	40	Relatórios, termo de outorga ou certificados emitidos pela diretoria responsável
	Artigo publicado como autor ou coautor (periódico com conselho	25	Cópia do artigo e documentação de aprovação pelo conselho

	editorial relacionado à área do curso)		editorial
	Resumo em anais	20	Cópia do resumo e documentação de aprovação pelo comitê de avaliadores
	Participação em grupos institucionais de trabalhos e estudos realizados na IES	20	Relatórios emitidos e assinados pelo líder do grupo de pesquisa registrado no lattes
	Artigo publicado como autor ou coautor, na revista científica da instituição	25	Cópia do artigo e documentação de aprovação pelo conselho editorial
	Relatórios de pesquisa	15	Relatórios, termo de outorga ou certificados emitidos pela diretoria responsável
	Apresentação de trabalhos científicos	25	Cópia do resumo e documentação de aprovação pelo comitê de avaliadores
Extensão	Seminários, oficinas, congressos, simpósios, conferências, encontros, ações comunitárias institucionais e similares	35	Cópia dos certificados, expedidos pelos responsáveis do evento
	Estágio extracurriculares	60	Declaração das entidades responsáveis pelo estágio e diretoria responsável
	Gestão de órgão de representação estudantil (UNE, UEE, DCE e CA) e/ou representação discente junto a órgãos colegiados da IES (colegiados de cursos);	10	Declaração emitida pela representação estudantil devidamente assinados e reconhecidos pelo órgão colegiado
	Autoria e execução de projetos relacionados ao curso;	25	Relatórios, termo de outorga ou certificados emitidos pelo diretoria responsável
	Visitas técnicas	15	Listagem emitida pelo professor responsável pela visita, devidamente autorizado pelo coordenador.
	Organização de eventos minicursos, oficinas	25	Certificados emitidos pelos organizadores do evento
	Atuação social beneficente (doação de sangue, assistencialismo)	5 (doação de sangue) 20 (assistencialismo)	Declaração de doador Declaração da entidade
	Atividades no âmbito cultural;	10	Declaração da entidade responsável
	Atividades no âmbito esportivo (atletas representando a instituição em JUB, e/ou Jogos Abertos devidamente registrados nas federações competentes)	10	Declaração da entidade responsável
	Participação em sessões de defesa de trabalho de conclusão	15	Mediante declaração assinados por pelos menos, um membro da

	de curso (TCC),		banca e coordenador de estágio
--	-----------------	--	--------------------------------

ANEXO 04: COMPOSIÇÃO DO CORPO DOCENTE

FACULDADE CESUMAR DE LONDRINA - Curso de Bacharelado em Educação Física																						
DOCENTE	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO	Prod. Bibliográfica					Prod. Técnica				Orientações Concluídas		Experiência em Anos		Titulação Graduação	Maior Titulação Pós-Graduação	Disciplina	Série	Carga Horária		
			ARTIGOS	TRABALHOS	RESUMOS	LIVROS	CAPÍTULOS DE OUTROS	APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS	PROGRAMAS	PRODUTOS	TRABALHOS TÉCNICOS	OUTRAS	MESTRADO	DOUTORADO	Experiência Docente						Experiência Superior	Experiência Básica
Braulio Henrique Magnani Branco	Doutor	Parcial	13		1	2	2	1	5						2		8	Educação Física - UEM, 2005	Doutorado em Educação Física - USP, 2016	Lutas	2º	80
Bruna Muller Cardoso	Mestre	Parcial	1		19				8					1			2	Farmácia - UNOESTE, 2004	Mestrado em Ciências da Saúde - UEM, 2012	Bioestatística e Epidemiologia	2º	80

Fabiane Carniel	Mestre	Integral	1	3	1					3					9		Letras Portugês Espanhol - Unicesumar, 2005	Mestrado em Educação - UNOESTE, 2013	Formação Sociocultural e Ética	1º	80
Fabiane Castilho Teixeira	Mestre	Parcial	5	2	2	3	1			4					6		Educação Física - UEM, 2008	Mestrado em Educação Física - UEL, 2012	Metodologia do Ensino da Educação Física e nos Esportes Coletivos	2º	40
Flavio Bortolozzi	Doutor	Parcial	7	6	3	1	6	4							6		Matemática - PUC-PR, 1976. Engenharia Civil - PUC-PR, 1981.	Doutorado em Engenharia de Sistemas e Informática - UTC-França, 1991.	Metodologia da Pesquisa	1º	40
Graziela Batista Silva	Mestre	Integral		1	1					4							Educação Física - UEM, 2000	Mestrado em Educação Física - UNIMEP, 2006	Ginástica Geral	1º	80

Humberto Garcia de Oliveira	Mestre	Integral	5	3	5		1	7 8			4	4			1 5	1 4	Educação Física - FIG, 1983	Mestrado em Ciências da Saúde - UEM, 2010	Esporte Individual (Atletismo)	1º	80
José Francisco Assis Dias	Doutor	Parcial				8	7	3 5	4			3 8	4		1 9	9	Filosofia - UPF, 1996	Doutorado em Filosofia - PU Urbaniana, 2008 Doutorado em Direito Canônico - PU Urbaniana, 2005.	Formação Sociocultural e Ética	1º	80
Karine Zanoli Bernuci	Doutora	Parcial	1					4							1		Farmacêutica - Cesumar - 2006	Doutorado em Ciências Farmacêuticas - UEM - 2016	Biologia e Bioquímica Humana	1º	80

Leonardo Pestillo de Oliveira	Doutor	Parcial	1 1	6	3 5	3	2	8	2 1				1 6			7		3	Psicologia - UEM, 2006	Doutorado em Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social - PUC/SP, 2015	Ciências Sociais	1º	80
Mara Cecília Rafael Lopes	Mestre	Parcial	3	1	3	1		2	1 1				1 2			7			Educação Física - UEM, 1995	Mestrado em Educação - UEM, 2009	Didática aplicada à Educação Física	2º	80
Marcia Maria Previato de Souza	Mestre	Integral		4	1	6	1	8	2				1			8	8	8	Pedagogia - UEM, 1998	Mestrado em Educação - UEM, 2011	Aprendizagem Crescimento e Desenvolvimento Humano	1º	80
																					Formação Sociocultural e Ética	1º	80

Marcia Regina Benedeti	Mestre	Integral	2					4							1 6	1	1 6	Fisioterapia - UEL - 1983	Mestrado em Ciências da Saúde - UEM - 2006	Cinesiologia e Biomecânica	2º	80
Naline Cristina Favatto	Mestre	Integral			4			1 2							3	4		Educação Física - Licenciatura Unicesumar, 2011	Mestrado em Educação Física - UEM, 2017	Aprendizagem Crescimento e Desenvolvimento Humano	1º	80
Oldrey Patrick Bittencourt Gabriel	Mestre	Parcial													1 3			Educação Física - UEM, 2000 e Teologia - Seminário Teológico Reverendo Antonio de Godoy Sobrinh	Mestrado em Educação Física - UNIMEP, 2004	Educação Física e Ética Profissional	2º	80

																		o, 2009				
Paulo Henrique Borges	Mestre	Parcial	6	1 9			1									3	4	Educação Física - UEM, 2013	Mestrado em Educação Física - UEM, 2016	Esportes Coletivos (futsal/handebol) Esportes Coletivos: Basquetebol/ Voleibol	1º 2º	80 80
Reginaldo Aliçandro Bordin	Doutor	Parcial	6	1 7	9		7	2	1 1			3	1 4			1 3	6	Filosofia - Universidade do Sagrado Coração - 1999	Doutorado em Educação Física - UEM, 2013	Aspectos Históricos e Antropológicos da Educação Física	1º	80
Rodrigo Bozza	Doutor	Parcial	7	4					1							6	5	Educação Física - UFPR, 2002.	Doutorado em Educação Física - UFPR 2013	Dança Medidas e Avaliação	1º 2º	80 40
Rosimeide Francisco dos Santos Legnani	Doutora	Parcial	7	6				2	1 5							1 4	8	Educação Física - UPF, 1998	Doutorado em Educação Física - UFPR,	Educação Física e Esportes Para Necessidades Especiais	2º	80

																		2015				
Sandro dos Santos Ferreira	Mestre	Parcial	11	7			4							4	8			Educação Física - Universidade Positivo, 2008	Mestrado em Educação Física - UFPR 2013	Esporte Individual (Atletismo)	1º	80
Silvia Maria Marçal	Mestre	Parcial												2		18		Fisioterapia PUC/PR, 1996	Mestrado profissional em Fisiologia do Exercício - UNIFESP, 2003	Fisiologia Humana, do Exercício, Nutrição e Desempenho Humano	2º	80
Talma Reis Leal Fernandes	Doutora	Integral	9	1	20		1						3	36				Farmácia - UEM, 1986	Doutorado em Ciências Biológicas - UEM, 2002	Ciências Morfológicas	1º	80

Tatiana Roselena De Oliveira Stremel	Mestre	Parcial	5															Ciências Biológicas, UEPG, 2005, Tecnologia em Alimentos - UTFPR, 2006 e Química - UEPG, 2017	Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos - UEPG, 2009	Fisiologia Humana, do Exercício, Nutrição e Desempenho Humano	2º	80			
Terezinha Gomes de Faria	Mestre	Integral	2					1				5						17	8	17	Educação Física - ESEF, 1999	Mestrado em Educação Física - UFPR, 2014	Metodologia do Ensino da Educação Física e nos Esportes Coletivos	2º	40